



Relatório Anual 2020





Sumário

Introdução 04

Mensagem da Diretoria	05
Principais Números e Indicadores	07
Governança	10
Glossário	11

Gestão dos Investimentos 13

Cenário Econômico	14
Gestão dos Investimentos	16
Resultado dos Investimentos	17
Demonstrativos dos Investimentos	34
Gestão Terceirizada - Fundos	38
Política dos Investimentos	39



44 Benefícios

45 Gestão Previdencial

93 Administração

94 Administração Geral

94 Despesas Administrativas

96 Plano de Gestão Administrativa (PGA)

97 Evolução do Fundo Administrativo

98 Demonstrações contábeis

142 Pareceres

143 Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis

146 Parecer do Conselho Deliberativo

147 Parecer do Conselho Fiscal

INTRODUÇÃO



MENSAGEM DA DIRETORIA



René Santos de Castro
Diretor Financeiro e
de Investimentos

Heloisa Falkenbach Santoro
Diretora de Benefícios

João Bosco Quadros Barros
Superintendente Geral

Sempre imaginamos que o ano seguinte apresentará novos desafios, mas ninguém imaginou o que estaria por vir em 2020! Foi um ano desafiador para todos nós, e nossa atenção buscou priorizar de um lado o cuidado com a vida e, de outro, a manutenção das atividades da Fundação. A pandemia paralisou cidades, estados e até países. Muitos ficaram retidos em suas residências por meses. A queda na atividade econômica doméstica e global foi brutal, a ponto de diversas empresas fecharem as portas. Certamente foi o maior desafio enfrentado por muitos de nós! Felizmente, o que iremos relatar nas próximas páginas é uma história de superação.

O ano teve um início promissor, mas a partir de janeiro surgiram as primeiras informações sobre o novo vírus na China. As notícias foram se agravando ao longo do mês de fevereiro e em março, culminaram com a publicação de normativos, principalmente pelas esferas municipais e estaduais, acerca do fechamento das atividades e implantação de medidas de distanciamento social. Na mesma época, também tivemos as primeiras notícias vinculadas ao patrocinador IRB Brasil RE, que vieram a impactar os preços de suas ações e provocar mudanças significativas na direção executiva da companhia.

Em relação aos Investimentos, a pandemia pegou em cheio os mercados, afetando de uma só vez tanto as economias globais quanto a doméstica. A China, epicentro da disseminação do vírus, apresentou queda abrupta de sua atividade, impactando negativamente grande parte das transações internacionais. Na busca para conter a disseminação, boa parte dos países implantou medidas de isolamento, incluindo fechamento do comércio, serviços e indústrias, além do fechamento de fronteiras, o que levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a estimar que o Produto Interno Bruto (PIB) global deveria recuar 3% no período. No Brasil, as interrupções nas atividades econômicas e as incertezas sobre o futuro também afetaram significativamente a economia local, tendo o dólar superado pela primeira vez na história o patamar de R\$ 5,90. A Bovespa perdeu o patamar de 70 mil pontos, chegando a acumular queda de mais de 40% em 2020. Apenas em março as empresas listadas na bolsa perderam

MENSAGEM DA DIRETORIA

cerca de R\$ 1 trilhão em valor de mercado. A carteira de investimentos da PREVIRB, assim como o mercado financeiro e especificamente o sistema de previdência fechado, também sofreu estes impactos. Contudo, através de uma gestão diligente e focada na recuperação dos preços dos ativos e oportunidades de alocações que surgiram ao longo do caminho, terminamos o 2020 conseguindo praticamente reverter as perdas no Plano B e muito próximo de realizar o mesmo no Plano A.

No que diz respeito às atividades da Gestão Previdencial, encerramos o período com pagamento, considerando ambos os planos previdenciais, de aproximadamente R\$ 153,6 milhões em benefícios. O ponto mais importante em 2020 nesta área foi a preparação para a distribuição do superávit do Plano A, incluindo a alteração do Regulamento do Plano A. Após apresentar resultados superavitários por três anos consecutivos (2017, 2018 e 2019), o Plano A realizará a destinação e início da distribuição aos participantes, assistidos e patrocinadora de cerca de **R\$ 140 milhões** do montante acumulado na Reserva Especial de 2017.

Com relação ao Plano B, quando nos preparávamos para realizar a distribuição da Reserva Especial de 2016, enfrentamos um cenário econômico mundial adverso em razão da pandemia do novo coronavírus, que trouxe reflexos negativos para a performance dos investimentos, notadamente em março de 2020, além de

ter havido um grande aumento da Reserva de Benefício Concedido do Plano, gerando um aumento da exigência da Reserva de Contingência. Desta forma, o processo de distribuição do Plano B foi suspenso, sendo revertido o Fundo de Revisão do Plano para recompor a Reserva de Contingência.

Destacamos que nos planos previdenciais o superávit funciona como um mecanismo para proteção dos benefícios dos participantes, sempre com a função essencial de garantir que os planos cumpram com seu objetivo-fim: pagar aposentadorias e pensões. O superávit deve, então, antes de tudo, ser usado para a segurança dos benefícios contra quaisquer fatores externos que possam interferir na estabilidade do plano.

A Gestão Administrativa também foi um desafio enorme neste período difícil. Com o fechamento das atividades e as medidas de isolamento social, a Fundação precisou agir rapidamente para implantar o trabalho remoto de seus funcionários, mantendo todas as operações e obrigações previstas em nosso rol de responsabilidades. Estabelecemos prioridades, traçamos estratégias vinculadas principalmente ao cumprimento das obrigações legais, ao atendimento de nosso público e a preservação de nosso corpo funcional, sempre mantendo o monitoramento dos acontecimentos. Não deixamos de exercer o rígido controle de gastos no lado da despesa, ao mesmo tempo em que iniciamos a nossa prepara-

ção para as operações da Fundação sob o chamado “Novo Normal”. Com relação aos ativos do Plano de Gestão Administrativa (PGA), conseguimos rentabilizar os recursos de forma bastante satisfatória, superando a meta de retorno para os investimentos.

Uma vez mais reafirmamos nossos votos de agradecimento aos nossos parceiros - Patrocinadores, Conselheiros, membros dos Comitês e, de forma especial, ao nosso Corpo Funcional, por um ano de muito trabalho e, acima de tudo, muita superação! Estendemos nossos agradecimentos aos nossos Participantes ativos, assistidos e pensionistas, pela confiança depositada na PREVIRB e pela compreensão, tendo a certeza de que todo o trabalho está sendo materializado na perenidade e sustentabilidade da Fundação!

Em 2020 descobrimos que somos ainda mais fortes do que pensávamos. Portanto, 2021 é um convite para abraçar desafios, vencer as dificuldades e renovar as esperanças!

A seguir, apresentamos o Relatório Anual de Informações da Fundação, contendo as principais realizações e indicadores do exercício de 2020.

Atenciosamente,

A Diretoria Executiva

PRINCIPAIS NÚMEROS E INDICADORES



**Benefícios pagos
aos aposentados
e pensionistas**

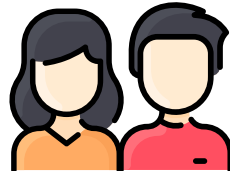
R\$ 153,6 milhões

PLANO A

**R\$ 141,8
MILHÕES**

PLANO B

**R\$ 11,7
MILHÕES**



Participantes

PLANO A

Ativos

06

Assistidos

1.457

PLANO B

Ativos

553

Assistidos

95



**Rentabilidade
acumulada no ano**

PLANO A

-1,84%
*Benchmark
(INPC + 4,10%)*

9,77%

PLANO B

-0,28%
*Benchmark
(CDI)*

2,77%



Superávit dos Planos

PLANO A

**R\$ 427,6
MILHÕES**

PLANO B

**R\$ 7,8
MILHÕES**

Reserva Especial

PLANO A

R\$ 98,3 MILHÕES

4º ANO DE CONSTITUIÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

Instância máxima da estrutura organizacional, responsável pela definição da política geral de administração da Entidade e de seus planos de benefícios. É composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dois eleitos e três indicados pelo patrocinador, dentre eles o Presidente, com mandatos de quatro anos.

CONSELHEIROS TITULARES	CONSELHEIROS SUPLENTE
Fernanda Rafaela Ballock Grossklags - Presidente	
Aurea da Silva Cabral	Sebastião Furtado Pena
Ronaldo Smith Lisboa	Roberto Luiz Martins de Castro
Alessandra Martins Monteiro	Luciana Ruas Caúla Bandeira de Mello
Bernardo Netto Arruda	

CONSELHO FISCAL

Órgão responsável pelo controle e fiscalização interna da gestão econômico-financeira da Fundação. É composto de cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dois eleitos e três indicados pelo patrocinador, dentre eles o Presidente, com mandatos de quatro anos.

CONSELHEIROS TITULARES	CONSELHEIROS SUPLENTE
Debora Pereira Tavares - Presidente	
Davi Dias da Silva	Armando Rubens de Campos Mendes
Maria Gracia Provenzano	Paulo César da Conceição Silva
	Daniel Volpe
	José Carlos de Lacerda Souza
	Thiago Gomes do Carmo

DIRETORIA EXECUTIVA

SUPERINTENDENTE GERAL	DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS	DIRETORA DE BENEFÍCIOS
João Bosco Quadros Barros	René Santos de Castro	Heloisa Falkenbach Santoro

ADMINISTRAÇÃO

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs
René Santos de Castro - Coordenador	
Maria Cristina Fischer Matos	Neicyr Guaycurus
Leonardo Giuberti Mattedi	

COMITÊ DE SEGURIDADE

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs
Heloisa Falkenbach Santoro - Coordenadora	
Rita Maria Cinelli Pinto	Romildo Oliveira Motta
Fernanda Pinheiro Gomes	Liliana Teixeira da Silva Monteiro Braz

COMITÊ DE ÉTICA

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs
Rodrigo Pavulos Bitzious - Coordenador	
Neuseli dos Santos Carmo	Regina Célia Mello
	Hugo Sales Teixeira
	Darileia Gonçalves de Almeida Santos

EMPREGADO DIRETAMENTE RESPONSÁVEL
PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

GERENTE DE INVESTIMENTOS
Roberta Carneiro da Silva

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs
Hélio Antônio Silva - Coordenador	
André Luiz da Cunha Rodrigues	Cristiane Candido da Silva Ferreira Barros
Roberta Carneiro da Silva	Ramon Igor Mello Oliveira
Terezinha Maria de Sa Vilela	Marcello de Souza Carvalho
Vinicius Trigo Amendola	

COMITÊ DE CONTROLES INTERNOS

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs
Vinicius Trigo Amendola - Coordenador	
André Luiz da Cunha Rodrigues	Cristiane Candido da Silva Ferreira Barros
Hélio Antônio Silva	Neuseli dos Santos Carmo
Roberta Carneiro da Silva	Marcello de Souza Carvalho
Terezinha Maria de Sa Vilela	

GOVERNANÇA

De acordo com os normativos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão que fiscaliza e orienta o funcionamento das EFPCs, a Fundação preza pela certificação e habilitação de seus dirigentes e conselheiros.

CERTIFICAÇÃO

A legislação vigente determina que nas fundações acessíveis a empregados de empresa privada, a maioria dos conselheiros, diretores e membros dos comitês de assessoramento, que atuem na avaliação e aprovação de investimentos sejam devidamente certificados e que tenham reconhecida qualificação técnica. A PREVIRB oferece aos componentes de sua estrutura de governança um programa de treinamento voltado para a capacitação e qualificação de seus membros. A Fundação entende que a certificação, além de ser uma obrigação legal, é um importante instrumento de qualificação dos profissionais das Entidades de Previdência Complementar Fechada.

Em dezembro de 2020, a PREVIRB tinha certificado

100% de seus Diretores Executivos;

80% dos conselheiros deliberativos efetivos, sendo:

➔ 100% dos conselheiros eleitos; e

➔ 66% dos conselheiros indicados;

75% dos conselheiros deliberativos suplentes, sendo:

➔ 100% dos conselheiros eleitos; e

➔ 50% dos conselheiros indicados;

100% dos conselheiros fiscais efetivos, sendo:

➔ 100% dos conselheiros eleitos; e

➔ 100% dos conselheiros indicados;

80% dos conselheiros fiscais suplentes, sendo:

➔ 100% dos conselheiros eleitos; e

➔ 66% dos conselheiros indicados;

75% dos membros do comitê de investimento;

100% dos empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos

Destacamos que em dezembro de 2020 havia:

➔ quatro suplentes no CONDEL, devido à vacância de um indicado;

➔ um membro suplente no COINV, também devido a vacância de um indicado;

➔ e um membro do COINV ainda estava no prazo de um ano para obter sua Certificação.

HABILITAÇÃO

Em 2020 todos os Diretores e Conselheiros Deliberativos e Fiscais estavam habilitados, obedecendo aos critérios listados na Instrução PREVIC nº 13/2019. O processo de habilitação consiste em uma análise dos dados pessoais e profissionais dos dirigentes e conselheiros, o que inclui informações curriculares, certificações e comprovação de experiência, de no mínimo três anos em atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou auditoria.

GLOSSÁRIO

- 1. Balanço Patrimonial:** apresenta a posição financeira e patrimonial da entidade ao final do exercício fiscal, portanto, uma posição estática. O ativo é o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos e o passivo compreende as obrigações para com participantes e terceiros.
- 2. Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Contábeis, também denominadas “Demonstrações Financeiras”, são uma apresentação estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade ao fim do exercício fiscal. O conjunto das demonstrações contábeis está descrito nas Notas Explicativas.
- 3. Demonstrativo de Investimentos:** revela a alocação de recursos da entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela Política de Investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável etc.), a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.
- 4. Duration:** Termo da língua inglesa utilizado para definir o prazo médio de uma carteira de investimentos ou do passivo.
- 5. Fundo de Investimento:** ativo administrado pela entidade, que será administrado de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, através da política de investimentos ou outro normativo.
- 6. LGPD:** Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD), sancionada em agosto de 2018, que entrou em vigor em agosto de 2020. A LGPD estabelece regras sobre coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados pessoais, impondo mais maior proteção e também penalidades para o não cumprimento.
- 7. Meta atuarial:** meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do fundo, de forma a garantir o resultado necessário ao pagamento dos benefícios dos participantes.
- 8. Notas Explicativas:** são complementos às Demonstrações Contábeis, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da situação e da evolução patrimonial da empresa ou entidade.
- 9. Parecer Atuarial:** documento elaborado pelo atuário, no qual este certifica o nível de reservas e a situação financeira e atuarial do Plano de Benefícios em determinada data, apresenta seus comentários técnicos, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do plano.
- 10. Participante:** pessoa física que adere ao Plano de Benefícios administrado por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar.
- 11. Patrocinador:** empresa ou grupo de empresas que institua para seus empregados, Plano de Benefícios de caráter previdenciário, por intermédio de Entidade Fechada de Previdência Complementar.
- 12. Política de Investimentos:** documento de periodicidade anual que estabelece os parâmetros e normas que deverão ser observados na condução dos investimentos.

GLOSSÁRIO

13. Reserva de Contingência: reserva para garantia de benefícios, correspondente ao resultado superavitário do plano ao final do exercício depois de satisfeitas as exigências regulamentares do referido plano, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor das Provisões Matemáticas.

14. Reserva Especial: reserva para revisão do plano de benefício, sendo constituída com os valores excedentes da Reserva de Contingência.

15. Reserva Matemática: Valor monetário que designa os compromissos da EFPC em relação a seus participantes em uma determinada data. Corresponde à soma da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBAC) e a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC).

16. Superávit: é o resultado positivo do Plano de Benefícios acima da meta atuarial, ou seja, é a situação em que as Reservas Matemáticas,

além de encontrarem-se cobertas pelos bens do Ativo do plano, possuem excedente.

17. Taxa de Juros: A taxa de juros é um índice utilizado em economia e finanças para registrar a rentabilidade de um investimento. É o custo do dinheiro no tempo. As taxas poderão ser pré-fixadas (conhecidas previamente) ou pós-fixadas (conhecidas *a posteriori*).



GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

CENÁRIO ECONÔMICO

NACIONAL

Logo que 2020 havia começado e as notícias de uma pandemia começavam a circular. No Brasil, a Covid-19 foi detectada após as comemorações do Carnaval, e a partir de março o país entrou em quarentena. O isolamento necessário para conter a propagação do vírus fechou escolas, comércios não essenciais e empresas. A paralisação da atividade econômica derrubou a arrecadação, o mercado acionário e fez disparar o desemprego e o câmbio. Nesse cenário, as projeções para o ano passaram a mostrar um ambiente de crise profunda, com algumas estimativas apontando para uma queda do PIB de quase 10%.

No decorrer dos meses, com a aprovação e o avanço na produção das vacinas, reabertura da economia e a ajuda do Auxílio Emergencial, a previsão passou a indicar uma crise menos avassaladora, mas ainda grave. Nesse sentido, a mediana das projeções de mercado para o PIB de 2020 encerrou o ano em uma queda em torno de 4%.

Além da queda da atividade econômica, a pande-

mia provocou alta na inflação brasileira em 2020. O índice IPCA encerrou o ano com alta de 4,52%, acima do centro da meta inflacionária estabelecida pelo Banco Central de 4%.

Seguindo o exemplo de outros bancos centrais do mundo, o Banco Central do Brasil adotou medidas de políticas monetária, cambial e de estabilidade financeira, para conter os efeitos da Covid-19 na economia. A Selic iniciou o ano a uma taxa de 4,50% e, após cinco cortes, terminou o ano com uma taxa de 2,00%. Com o baixo retorno da Selic, os investimentos no segmento de renda fixa se tornaram menos atrativos, beneficiando o movimento de entrada de recursos em alguns setores na bolsa de valores, levando o Ibovespa a se recuperar da queda, principalmente nos dois últimos meses do ano, em resposta ao avanço da vacinação em alguns países e da expectativa do início da vacinação no Brasil.

PERSPECTIVAS 2021: O QUE ESPERAR?

O mercado global segue otimista com a vacinação nas principais economias, a estabilização de casos

nos EUA e Europa e com os robustos pacotes fiscais. Mas, segundo analistas, para chegar a um cenário ideal de retomada, é preciso que se concretize uma ampla distribuição da vacina contra a Covid-19 nos primeiros meses de 2021, com um número razoável de pessoas imunizadas. No Brasil, o último boletim Focus do ano de 2020 projetou crescimento de 3,3% do PIB para 2021. O mercado segue preocupado com as novas variantes do coronavírus, atrasos na vacinação, normalização parcial da política monetária, o retorno do auxílio emergencial e a continuidade da agenda de reformas.

PROJEÇÕES BRASIL – FOCUS

Expectativas de Mercado	2021	2022	2023	2024
IPCA – Acumulado (%)	3,87	3,50	3,25	3,25
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	5,10	5,03	5,00	5,00
Meta Taxa Selic (% a.a.)	4,00	5,00	6,00	6,00
PIB (% de crescimento)	3,29	2,50	2,50	2,50

CENÁRIO ECONÔMICO

INTERNACIONAL

Além da pandemia do coronavírus, o ano de 2020 teve como pano de fundo outros grandes acontecimentos: ameaças de guerra, problemas ambientais, eleições polêmicas, manifestações contra o racismo, entre outros, mas o grande destaque foi a pandemia. A partir de fevereiro, o vírus deixou de ser ameaça apenas à China e se espalhou por outras regiões do globo. Países europeus (com destaque para a Itália e a Espanha) foram os primeiros a sentir os efeitos do avanço da doença, e logo depois os Estados Unidos, que se tornaram o país mais atingido, com milhares de mortes na onda inicial. Até o fim do ano, mais de 81 milhões de pessoas já haviam contraído o vírus ao redor do mundo, com as grandes metrópoles fortemente impactadas pelas medidas restritivas de quarentena e isolamento social.

A pandemia representou um choque profundo na economia mundial, cujo alcance e consequências foram difíceis de vislumbrar ao longo de 2020. As medidas de isolamento impactaram a oferta e a demanda por bens e serviços, modificando as relações de trabalho, produtivas, comerciais e de crédito. Reagindo a isso, as bolsas de valores registraram fortes quedas, a moeda americana se valorizou e as commodities desvalorizaram – especialmente o petróleo – diante da expectativa de forte retração da atividade econômica. Para conter os efeitos negativos da pandemia da Covid-19, os governos e os bancos centrais liberaram grandes volumes de estímulos fiscais e monetários, além de outras medidas de apoio.

Apesar do susto com a segunda onda da Covid em muitos países, as projeções vão refletindo melhoras e recuperação da economia com revisões para o PIB

Global, que, segundo relatório da OCDE, deverá encolher 4,2%.

Para 2021, as projeções são mais promissoras, com crescimento equivalente, de 4,2%, segundo a OCDE. As perspectivas de crescimento forte da economia mundial se apoiam na hipótese de continuidade das atuais políticas expansionistas, tanto a fiscal quanto a monetária, e na erradicação do vírus.

PREVISÕES DE CRESCIMENTO – OCDE

PIB (%)	2020	2021	2022
Global	-4,2	4,2	3,7
Estados Unidos	-3,7	3,2	3,5
China	1,8	8	4,9
Zona Euro	-7,5	3,6	3,3
Reino Unido	-11,2	4,2	4,1
Índia	-9,9	7,9	4,8

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

O principal objetivo da gestão dos investimentos de um fundo de pensão é assegurar a solvência de longo prazo e, ao mesmo tempo, garantir o fluxo de pagamentos das obrigações previdenciárias imediatas e de curto prazo. No caso do Plano de Benefício Definido (BD) – Plano A, busca-se atingir e/ou superar a meta atuarial, que foi definida em sua Política de Investimentos como INPC + 4,10% ao ano. Já o Plano de Contribuição Vari-

ável (CV) – Plano B busca-se atingir e/ou superar o índice de referência definido em sua Política de Investimentos de 100% da variação do CDI. Em relação à gestão das despesas administrativas dos planos de benefícios, a PREVIRB a executa através de seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, que tem como meta de retorno atingir e/ou superar a variação do CDI.

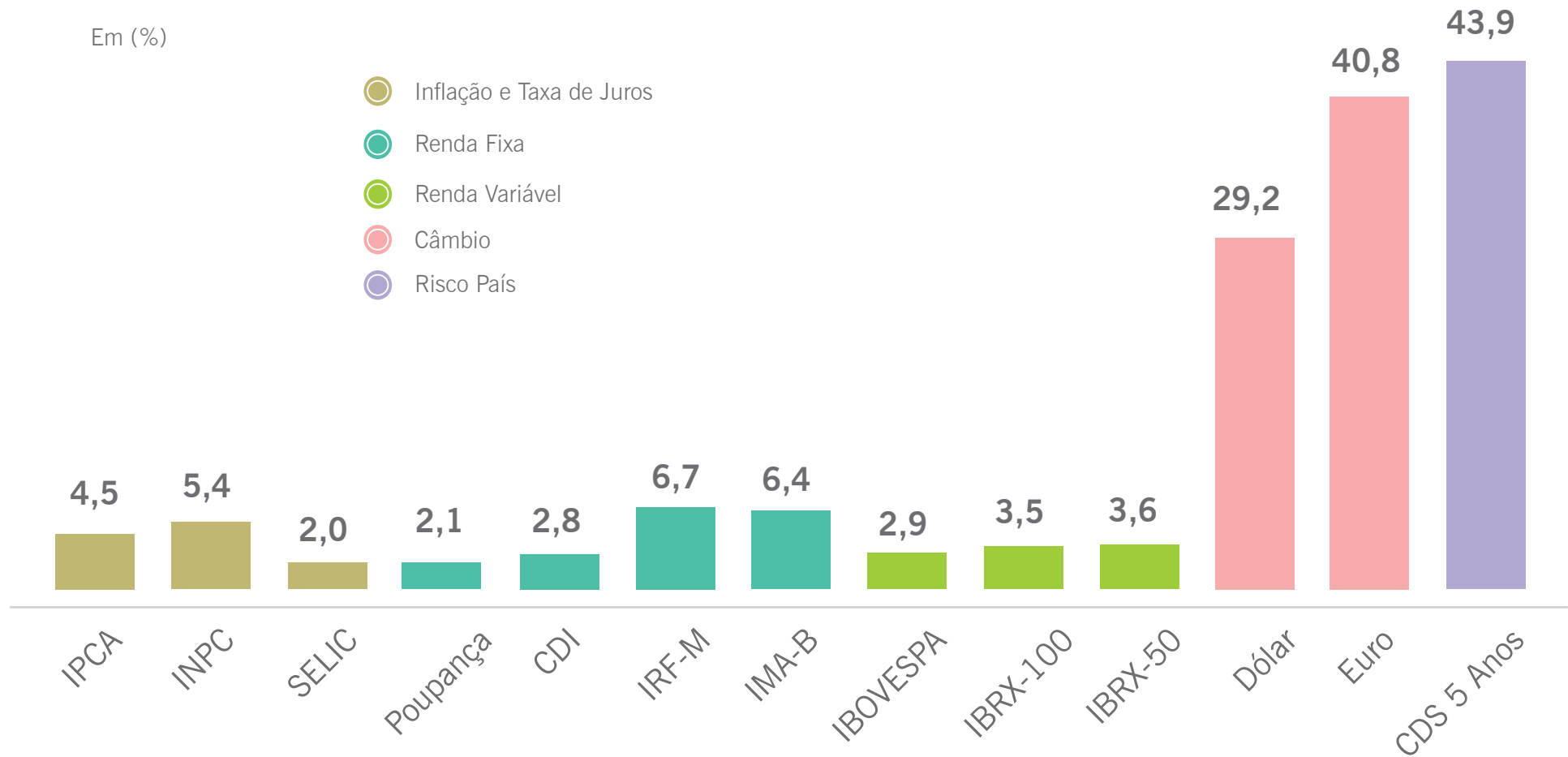
A Resolução CMN nº 4.661/2018 dá as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, em seu artigo 5º, dispõe que *“a aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e os fluxos de pagamentos dos ativos”*.

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

No encerramento de 2020, os principais fatores de risco à carteira de investimentos apresentaram os seguintes resultados:

Em (%)

- Inflação e Taxa de Juros
- Renda Fixa
- Renda Variável
- Câmbio
- Risco País



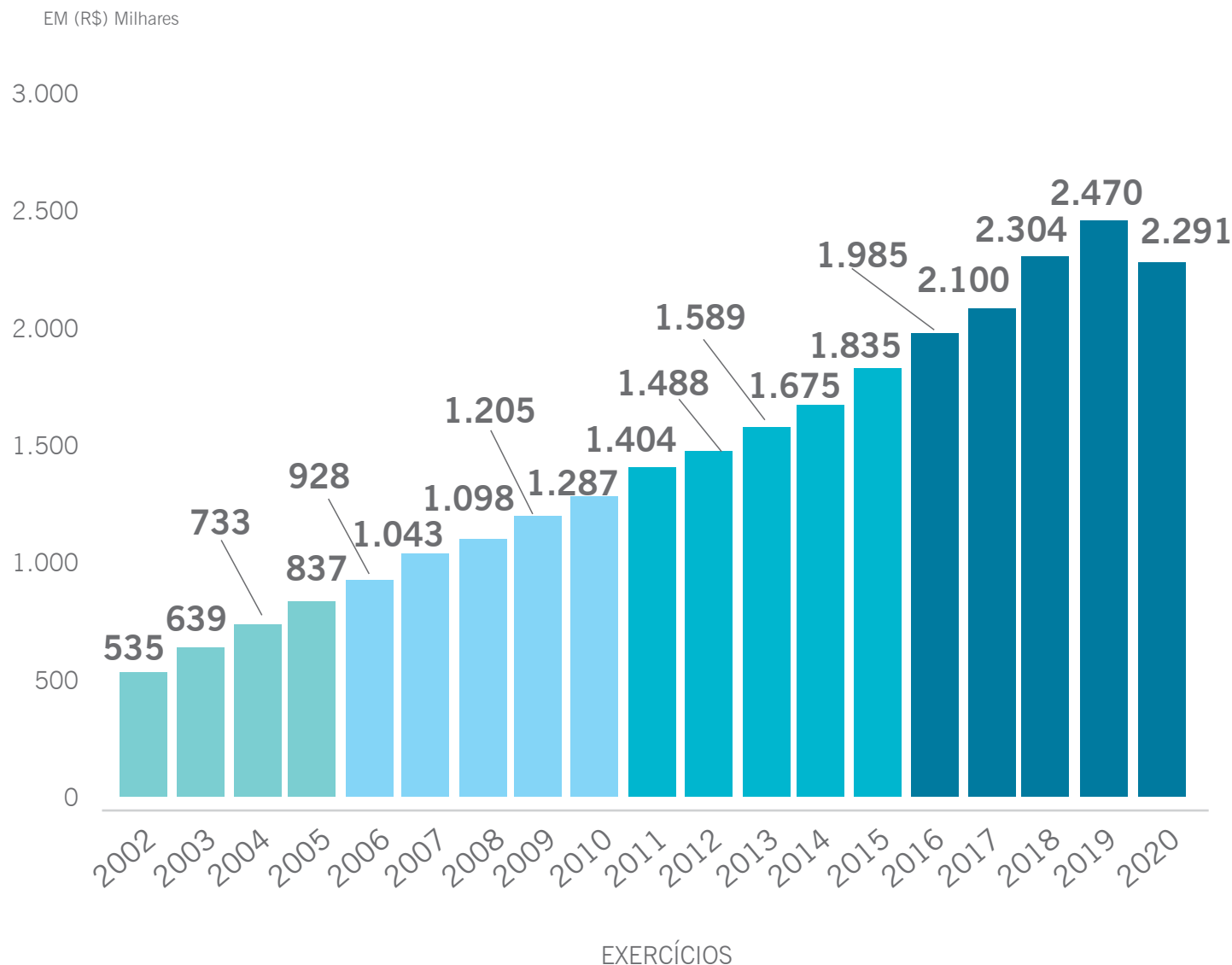
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO A

Diante do cenário apresentado em 2020, a carteira de investimentos do Plano Previdencial A mostrou um fluxo de investimentos negativo (remuneração dos ativos financeiros menos despesas com investimentos) de R\$ 55.113.133,24.

É importante salientar que mesmo considerando todas as medidas adotadas, que tiveram impacto nas reservas técnicas nos últimos exercícios, com objetivo de manter o equilíbrio atuarial, o superávit acumulado do Plano A alcançou em dezembro de 2020 o montante de R\$ 427.683.516,51.

O fluxo previdencial acumulado no exercício foi negativo em R\$ 121.955.348,10, peculiar a um plano previdencial maduro. O ativo total do Plano A atingiu em dezembro de 2020 o montante de R\$ 2.291.201.465,06, contra R\$ 2.469.802.652,37 no mesmo período de 2019, recuando em 7,23% em razão da crise provocada pela Covid-19.

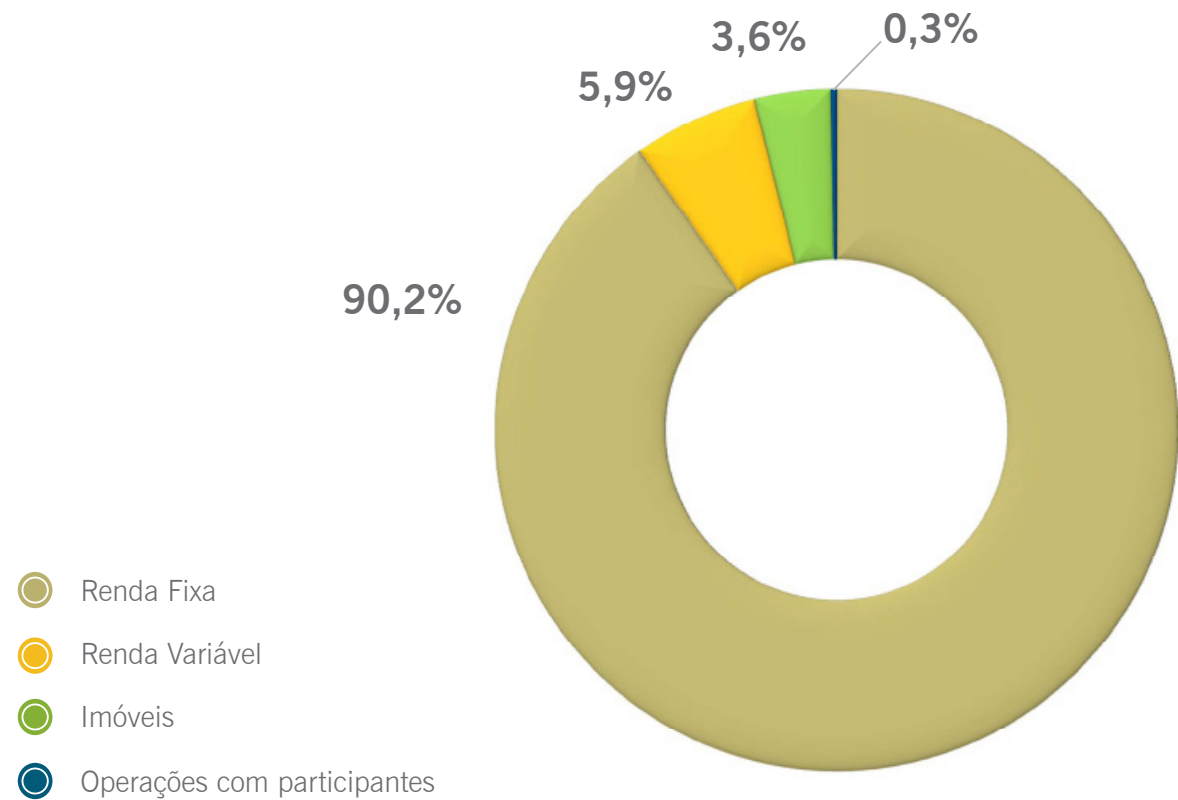
EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL



PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO A

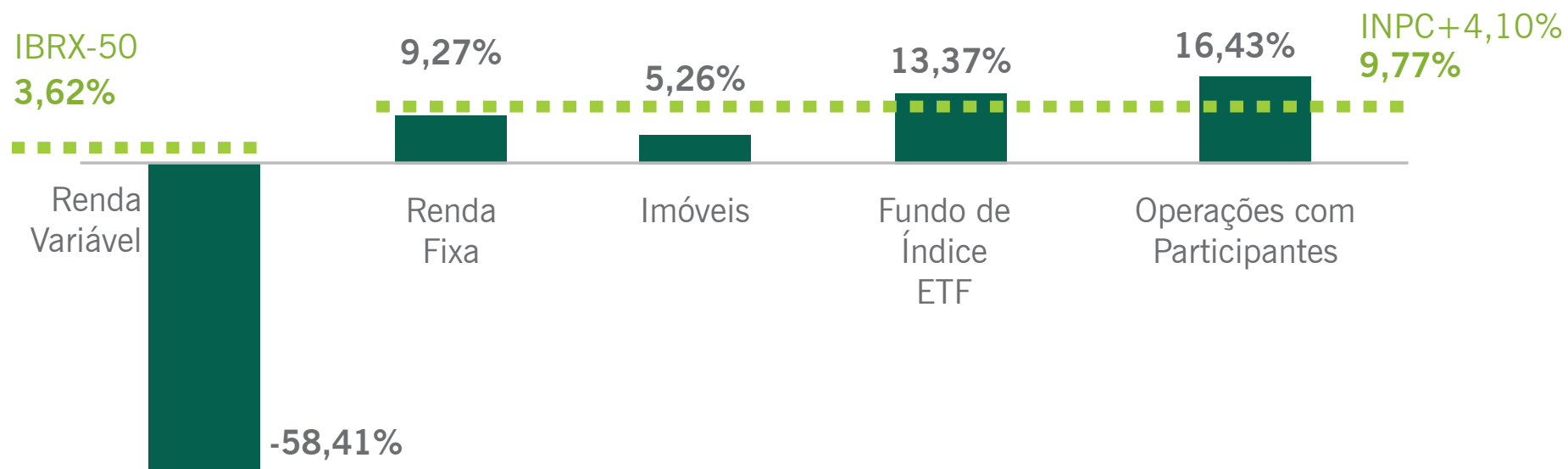
Com resultado acumulado negativo de 1,84%, o Plano Previdencial A não conseguiu superar sua meta atuarial (INPC+4,10%) que atingiu 9,77%, ao final de 2020. É importante ressaltar que a crise deteriorou significativamente o valor dos ativos financeiros de forma geral, mostrando recuperação apenas nos últimos meses do ano. Contudo, através de uma gestão diligente e focada na diversificação, na recuperação dos preços dos ativos e nas oportunidades de alocações que surgiram ao longo do ano, encerramos o exercício muito próximo de conseguir zerar as perdas no Plano.

APLICAÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS (%)



PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO A

RETORNO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS (%)



O setor de renda variável foi especialmente atingido pelo impacto da crise ocasionada pela pandemia, e também pela desvalorização das ações do patrocinador IRB Brasil RE. Como pode ser observado no gráfico anterior, podemos destacar o retorno de Operações com Participantes (empréstimos) e o Fundo de Índice – ETF como os segmentos que melhor performaram na carteira de investimentos. Na sequência,

o segmento de Renda Fixa se mostrou extremamente resiliente diante de um cenário de crise onde o risco de mercado foi alto, com flutuação nos índices de preços, câmbio e taxas de juros. O segmento de Imóveis, apesar do resultado positivo, ficou abaixo da meta de rentabilidade, em razão dos impactos da pandemia, que afetou especialmente o setor de locação comercial e os shoppings.

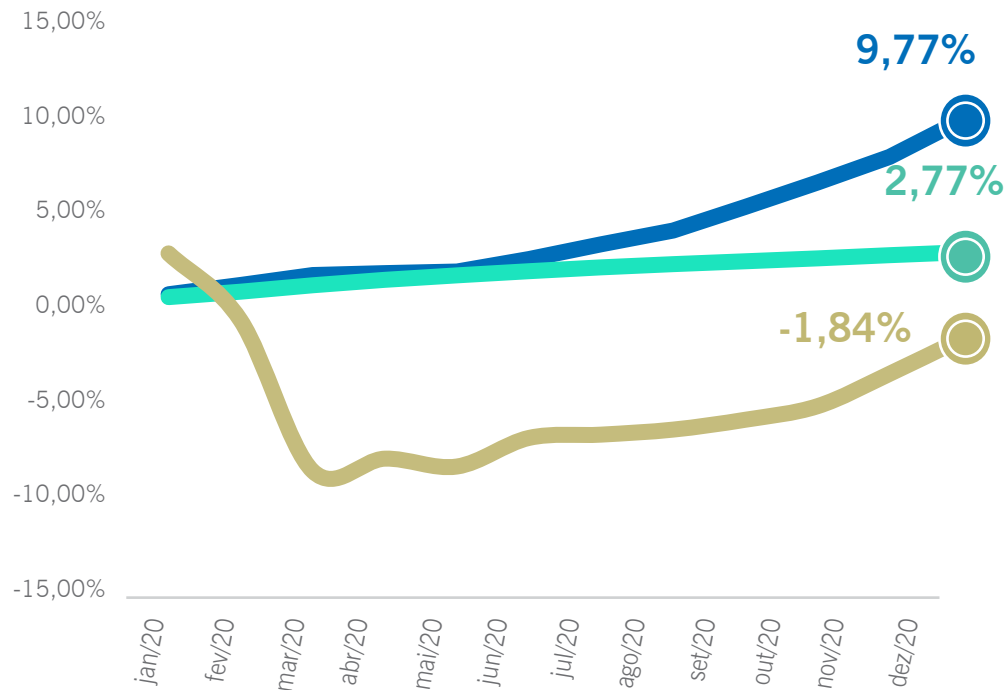
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO A

As aplicações são feitas com base na Política de Investimento, disponível no site da Fundação para todos os participantes, obedecendo aos limites estipulados pelo Banco Central do Brasil, através da

Resolução CMN nº 4.661/2018. Vale lembrar que os compromissos da Fundação são de longo prazo, sendo fundamental avaliar sempre os resultados sob a perspectiva de períodos longos. Os gráficos a seguir

mostram os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses, comparando-os com sua meta atuarial e a variação do CDI.

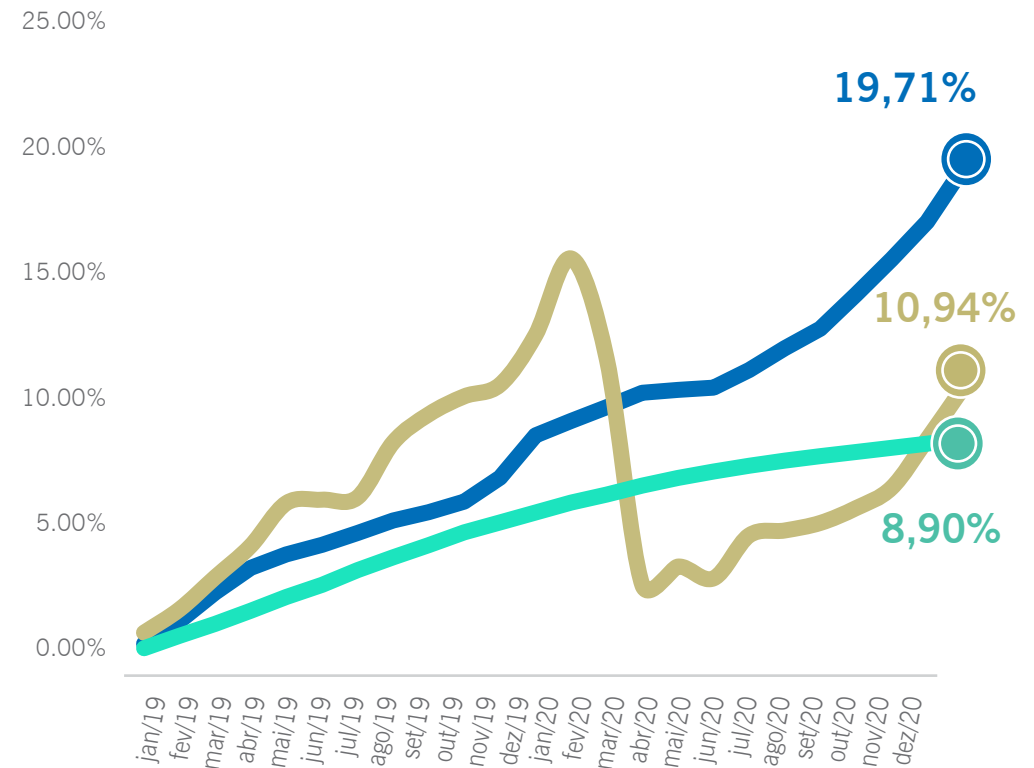
12 MESES



● Rentabilidade Acumulada do Plano A

● CDI Acumulado

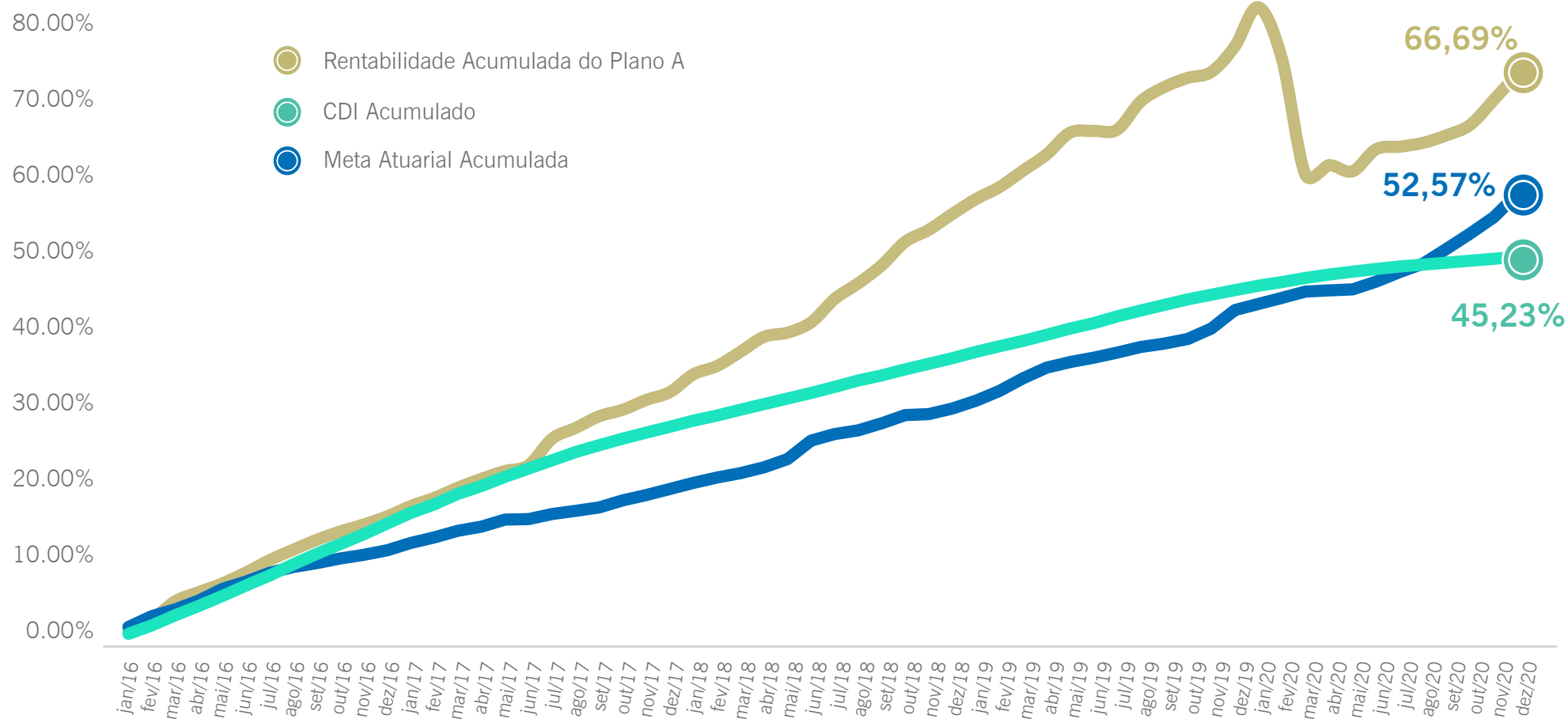
24 MESES



● Meta Atuarial Acumulada

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO A

60 MESES



PERFORMANCE DOS SEGMENTOS - PLANO A

RENDA FIXA

O segmento de Renda Fixa iniciou o ano de 2020 com os mesmos desafios enfrentados no ano anterior – queda na taxa básica de juros da economia (Selic), que reduziram substancialmente os juros dos ativos, sob o contexto de maior pressão inflacionária. Consequentemente as taxas de opções mais seguras como as dos títulos públicos já não apresentavam os mesmos retornos do passado, o que impossibilitou os reinvestimentos no segmento. A pandemia acelerou o processo de busca de alocações em ativos de risco.

Segundo a Anbima, com redução histórica da taxa de juros chegando ao final de 2020 em 2,00% a.a, o IMA-Geral, que representa a carteira de títulos públicos em mercado, apresentou variação de 5,34% contra 12,82% registrados em 2019, encerrando o ano com variação em 193% do DI. Este desempenho é bem inferior aos resultados de 2019, sobretudo em razão dos efeitos da pandemia sobre a economia e seus reflexos nos preços dos títulos.

O segmento de Renda Fixa representa a maior parcela nos investimentos na carteira do Plano A (90,2%), sendo composto por: títulos públicos indexados à inflação (74,6% do segmento), títulos públicos prefixados (9,3% do segmento), créditos privados (12,6%

do segmento) e Fundos de Investimentos (3,5% do segmento). Cabe ressaltar que a taxa média do estoque dos títulos de renda fixa, que compõem a carteira de investimentos do Plano A, foram aplicados em períodos em que as taxas negociadas eram superiores as que são oferecidas no mercado atual.

O desempenho acumulado da carteira de Renda Fixa do Plano A foi positivo, encerrando o ano de 2020 com um volume de R\$2,04 bilhões e rentabilidade de 9,27%. Apesar dos ativos indexados ao IPCA, que têm maior peso na carteira do segmento, terem aproveitado a pressão inflacionária ao longo de 2020, o segmento atingiu apenas 94% do benchmark, justificado pelo resultado do INPC (índice meta de retorno) que foi superior ao resultado do IPCA.

Os economistas continuam revisando para cima as projeções para a inflação em 2021: a percepção é de que a inflação supere a meta central definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3,75%, que a taxa de juros suba ao nível de 4,00% no ano, e que a economia brasileira siga em recuperação gradual, a depender do quadro fiscal e do andamento das reformas necessárias.

RENDA VARIÁVEL

O sentimento no início de 2020 era de otimismo no

mercado acionário, sobretudo por causa da aprovação da reforma da previdência em 2019. Com juros em queda, o segmento de renda variável era visto como uma das principais alternativas de investimentos no movimento de diversificação de alocações.

Em janeiro, o mundo já começava a se preocupar com o avanço da Covid-19, que surgiu em Wuhan, na China, e levou a fortes restrições às cidades chinesas. Em março, a disseminação já se tornava global, levando a decretação de uma pandemia, e à medida que os casos avançavam, as bolsas atingiam os menores valores. Diante das incertezas, a bolsa brasileira passou por seis circuit breakers, por conta dos temores em relação à letalidade do vírus, o tratamento específico, a duração da pandemia e quando surgiria uma vacina. Seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, como estratégia de diminuir o contágio, por meses várias cidades entraram em lockdown limitando as atividades não essenciais, afetando diversos setores da economia.

Diante da crise, os governos e os Bancos Centrais do mundo agiram rapidamente reduzindo as taxas de juros, adotando medidas de apoio e aprovando pacotes de estímulos monetários e fiscais. Além disso, ao longo dos meses foram surgindo notícias positivas sobre vacinas contra a Covid-19, o que restaurou um

PERFORMANCE DOS SEGMENTOS - PLANO A

sentimento de uma “volta ao normal” na economia mundial. Com isso, as projeções para o PIB de 2021 foram revisadas, o que reforçou a euforia nos mercados, fazendo o Ibovespa encerrar o ano com valorização de 2,92% e o IbrX-50 com valorização de 3,62%. Vale destacar que, em Wall Street, o índice Dow Jones registrou ganho acumulado de 7%. Na China, o índice Shanghai Composite registrou alta de 14%. Na Europa, o índice DAX de Frankfurt registrou 4% de ganho e o CAC 40 de Paris fechou em queda de 7%.

Além do cenário exposto da crise gerada pela pandemia da Covid-19, a carteira de renda variável do Plano A também foi impactada pela desvalorização das ações do IRB Brasil RE. Vale lembrar que as ações do IRB passaram a fazer parte da carteira da fundação originalmente através do FIP Barcelona, cujo início das operações foi em 2013.

Em janeiro, as ações do IRB sofreram desvalorização em razão dos questionamentos das práticas contábeis da empresa pela gestora de recursos Squadra, que se somou à contestação de que o conglomerado Berkshire Hathaway, do megainvestidor Warren Buffett, teria adquirido papéis da companhia. Este imbróglio resultou na desvalorização das ações, que encerrou o ano em queda de 77%. A PREVIRB se-

gue otimista com as ações da Patrocinadora que, mesmo com a queda acentuada na cotação, assegurou ainda uma valorização expressiva com relação ao capital investido. Entretanto, a fim de atenuar o risco de volatilidade e obter uma melhor diversificação no segmento, reduziu a participação relativa das ações do IRB na carteira de renda variável, alocando parte desses recursos na carteira de renda fixa. Foram realizadas, ainda, realocações em ações de outros setores, também atingidos por reduções em decorrência da pandemia, porém com potencial mais expressivo de retorno.

O segmento de Renda Variável do Plano A encerrou o exercício com 20 empresas correlacionadas com o PIB, exposição de 6% do total dos investimentos e um volume de aproximadamente R\$134 milhões. O desempenho da carteira foi negativo em 58,41%, tendo como principal motivo a desvalorização das ações do IRB e a pandemia da Covid-19.

IMÓVEIS

Com um ano de transformações intensas para pessoas e empresas, o setor imobiliário enfrentou grandes desafios. A pandemia afetou diretamente os imóveis comerciais elevando a taxa de vacância com o aumento do home office e os shoppings centers com

queda nas vendas e diminuição do fluxo de visitantes, além dos períodos de lockdown.

O segmento de imóveis da carteira de investimentos do Plano A encerrou o ano com volume de R\$82 milhões e com o resultado acumulado de 5,26%.

Para 2021, ainda sob um aumento de casos da Covid-19, se mantém o cenário de incertezas, postergando a retomada de alguns segmentos, como por exemplo, Salas Comerciais e Shoppings. O setor deverá avançar quando o número de pessoas imunizadas for significativo.

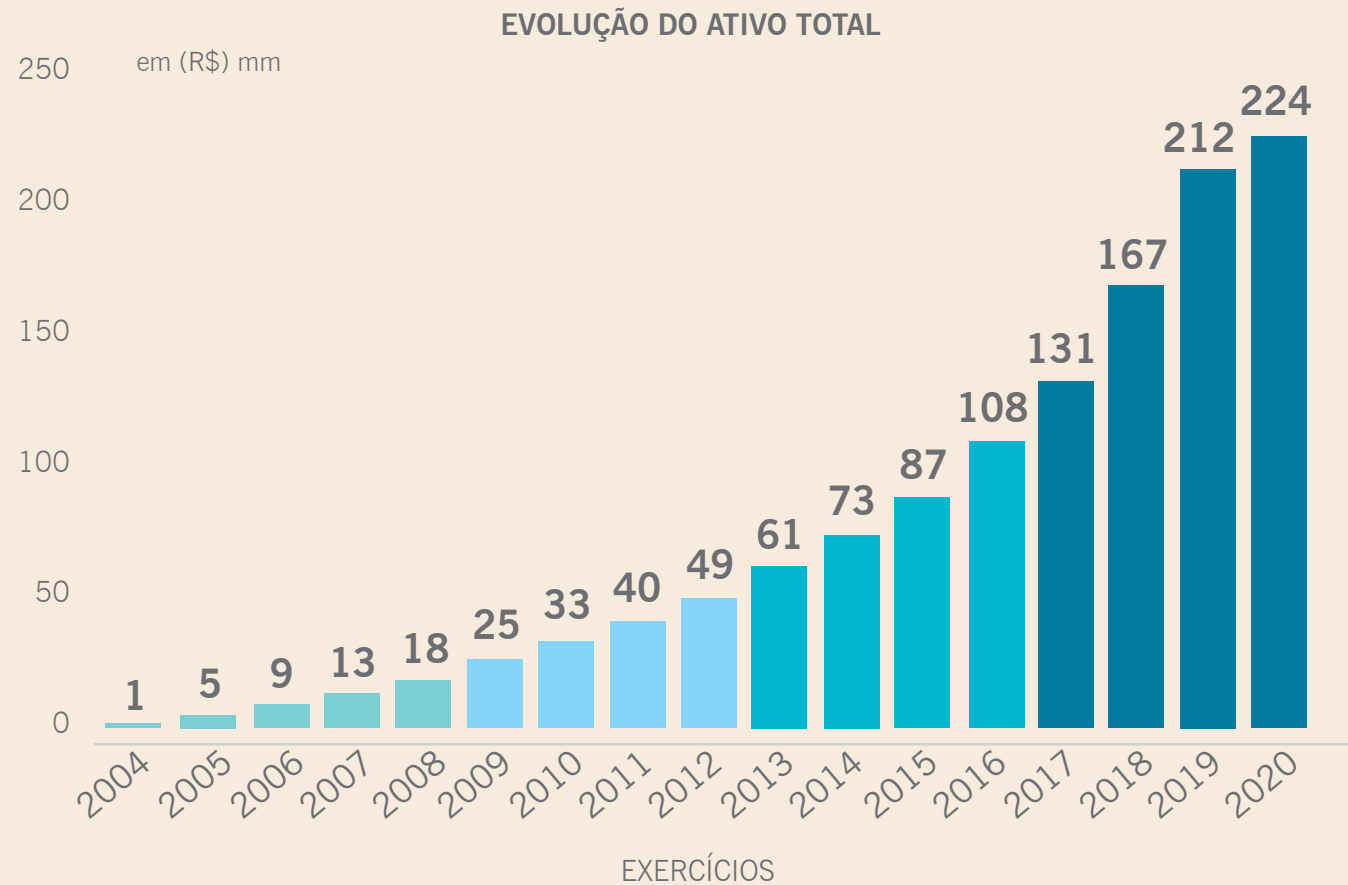
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTE

O segmento finalizou o exercício de 2020 com 301 contratos de empréstimos, quantidade 10% inferior a dezembro/19, um volume financeiro de R\$ 6.296 milhões contra R\$ 6.284 milhões no final do ano anterior. Essa valorização pode ser explicada pela variação do índice de correção dos empréstimos – INPC – que em 2020 foi de 5,45%, resultado acima dos 4,48% de 2019. Com isso, a rentabilidade acumulada do segmento na carteira de empréstimos do Plano A foi de 16,43%, com desempenho de 66% acima do benchmark (101% da variação do INPC + 4,10%).

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO B

A carteira de investimentos do Plano Previdencial B apresentou um fluxo de investimentos (remuneração dos ativos financeiros menos despesas com investimentos) negativo de R\$ 576.238,35.

Com isso, o superávit acumulado foi de R\$ 7.855.786,48. O ativo total do Plano B atingiu em dezembro de 2020 o montante de R\$ 224.284.740,49 contra R\$ 211.829.219,20 no mesmo período de 2019, evoluindo 5,88%.



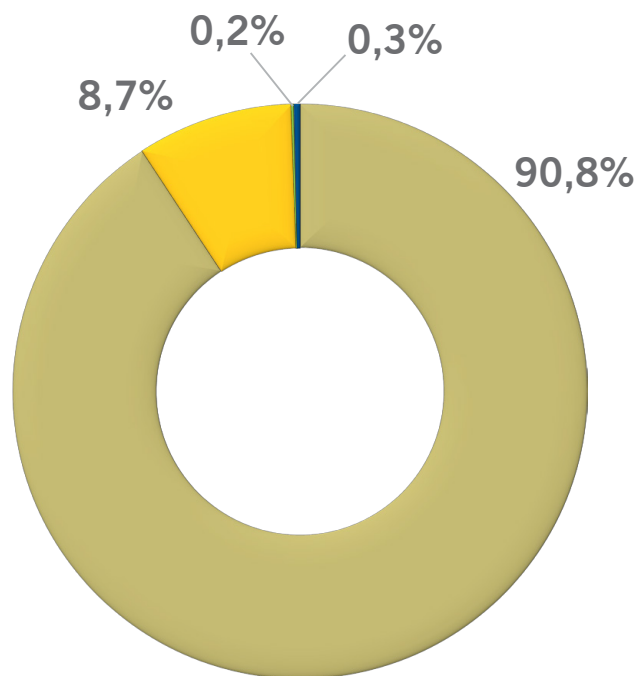
No exercício de 2020, assim como no Plano A, o Plano Previdencial B teve que lidar com dois grandes desafios: a desvalorização das ações do patrocinador IRB Brasil RE e a pandemia da Covid-19. O Plano encerrou o ano com rentabilidade negativa de 0,28%, não superando a meta de retorno (CDI), que fechou o ano em 2,77%. Contudo, o plano se manteve resiliente sob uma gestão focada na redução dos riscos e na diversificação das alocações, conseguindo encerrar o ano pratica-

mente zerando as perdas.

Importante frisar que todas as aplicações são feitas com base na Política de Investimento do Plano, disponível no site para todos os participantes, obedecendo aos limites estipulados pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.661/2018.

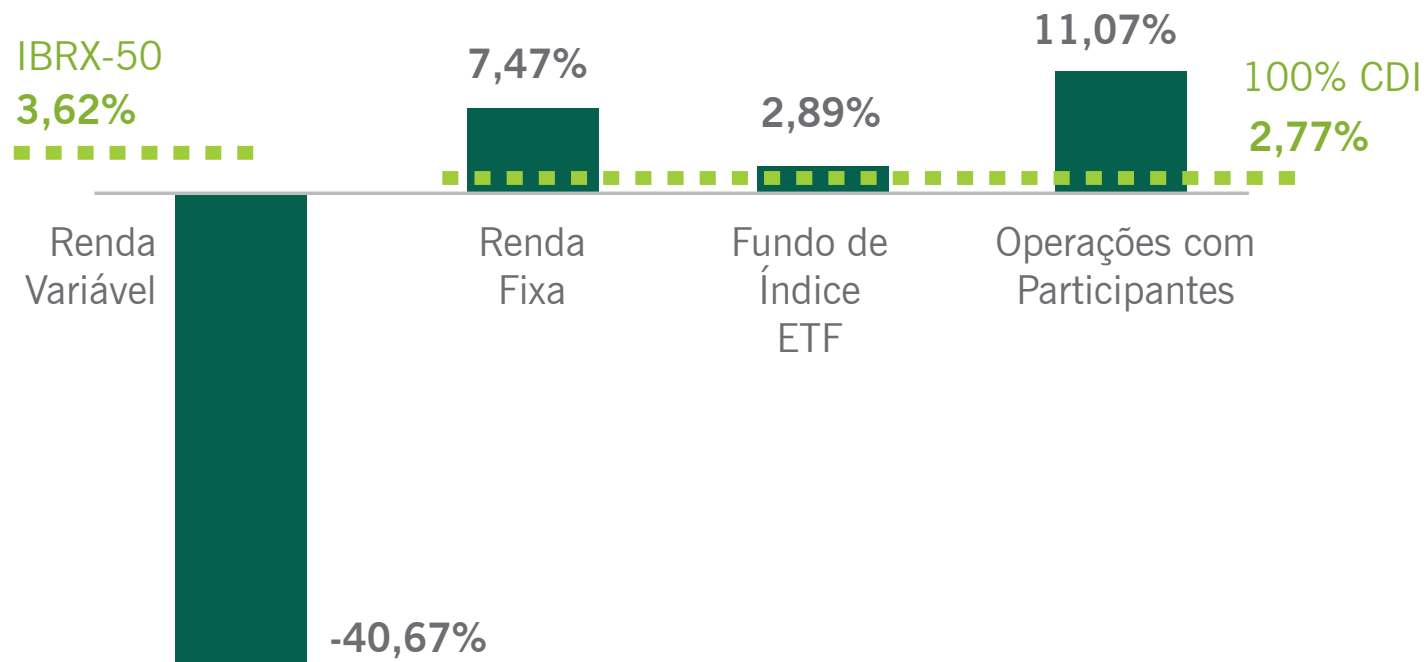
PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO B

APLICAÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS (%)



- Renda Fixa
- Renda Variável
- Fundo de Índice - ETF
- Operações com participantes

RETORNO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS (%)



Todos os segmentos apresentaram resultados positivos, com exceção do segmento de Renda Variável que performou negativamente em razão da desvalorização das ações do IRB e as volatilidades trazidas pelas incertezas em relação à pandemia da Covid-19. Destacamos os retornos acumulados dos segmentos de Operações com Participantes e Renda Fixa que superaram a meta em 296%

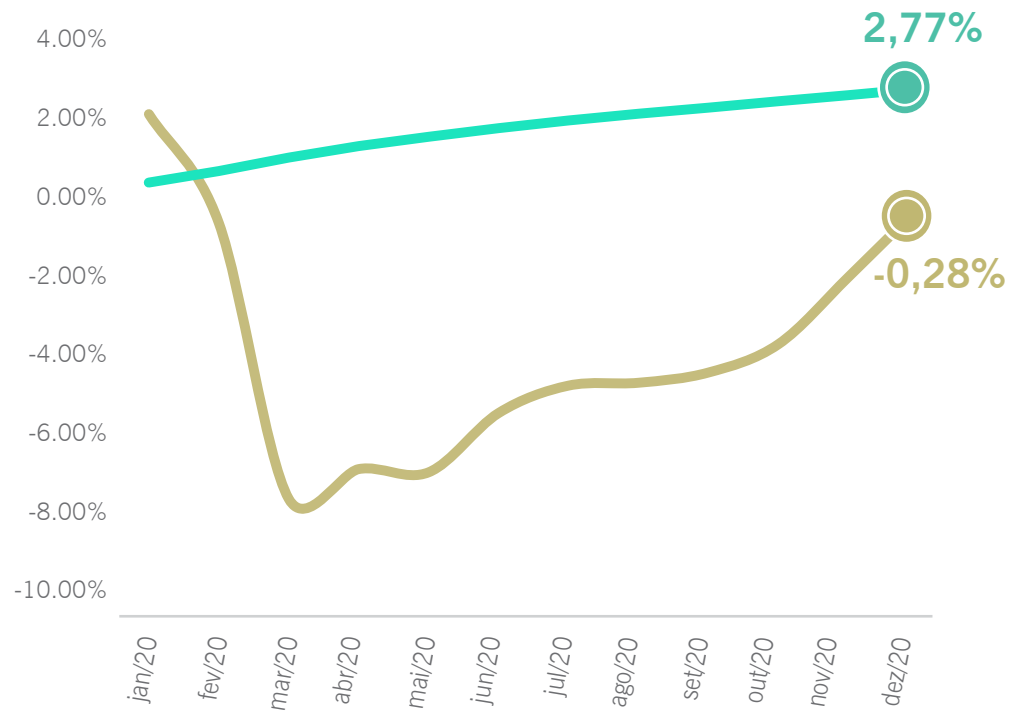
e 167%, respectivamente. O Fundo de Índice foi aplicado em meados do mês de dezembro e mesmo assim mostrou desempenho superior ao CDI.

A PREVIRB ressalta que seus compromissos são de longo prazo, sendo fundamental avaliar sempre os resultados sob a perspectiva de períodos longos.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO B

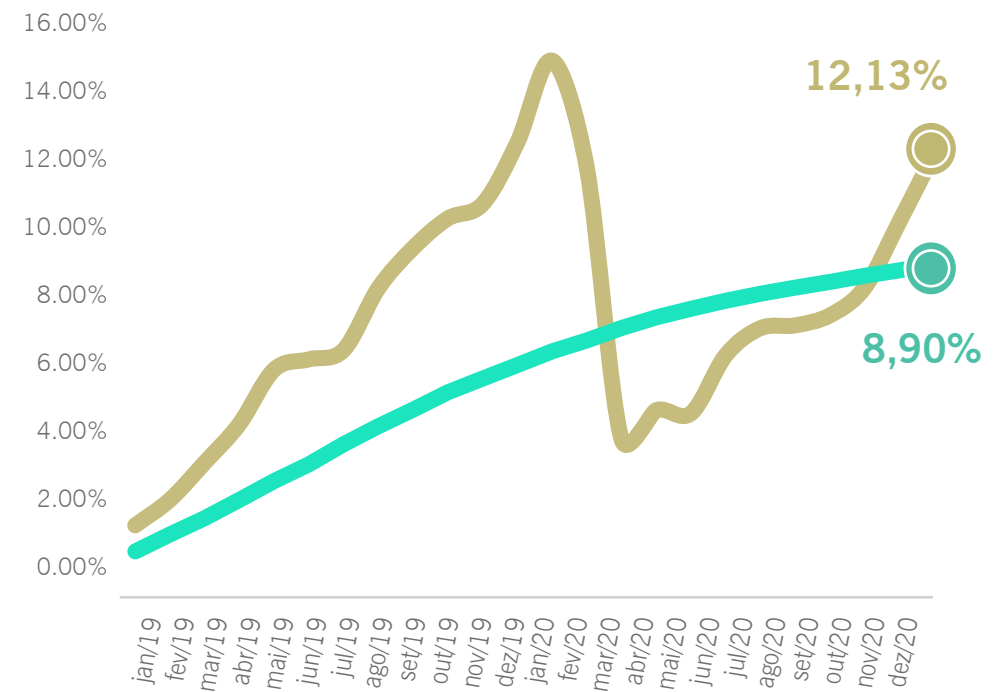
Os gráficos a seguir demonstram os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses, comparando-os com sua meta, a variação do CDI.

12 MESES



● Rentabilidade Acumulada do Plano B

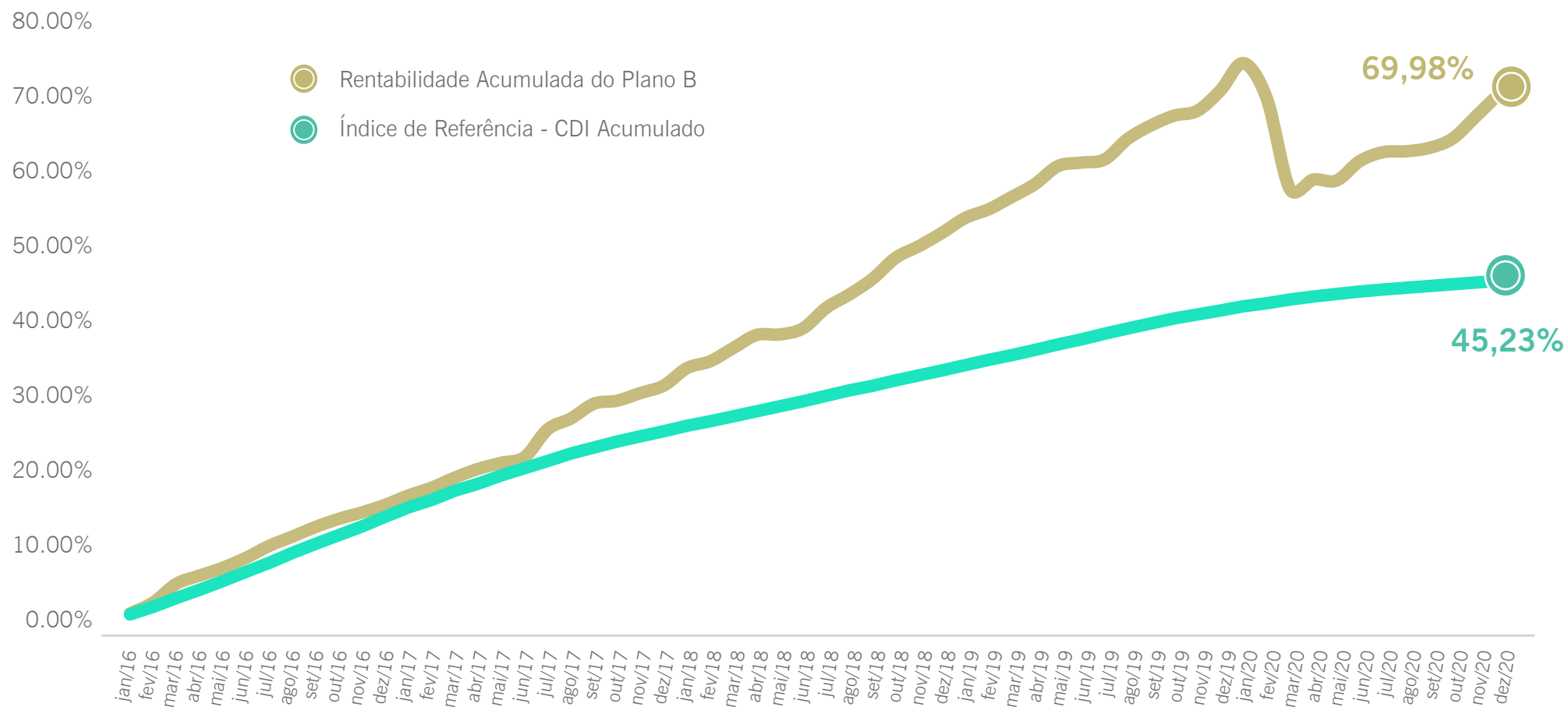
24 MESES



● Índice de Referência - CDI Acumulado

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO B

60 MESES



PERFORMANCE DOS SEGMENTOS - PLANO B

RENDA FIXA

Assim como 2019, 2020 se mostrou um período desafiador para os investimentos em renda fixa. Após a migração para um ambiente de inflação baixa e também taxa de juros em sua mínima histórica, os papéis da renda fixa perderam um pouco a atratividade em função das baixas taxas de remuneração oferecidas, forçando os investidores a diversificarem as alocações de seus recursos, assumindo mais risco, em busca de melhores retornos. Agregado a isso, veio a pandemia, que intensificou o processo de busca por ativos de risco.

Assim como no Plano A, o segmento de Renda Fixa representa o maior percentual na carteira de investimentos do Plano B (90,8%), sendo composto por: títulos públicos indexados à inflação (48,5% do segmento), títulos públicos prefixados (19,3% do segmento), títulos privados (28,4% do segmento) e Fundos de Investimentos (3,8% do segmento). Como os títulos de renda fixa que compõem a carteira de investimentos do Plano B foram ad-

quiridos no mercado quando as taxas praticadas eram superiores as negociadas no mercado atual, o estoque destes títulos tem uma taxa média mais elevada, garantindo assim o bom desempenho do segmento.

O resultado da carteira de Renda Fixa do Plano B foi positivo, encerrando o ano de 2020 com um volume de R\$200 milhões e rentabilidade de 7,47%, contra 2,80% do *benchmark*, ou seja, um desempenho de 167% acima da meta.

RENDA VARIÁVEL

O segmento de Renda Variável do Plano B encerrou o exercício com 19 empresas diversificadas por setores correlacionados com o PIB, exposição de 8,7% do total dos investimentos e um volume de aproximadamente R\$19,3 milhões. No acumulado do ano, a carteira de ações do Plano teve um desempenho negativo, tendo sido impactada pela desvalorização das ações do IRB Brasil RE e pelo cenário de incerteza e instabilidade que se instau-

rou desde o início da pandemia do coronavírus. Importante ressaltar que o percentual significativo das ações do IRB na carteira do Plano veio transferido do FIP Caixa Barcelona (liquidado em outubro de 2019) cujo investimento, mesmo com a queda na cotação das ações, assegurou retorno expressivo ao capital investido. Em razão de todos os acontecimentos envolvendo o IRB, a PREVIRB ao longo de 2020 reduziu a participação das ações da Companhia, a fim de suavizar o impacto no resultado do segmento. A rentabilidade acumulada foi de -40,67% contra a meta de 3,62% (IBrX-50).

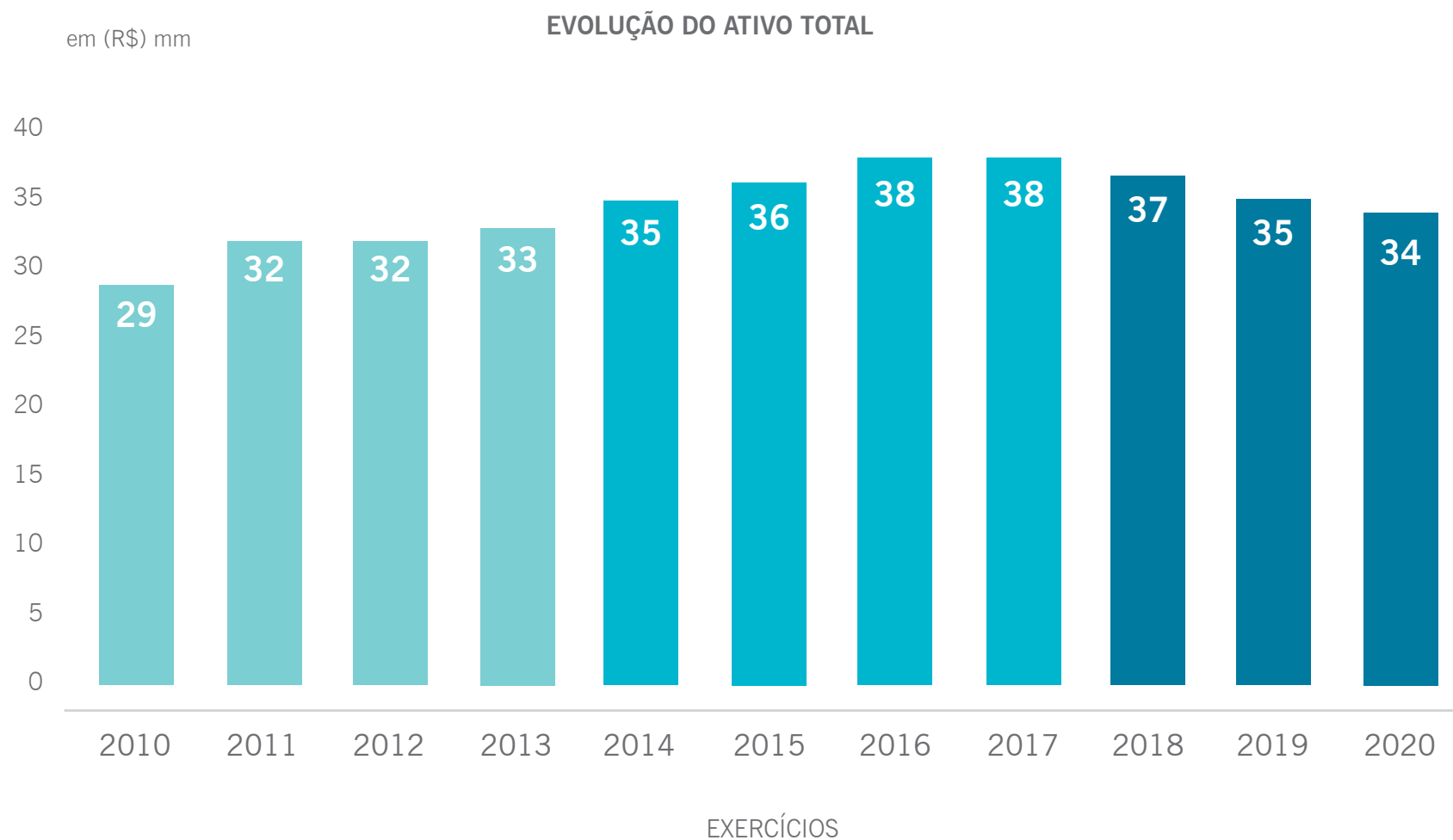
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento finalizou o exercício de 2020 com 59 contratos de empréstimos contra 76 do ano de 2019. O volume financeiro emprestado alcançou R\$ 732 mil contra R\$ 1,2 milhão no final do ano anterior. Apesar de um menor número de contratos, a carteira de empréstimos rentabilizou 11,07% no acumulado do ano, superando a meta em 296%.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

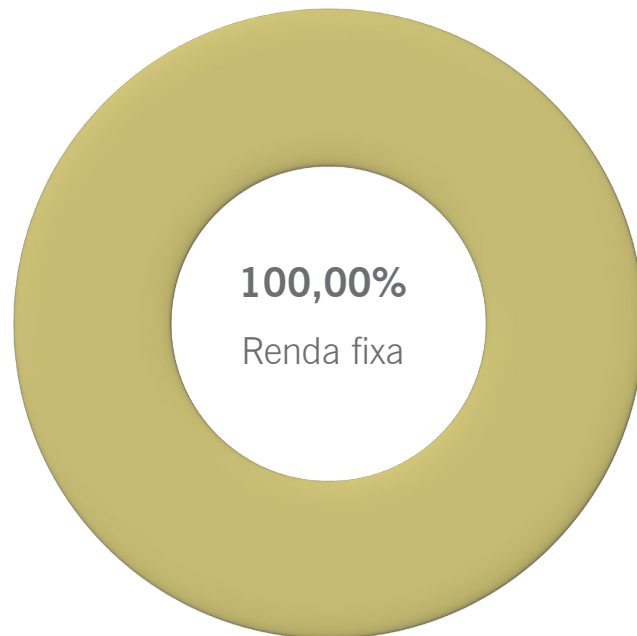
O PGA é formado exclusivamente por aplicações no segmento de Renda Fixa com valores investidos voltados para o curto prazo. O Plano Administrativo encerrou o exercício de 2020 com um total de R\$ 30,6 milhões investidos e retorno de 240% sobre o CDI, repre-

sentado pela rentabilidade de 6,63% do Plano, contra 2,77% do índice de referência. O ativo total do PGA atingiu em dezembro de 2020 o montante de R\$ 34.460.482,42 contra R\$ 35.210.466,74 no mesmo período de 2019.



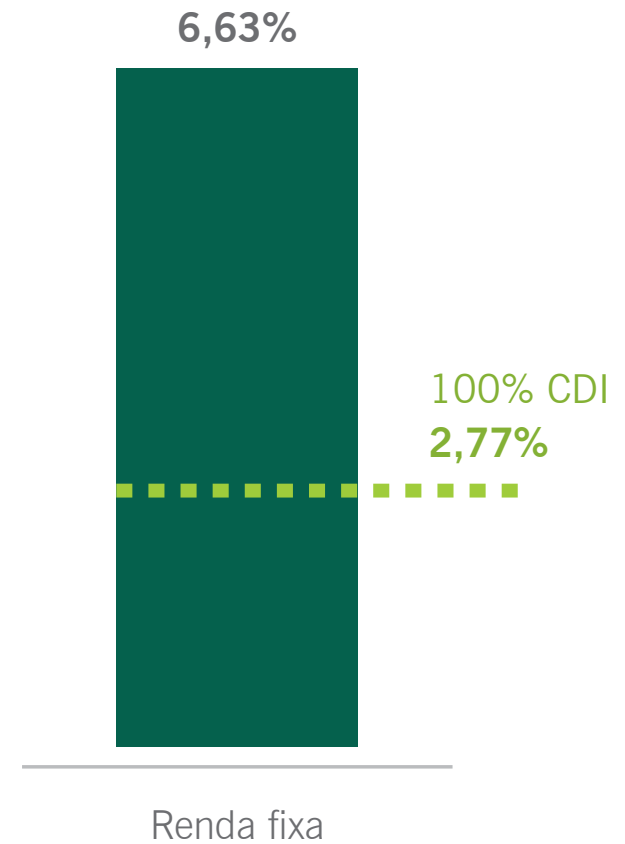
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

APLICAÇÃO POR SEGMENTO
DE INVESTIMENTOS (%)



Assim como nos Planos Previdenciais, todas as aplicações são feitas com base na Política de Investimento do PGA, disponível no site para todos os participantes, obedecendo aos limites estipulados pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.661/2018.

RETORNO DAS CARTEIRAS
DE INVESTIMENTOS (%)

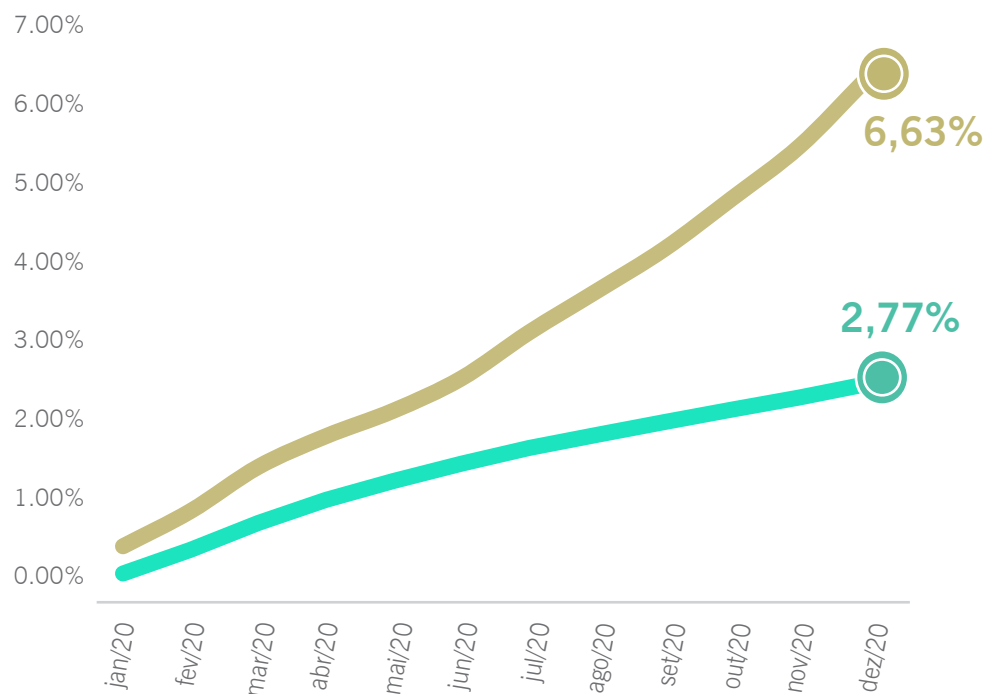


PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Como pode ser observado no quadro acima, no ano de 2020, o segmento de Renda Fixa aplicado pelo PGA apresentou retorno bem superior à meta.

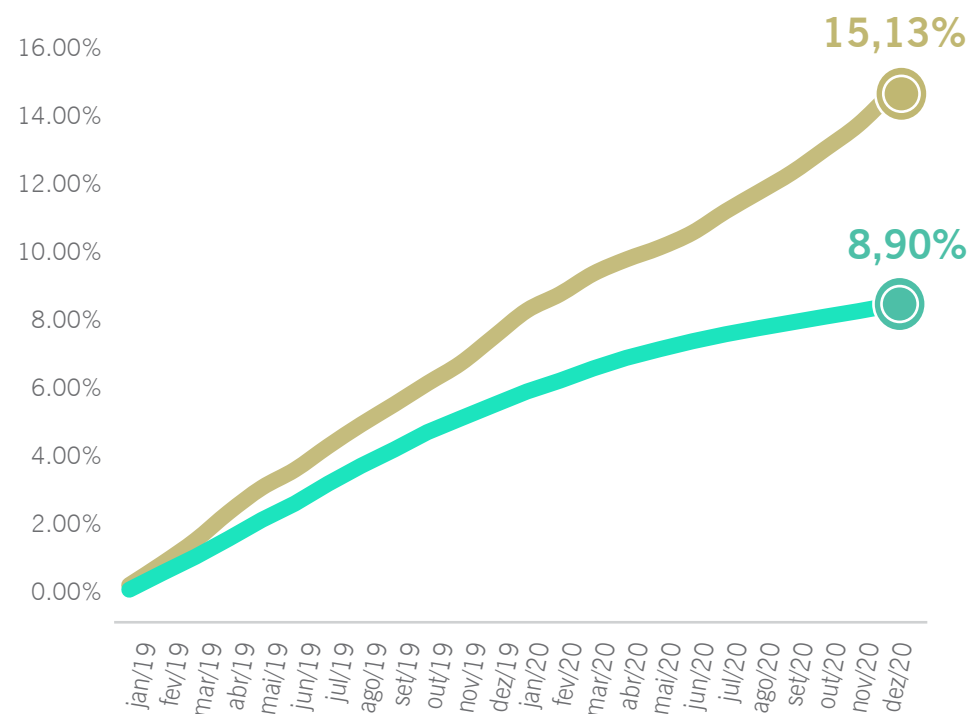
A PREVIRB ressalta que é fundamental o acompanhamento dos resultados sob a perspectiva de períodos maiores. Os gráficos a seguir demonstram os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses:

12 MESES



● Rentabilidade Acumulada do PGA

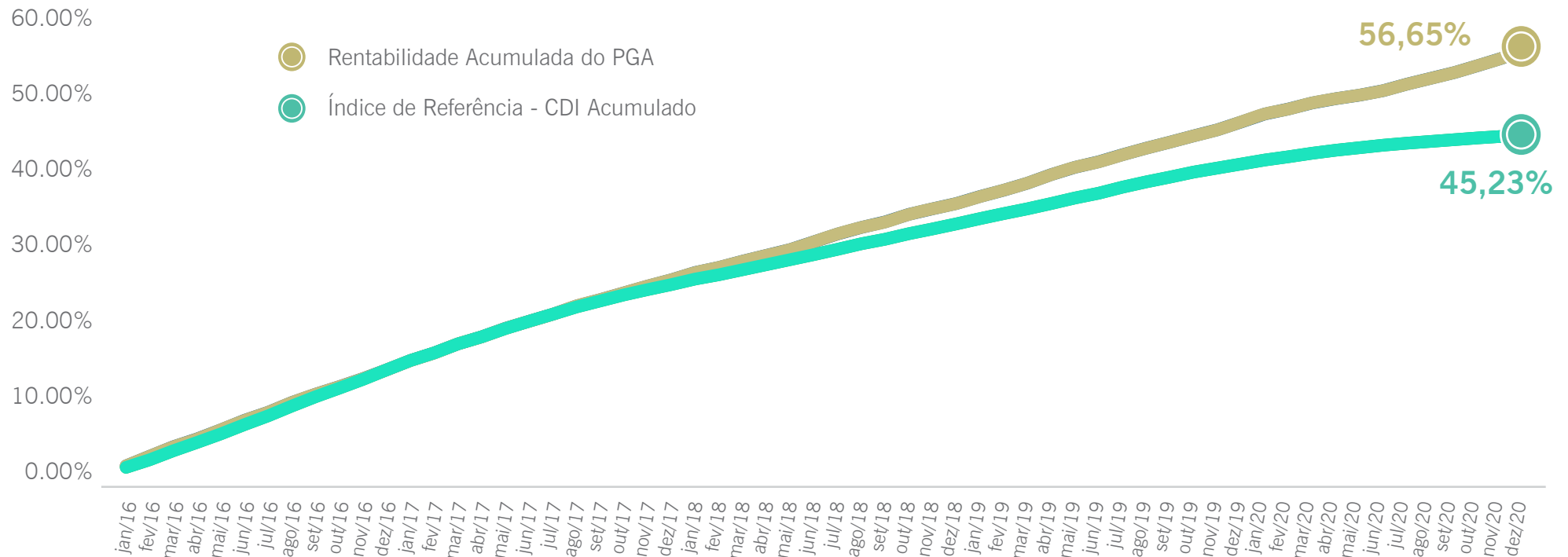
24 MESES



● Índice de Referência - CDI Acumulado

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

60 MESES



PERFORMANCE DOS SEGMENTOS - PGA

RENDA FIXA

A Renda Fixa é o único segmento na carteira de investimentos do PGA, cuja composição é formada por

títulos públicos indexados à inflação (29,1%), títulos públicos prefixados (39,3%), créditos privados (22,2%) e fundos de investimentos (9,4%).

O resultado da carteira de Renda Fixa do PGA foi superior à meta de retorno em 137%, mostrando um ótimo desempenho de seus respectivos papéis.

DEMONSTRATIVOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL A							
SEGMENTOS	EXERCÍCIO 2020		EXERCÍCIO 2019		PLANO DE APLICAÇÃO 2020		LIMITE LEGAL
	%	R\$	%	R\$	MÁXIMO		
					%	R\$	
RENDA FIXA	91,21%	2.041.823.215	81,15%	1.960.898.227	100,0%	2.238.565.950	100%
Títulos Públicos Federais	11,44%	256.077.481	6,76%	163.270.095	100,0%	2.238.565.950	100%
NTN's - Notas do Tesouro Nacional	2,97%	66.579.062	-	-	-	-	-
LTN's - Letras do Tesouro Nacional	8,47%	189.498.419	6,76%	163.270.095	-	-	-
Títulos Privados	11,52%	257.876.058	8,40%	202.966.119	70,0%	1.566.996.165	80%
DSTE's - Debêntures Simples	2,51%	56.178.400,63	-	-	-	-	-
LF's - Letras Financeiras	9,01%	201.697.657	8,40%	202.966.119	-	-	-
Fundos de Investimentos	3,22%	71.986.574	2,80%	67.717.023	80,0%	1.790.852.760	NA
Fundo Bradesco FI REF DI Premium	0,65%	14.644.515	0,98%	23.599.742	-	-	-
Fundo Itaú High Grade RF CP FIC FI	1,68%	37.607.596	0,44%	10.515.953	-	-	-
Fundo Santander FIC FI INST. RF REF DI	0,88%	19.734.463	1,39%	33.601.328	-	-	-
Fundo Exclusivo (Gestor: IRB Asset)	65,04%	1.455.883.102	63,19%	1.526.944.989	80,0%	1.790.852.760	NA
PREVIRB-PLA (NTN-B's)	65,04%	1.455.883.102	63,19%	1.526.944.989	-	-	-
RENDA VARIÁVEL	5,93%	132.753.265	16,17%	390.752.839	25,0%	559.641.487	70%
À Vista - Carteira Própria de Ações*	5,93%	132.753.265	16,17%	390.752.839	-	-	-
FUNDO DE ÍNDICE - ETF**	0,00%	0	0,00%	0	20,0%	447.713.190	20%
IMOBILIÁRIO	3,62%	81.078.767	3,43%	82.820.000	8,0%	179.085.276	20%
Uso Próprio	0,16%	3.642.400	0,00%	0	-	-	-
Locadas a Terceiros	2,61%	58.489.700	2,63%	63.440.000	-	-	-
Rendas de Participações (Esplanada)	0,85%	18.946.667	0,80%	19.380.000	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,28%	6.296.639	0,26%	6.284.992	2,0%	44.771.319	15%
VALORES A RECEBER	0,09%	2.056.373	0,04%	954.884			
Renda Variável	0,07%	1.557.414	0,02%	556.898	* Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,0%.		
Imobiliário	0,02%	498.958	0,02%	397.986			
REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS	101,14%	2.264.008.260	101,05%	2.441.710.943			
(+) Disponível	0,00%	61.598	0,00%	60.984	**Fundo de Índice - ETF BOVA11 resgatado totalmente em nov/2020.		
(-) Exigível de Investimentos	-1,14%	-25.503.908	-1,05%	-25.364.546			
RECURSOS GARANTIDORES	100,00%	2.238.565.950	100,00%	2.416.407.380			

DEMONSTRATIVOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL B							
SEGMENTOS	EXERCÍCIO 2020		EXERCÍCIO 2019		PLANO DE APLICAÇÃO 2020		LIMITE LEGAL
	%	R\$	%	R\$	MÁXIMO		
					%	R\$	
RENDA FIXA	90,74%	199.968.802	83,22%	173.073.849	100,0%	220.377.133	100%
Títulos Públicos Federais	22,35%	49.251.302	17,67%	36.740.065	100,0%	220.377.133	100%
NTN's - Notas do Tesouro Nacional	4,86%	10.703.559	-	-	-	-	-
LTN's - Letras do Tesouro Nacional	17,49%	38.547.743	15,65%	32.552.042	-	-	-
LFT's - Letras Financeira do Tesouro	0,00%	0	2,01%	4.188.024	-	-	-
Títulos Privados	25,81%	56.877.112	20,10%	41.807.644	80,0%	176.301.707	80%
DSTE's - Debêntures Simples	7,08%	15.605.104	-	-	-	-	-
LF's - Letras Financeiras	18,73%	41.272.008	20,10%	41.807.644	-	-	-
Fundos de Investimentos	3,45%	7.599.364	9,44%	19.622.367	80,0%	176.301.707	NA
Fundo Bradesco FI REF DI Premium	0,17%	371.685	2,01%	4.170.740	-	-	-
Fundo Bradesco H FI RF DI LP	0,10%	214.513	2,04%	4.252.176	-	-	-
Fundo Itaú High Grade RF CP FIC FI	1,22%	2.689.406	2,33%	4.849.993	-	-	-
Fundo Santander FIC FI INST. RF REF DI	1,96%	4.323.760	3,05%	6.349.458	-	-	-
Fundo Exclusivo (Gestor: IRB Asset)	39,13%	86.241.025	36,02%	74.903.772	80,0%	176.301.707	NA
PREVIRB-PLB (NTN-B's)	39,13%	86.241.025	36,02%	74.903.772	-	-	-

Continua na página seguinte

DEMONSTRATIVOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS

continuação da página anterior

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL B							
RENDA VARIÁVEL	8,66%	19.093.110	16,14%	33.567.079	25,0%	55.094.283	70%
À Vista - Carteira Própria de Ações*	8,66%	19.093.110	16,14%	33.567.079	-	-	-
FUNDO DE ÍNDICE - ETF	0,16%	349.683	0,00%	0	20,0%	44.075.427	20%
EXTERIOR**	0,00%	0	0,00%	0	1,5%	3.305.657	10%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,33%	732.213	0,56%	1.172.553	5,0%	11.018.857	15%
VALORES A RECEBER	0,07%	160.569	0,05%	103.926	(*) Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,0%. (**) Investimento no Exterior: Vedado à aplicação em títulos soberanos de países emergentes.		
Renda Variável	0,07%	160.569	0,05%	103.926			
REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS	99,97%	220.304.376	99,98%	207.917.406			
(+) Disponível	0,03%	72.757	0,02%	47.481			
(-) Exigível de Investimentos	0,00%	0	0,00%	-3.661			
RECURSOS GARANTIDORES	100,00%	220.377.133	100,00%	207.961.225			

DEMONSTRATIVOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PGA							
SEGMENTOS	EXERCÍCIO 2020		EXERCÍCIO 2019		PLANO DE APLICAÇÃO 2020		LIMITE LEGAL
	%	R\$	%	R\$	MÁXIMO		
					%	R\$	
RENDA FIXA	100,00%	30.598.588	100,00%	31.680.188	100,0%	30.598.588	100%
Títulos Públicos Federais	68,42%	20.935.537	61,44%	19.462.966	100,0%	30.598.588	100%
NTN-B's - Notas do Tesouro Nacional	29,08%	8.897.864	25,07%	7.941.578	-	-	-
LTN's - Letras do Tesouro Nacional	39,34%	12.037.673	36,37%	11.521.388	-	-	-
Títulos Privados	22,18%	6.788.253	29,64%	9.391.467	80,0%	24.478.870	80%
LF's - Letras Financeiras	22,18%	6.788.253	29,64%	9.391.467	-	-	-
Fundos de Investimentos	9,40%	2.874.798	8,92%	2.825.755	50,0%	15.299.294	NA
Fundo Bradesco H FI RF DI LP	0,96%	294.846	2,75%	872.470	-	-	-
Fundo Itaú High Grade RF CP FIC FI	4,99%	1.527.262	2,92%	924.387	-	-	-
Fundo Santander FIC FI INST. RF REF DI	3,44%	1.052.689	3,25%	1.028.898	-	-	-
TOTAL DE INVESTIMENTOS	100,00%	30.598.588	100,00%	31.680.188			

GESTÃO TERCEIRIZADA - FUNDOS

No quadro abaixo são apresentadas informações complementares dos fundos de investimentos que compõem as carteiras dos Planos da Fundação, com posição em 31 de dezembro de 2020.

Cabe ressaltar que a gestão terceirizada é realizada por agentes de reconhecida conduta e profissionalismo, além de pertencerem aos principais grupos financeiros do país.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS			GESTOR	DISTRIBUIÇÃO			
				Plano	SALDO	Participação s/ Total dos Recursos Garantidores dos Planos	Participação Sobre Total Terceirizado
REFERENCIADO E CRÉDITO PRIVADO	BRADESCO FI REF DI PREMIUM	BRADESCO	A	14.644.515,16	0,65%	17,76%	0,46%
			B	371.685,16	0,17%	0,45%	0,01%
	SANTANDER FIC FI INST. RF REF DI	SANTANDER	A	19.734.463,17	0,88%	23,93%	1,24%
			B	4.323.760,16	1,96%	5,24%	0,27%
			PGA	1.052.689,37	3,44%	1,28%	0,07%
	ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI	ITAÚ	A	37.607.595,96	1,68%	45,61%	6,24%
			B	2.689.405,83	1,22%	3,26%	0,45%
			PGA	1.527.261,91	4,99%	1,85%	0,25%
	BRADESCO H FI RF DI LP	BRADESCO	B	214.512,80	0,10%	0,26%	12,44%
			PGA	294.846,32	0,96%	0,36%	17,10%
TOTAL				82.460.735,84	3,31%	100,00%	

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021 - 2025

Conforme estabelece a Resolução MPS/CGPC nº 7, de 04 de dezembro de 2003, e posteriores alterações, as Políticas de Investimentos devem ser elaboradas tendo um horizonte de 60 meses, devendo ser revisadas anualmente. Para o período 2021/2025 procedemos aos ajustes necessários ao novo cenário econômico e às alterações dispostas na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, mantendo nas Políticas de Investimentos as diretrizes que dizem respeito à macro alocação dos investimentos da PREVIRB.

As Políticas de Investimentos apresentam as diretrizes para a aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados pela PREVIRB, cujas principais características são:

PLANOS	CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS - CNPB	META ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA
PLANO PREVIDENCIAL A - BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)	1977.0001-18	100% da variação do INPC + 3,76% a.a.
PLANO PREVIDENCIAL B - CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV)	2003.0019-56	100% da variação do CDI*
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	-	100% da variação do CDI

Í*O índice de referência estabelecido na política para o Plano B é o CDI. Para os benefícios definidos do Plano, a meta atuarial foi definida como a variação do INPC + 3,76% ao ano.

Os itens a seguir referem-se aos Planos A, B e PGA e complementam as informações contidas no Capítulo IV, Art.19, da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

QUADRO DE PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS

DERIVATIVOS	APREÇAMENTO	PRINCÍPIOS SOCIOAMBIENTAIS
Os planos de benefícios privilegiam a utilização dos instrumentos derivativos que tenham como finalidade a proteção dos investimentos, desde que na modalidade “com garantia”.	A entidade, à exceção dos ativos constantes nos fundos de investimentos, optou pela marcação de seus ativos de renda fixa na curva.	A entidade adota ao longo da vigência da política, que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos de regras.

QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PLANO A

SEGMENTO	BENCHMARK	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	100% da Variação do INPC + 3,76% a.a.	100%	80,00%	100,00%
Títulos Públicos Federais	-	100%	-	100,00%
Títulos Privados	-	80%	-	70,00%
Fundos de Investimentos	-	N/A	-	80,00%
Renda Variável	100% da Variação do IBrX-50.	70%	16,00%	25,00%
Ações (mercado a vista) + Opções*	100% da Variação do IBrX-50	70%	16,00%	25,00%
Estruturado	100% da Variação do INPC + 3,76% a.a.	20%	0,00%	6,50%
Imobiliário	100% da Variação do INPC + 3,76% a.a.	20%	3,50%	8,00%
Operações com participantes	100% da Variação do INPC + 3,76% a.a.	15%	0,50%	2,00%
Exterior	N/A	10%	0,00%	0,00%

*Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,00%.

QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PLANO B

SEGMENTO	BENCHMARK	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	100% da Variação do CDI	100%	81,00%	100,00%
Títulos Públicos Federais	-	100%	-	100,00%
Títulos Privados	-	80%	-	80,00%
Fundos de Investimentos	-	N/A	-	80,00%
Renda Variável	100% da Variação do IBrX-50	70%	17,00%	25,00%
Ações (mercado a vista) + Opções*	100% da Variação do IBrX-50	70%	17,00%	25,00%
Estruturado	100% da Variação do CDI	20%	0,00%	7,50%
Operações com participantes	100% da Variação do CDI	15%	1,00%	5,00%
Exterior	100% da Variação do CDI	10%	1,00%	1,50%

*Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,00%.

QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

SEGMENTO	BENCHMARK	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	100% da Variação do CDI	100%	100,00%	100,00%
Títulos Públicos Federais	-	100%	-	100,00%
Títulos Privados	-	80%	-	80,00%
Fundos de Investimentos	-	N/A	-	50,00%

QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

A Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 determina que as Fundações designem o administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ), que será o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos. Determina, ainda, a designação do administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos, considerando o seu porte e complexidade. A seguir estão indicados o AETQ, o ARGR e o ARPB da PREVIRB.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO - AETQ

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
AETQ	359.210.137-49	RENE SANTOS DE CASTRO	DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS - ARGR

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
ARGR	029.145.347-36	JOÃO BOSCO QUADROS BARROS	SUPERINTENDENTE GERAL

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS - ARPB

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
ARPB	813.054.357-53	HELOÍSA FALKENBACH SANTORO	DIRETORA DE BENEFÍCIOS

O ARGR da Fundação, após análise e avaliação, certifica a aderência dos seguintes riscos: de mercado, de crédito, de liquidez, legal, operacional, sistêmico, atuarial e de solvência, conforme indicado no quadro abaixo:

AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCO

TIPO	ADERÊNCIA
Risco de Mercado	✓
Risco de Crédito	✓
Risco de Liquidez	✓
Risco de Legal	✓
Risco de Operacional	✓
Risco de Sistêmico	✓
Risco de Atuarial	✓
Risco de Solvência	✓

As Políticas de Investimentos estão disponíveis, na íntegra, no site da PREVIRB (<https://www.previrb.com.br>) para consulta pelos Participantes e Assistidos.

BENEFÍCIOS



GESTÃO PREVIDENCIAL

ESTATUTO

Não houve alteração no Estatuto no exercício de 2020.

REGULAMENTO DO PLANO PREVIDENCIAL A

Em 2020 iniciou-se o processo de alteração do Regulamento do Plano A, contemplando a seguinte proposta: (i) inclusão do Benefício Eventual Temporário (BET); (ii) alteração da forma e mês de reajuste das pensionistas; (iii) alteração do mês de reajuste dos benefícios suplementares; e (iv) desvinculação da data de pagamento dos benefícios com a data de pagamento do Patrocinador-Fundador.

I - ESTUDOS TÉCNICOS

Todas as hipóteses atuariais adotadas em avaliação atuarial estão embasadas em estudo técnico de adequação. Esse estudo tem validade geral máxima de 3 (três) anos, contados a partir da data de sua realização, porém, com relação à hipótese de taxa de juros real, o estudo técnico terá validade específica de 1 (um) ano. Apesar de haver estes prazos, a PREVIRB opta por realizar um estudo completo, de todas as hipóteses, a cada ano, para melhor gerenciar seu risco atuarial, aliando solidez econômico-financeira com a finalidade de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios administrados.

O Plano A encontra-se num estágio de maturidade alto, com R\$ 1,66 bilhão em provisões matemáticas, em que a grande maioria dos Participantes está em fase de re-

cebimento de benefícios. Já os estudos técnicos apontaram a necessidade de ajustes nas hipóteses, sempre com a finalidade de manter a sustentabilidade do plano.

Cabe ressaltar que esses estudos são desenvolvidos por uma consultoria externa, para garantir maior isenção, e foram validados e aprovados pelo Comitê de Segurança, Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação. Além disso, os Patrocinadores dos Planos são responsáveis pelo envio de informação acerca da expectativa de crescimento salarial e da rotatividade esperada.

Com base nessas informações e estudos, o Conselho Deliberativo da Fundação decide sobre as hipóteses e premissas que serão adotadas pelos Planos Previdenciais para o exercício seguinte.

Abaixo apresentamos as hipóteses aprovadas:

GESTÃO PREVIDENCIAL

HIPÓTESES	Plano A	Plano B
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (suavizada em 10%) M&F	AT-2000 (suavizada em 10%) (Desagravada em 10%) M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85	MI-85
Taxa de Juros Técnicos	3,76% a.a.	3,76% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Projeção de Crescimento Salarial	Nulo	1% acima do IPCA
Rotatividade	Nula	5,00%
Custo de Pensão		
Benefícios a Conceder	Família Real	Família Padrão
Benefícios Concedidos	Família Real	Família Real
REGIME FINANCEIRO E MÉTODO FINANCEIRO	Plano Previdencial A	Plano Previdencial B
Renda de Aposentadoria		Capitalização
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização e Agregado	Capitalização e Sistema Misto
Pensão por Morte		Repartição de Capitais de Cobertura
Pecúlio por Morte		Repartição Simples
Auxílio-Funeral	-	Repartição Simples
Renda Temporária de Auxílio-Doença	-	Repartição de Capitais de Cobertura

GESTÃO PREVIDENCIAL

Informamos que foram alteradas as seguintes hipóteses no Plano Previdencial A:

- a Tábua de Mortalidade Geral do grupo de custeio “Pré-68” passou de AT-83 para AT-2000 M&F (suavizada em 10%), em razão desta última ter apresentado maior aderência a massa de participantes desse grupo. Essa alteração resultou em aumento das provisões matemáticas;
- a Taxa de Juros Atuariais diminuiu de 4,10%a.a para 3,76%a.a.. Essa diminuição resultou no aumento das provisões matemáticas;
- o Fator de Capacidade foi alterado de 99% para 98%. O Fator de Capacidade expressa o poder de compra do salário ou do benefício entre duas datas de reajustes, e está inversamente ligado ao índice de inflação projetado. Quanto maior for o índice de inflação entre as duas datas, menor o Fator de Capacidade e vice-versa.

II - PLANO PREVIDENCIAL A

Perfil dos Participantes

O Plano Previdencial A possui dois grupos de cus-

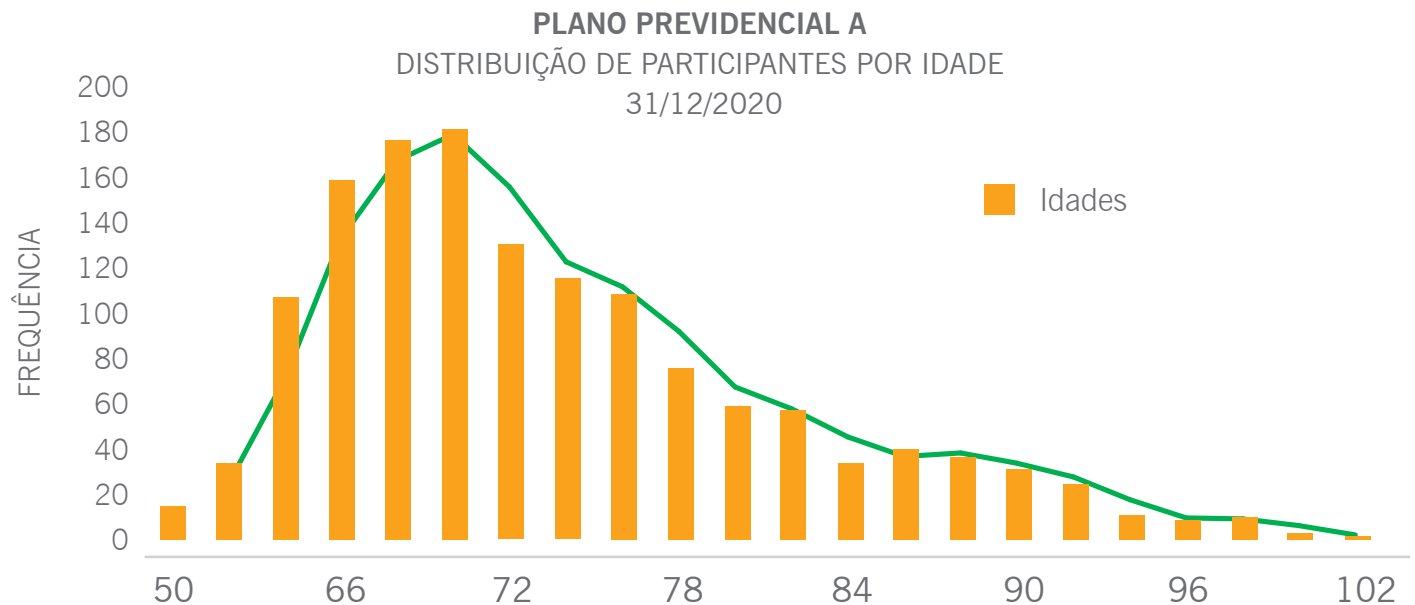
teio, denominados Grupo Plano A e Grupo “Pré-68” (Participantes admitidos no Patrocinador IRB até 31/12/1968). Dentro do Grupo “Pré-68” há Assistidos cujos benefícios são de responsabilidade do IRB e da PREVIRB e outros cujo benefício é de inteira responsabilidade do IRB.

Em dezembro de 2020, o número de assistidos (1.457 assistidos e pensionistas) correspondia a 99,59% do total de participantes do Plano, contra 0,41% de participantes (6) com benefícios a conceder. Observa-se também que a idade média dos aposentados se manteve no mesmo patamar, sendo que no Grupo

Plano A passou de 69,4 para 70,4 anos de idade e no Grupo “Pré-68” passou de 85,2 para 85,6 anos.

Ao final do exercício de 2020, o Plano atingiu a marca de 1.463 benefícios pagos mensalmente, contra 1.501 no ano anterior, dos quais 45 de responsabilidade exclusiva do IRB Brasil RE, contra 49 no ano anterior.

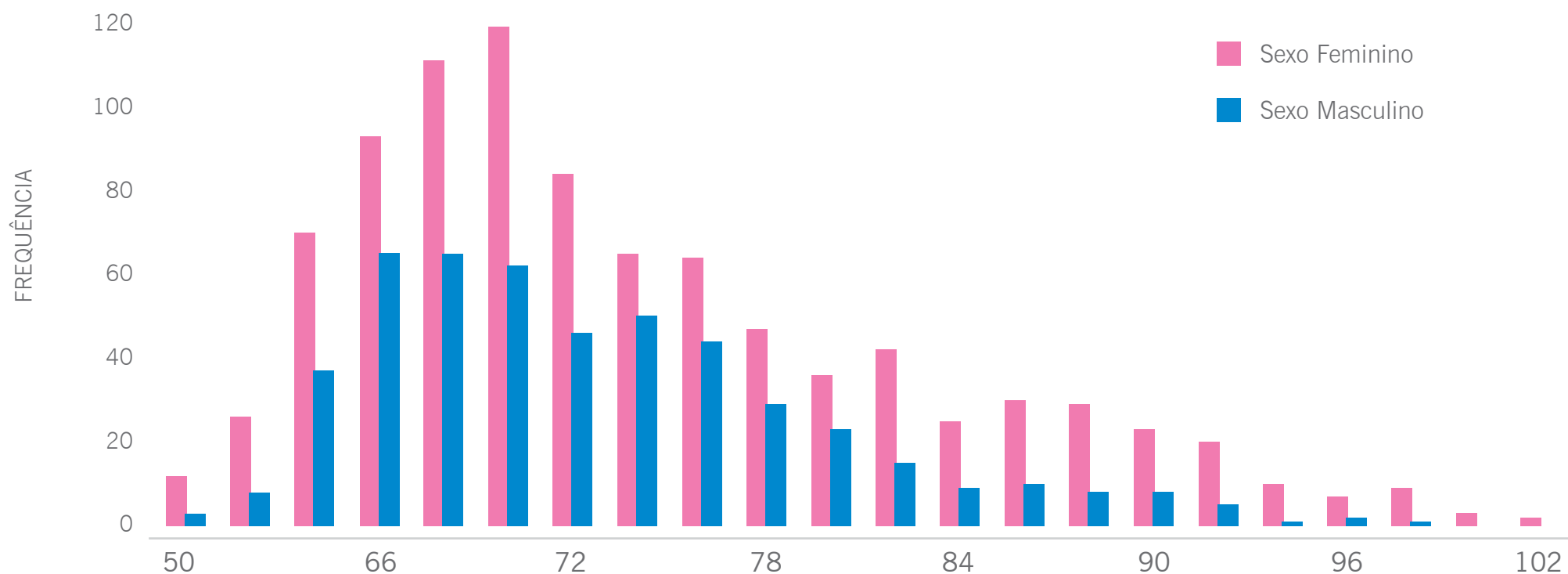
No exercício foram registradas as seguintes ocorrências: 47 falecimentos de Assistidos e Pensionistas e a concessão de 9 novas pensões. As idades dos Segurados estão compreendidas na faixa de 38 a 101 anos, situando-se a média na casa dos 72,29 anos.



GESTÃO PREVIDENCIAL

A distribuição dos Segurados por sexo e idade mostra a predominância das mulheres em todas as faixas de idade. No total, 65% são mulheres e 35%, homens.

PLANO PREVIDENCIAL A
DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR SEXO
31/12/2020



GESTÃO PREVIDENCIAL

Despesas com Benefícios

Em 2020 foram pagos R\$ 121,96 milhões no Grupo Plano A, com aumento de 3,76% em relação ao exercício anterior (R\$ 117,54 milhões). Desde janeiro de 2016, a PREVIRB efetua os pagamentos dos benefícios dos Assistidos do Grupo “Pré-68”, e, para isso, o IRB Brasil RE repassa mensalmente à PREVIRB, previamente ao pagamento, o valor de sua responsabilidade. O montante total pago em benefícios a este grupo em 2020 foi de R\$ 19,90 milhões, uma redução de 0,45% em relação ao exercício anterior (R\$ 19,99 milhões).

Após a realização de consulta junto aos Participantes que recebem benefícios da Fundação sobre o adiantamento da 2ª parcela do 13º salário de 2020, a ampla maioria (70% dos votantes) foi a favor do adiantamento, que, com isso, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo. Os Assistidos e Pensionistas receberam este pagamento adiantado no dia 07/08/2020.

Reservas Matemáticas

A Reserva Matemática aumentou em R\$ 213,05 milhões em 2020, atingindo o montante de R\$ 1,80 bilhão, incluído o valor do Grupo “Pré-68” (R\$

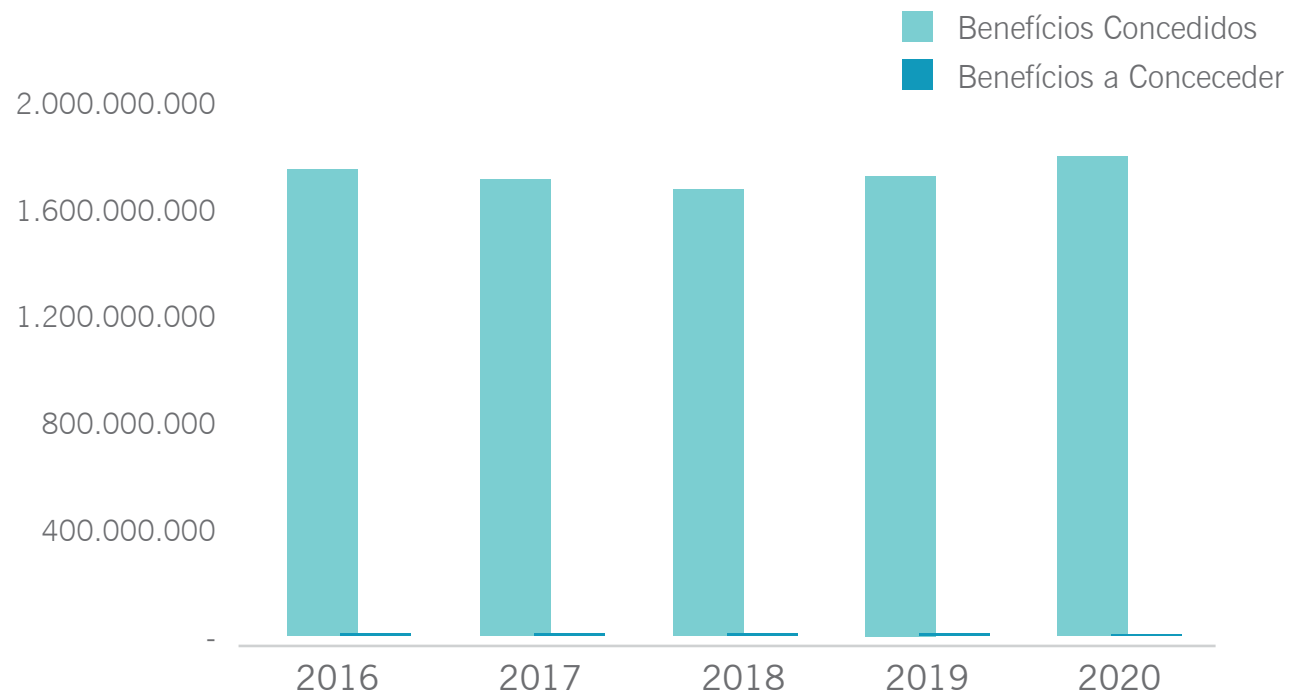
141,48 milhões). Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2019, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação, contribuições recebidas e benefícios pagos).

O aumento nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2020 se deve à alteração da taxa de juros e na tábua de mortalidade do grupo de custeio

“Pré-68”, impacto este amenizado pela alteração da premissa de Fator de Capacidade.

O gráfico a seguir evidencia a evolução das reservas matemáticas ao longo dos últimos 5 anos e, a partir de 2016 engloba o valor da Reserva do Grupo “Pré-68”, que embora esteja contabilmente segregada está sendo considerada no gráfico abaixo para efeitos de totalização.

PLANO PREVIDENCIAL A



GESTÃO PREVIDENCIAL

Reservas de Contingência e Especial

O superávit apurado ao final do exercício foi alocado em Reserva de Contingência e em Reserva Especial. O limite da Reserva de Contingência, considerando a duration do passivo de 9,85 anos, apurada em 31/12/2020, é de 19,85% das Provisões Matemáticas Totais do Plano.

Importante registrar que o referido superávit refere-se integralmente ao Grupo Plano A, a cargo da PRE-VIRB. A parcela das Provisões Matemáticas referente ao Grupo “Pré-68”, a cargo do Patrocinador IRB, não é considerada no cálculo e possui controle segregado da massa original do Plano Previdencial A.

O Balanço Patrimonial revela que o Plano A possui patrimônio de R\$ 2,09 bilhões, e, portanto, superior às Provisões Matemáticas Globais avaliadas em R\$ 1,66 bilhão, conduzindo ao superávit técnico de R\$ 427,68 milhões, sendo R\$ 329,32 milhões alocados na Reserva de Contingência e R\$ 98,36 milhões na Reserva Especial para Revisão do Plano.

Novamente completa-se novo ciclo com valor constituído em Reserva Especial no Plano A, dessa forma,

no Balanço de encerramento de exercício de 2021, deveremos, obrigatoriamente, destinar, por meio da criação de novo Fundo Previdencial para Revisão do Plano, referente ao exercício de 2018.

Importante destacar que em dezembro/2020 foi constituído do Fundo para Revisão do Plano, com valor inicial de R\$ 140,1 milhões, cujo valor em 2019 estava alocado na Reserva Especial.

PLANO PREVIDENCIAL A



AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano Previdencial A, administrado pela PREVIRB – Fundação de Previdência dos Servidores do IRB, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente à(s) Patrocinadora(s) em 31 de dezembro de 2020.

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009;
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019.

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados

da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020 estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020.

Adicionalmente, e em face de a Entidade não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2020, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao plano.

1 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Be-

nefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/11/2020.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela PREVIRB à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PREVIRB, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

GRUPO DE CUSTEIO: PLANO PREVIDENCIAL A

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

DESCRIÇÃO	
Número	1
Idade Média (anos)	57,5
Benefício Saldado Médio (R\$)	13.346,77

Participantes em Benefício Saldado

DESCRIÇÃO	
Número	5
Idade Média (anos)	65,1
Tempo médio para a aposentadoria (anos)	0,0
Benefício Saldado Médio (R\$)	6.215,68

Assistidos

DESCRIÇÃO	
Aposentados Programados	
Número	963
Idade Média (anos)	70,4
Benefício Mensal Médio em R\$	8.628,72
Aposentados Inválidos	
Número	26
Idade Média (anos)	70,7
Benefício Mensal Médio em R\$	4.945,04
Beneficiários	
Número	285
Idade Média (anos)	75,2
Benefício Mensal Médio em R\$	1.664,08
Total	
Número	1.274
Idade Média (anos)	71,5
Benefício Mensal Médio em R\$	6.995,52

GRUPO DE CUSTEIO: PRÉ-68

Assistidos

DESCRIÇÃO	
Aposentados Programados	
Número	179
Idade Média (anos)	85,6
Benefício Mensal Médio em R\$	8.694,69
Beneficiários	
Número	10
Idade Média (anos)	84,7
Benefício Mensal Médio em R\$	419,72
Total	
Número	189
Idade Média (anos)	85,6
Benefício Mensal Médio em R\$	8.256,90

Ressaltamos que não há participantes ativos, autopatrocinados ou saldados vinculados ao grupo de custeio “Pré-68”, de modo que as informações apresentadas anteriormente são exclusivamente para o grupo de custeio “Plano Previdencial A”.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

Ressaltamos que, para os assistidos do plano A, o benefício médio apresentado corresponde à soma dos benefícios de complementação, melhoria, suplementação ou benefício saldado.

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/11/2020. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2020, refletindo o conceito de capacidade.

2 - HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (tábuas de

mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes), a depender das características de cada plano.

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	3,76% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	Nulo
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000 M&F para ambos os grupos de custeio
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Entrada em aposentadoria	Não Aplicável
Composição Familiar	Família Real

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura da Patrocinadora sobre desligamentos de participantes do Plano(s). Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.

(4) Foi utilizada a tábua AT2000 suavizada em 10%, segregada por sexo.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para ambos os grupos de custeio, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES UTILIZADAS

De acordo com o previsto na legislação vigente, as hipóteses adotadas nesta Avaliação Atuarial foram definidas pela PREVIRB e estão baseadas em estudos de aderência e convergência de hipóteses realizados pela Mercer, conforme Relatório Mercer RE nº 035/2020, que se encontra arquivado na PREVIRB à disposição dos Participantes, dos Assistidos, das Patrocinadoras e da PREVIC.

Informamos que a hipótese do fator de capacidade foi alterada de 0,99 para 0,98 com o objetivo de refletir mais fielmente o poder aquisitivo dos salários e benefícios.

A tábua de mortalidade geral também foi alterada para a tábua AT 2000 M&F suavizada em 10% para o grupo de custeio Pré-68 com o objetivo de ajustar a expectativa de mortalidade ao comportamento observado na massa de participantes e assistidos.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,20%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Conforme legislação em vigor, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2019 de 9,92 anos é de 3,72% a.a. a 5,72% a.a. para a taxa real de juros. Com base nos resultados dos estudos supracitados, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a

alteração da taxa real anual de juros de 4,10% a.a. para 3,76% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 3,76% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2020.

Informamos que, excetuada as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Agregado.

* * * * *

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano Previdencial A.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à legislação vigente, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

3 - POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela PREVIRB, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela PREVIRB posicionados em 31/12/2020.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.256.189.560,90
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.086.740.014,51
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.659.056.498,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.791.852.247,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.791.852.247,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.706.056.468,00
2.3.1.1.01.02.01.01	Aposentadoria Programada	1.560.663.020,00
2.3.1.1.01.02.01.01.01	PRÉ-68/ IRB	114.267.127,00
2.3.1.1.01.02.01.01.02	PLANO A / PREVIRB	1.446.395.893,00
2.3.1.1.01.02.01.02	Benefício de Pensão por morte de Aposentado Válido	59.674.377,00
2.3.1.1.01.02.01.02.01	PRÉ-68/ IRB	-
2.3.1.1.01.02.01.02.02	PLANO A / PREVIRB	59.674.377,00
2.3.1.1.01.02.01.03	Pecúlio por Morte de Aposentado Válido	85.719.071,00
2.3.1.1.01.02.01.03.01	PRÉ-68/ IRB	26.825.231,00
2.3.1.1.01.02.01.03.02	PLANO A / PREVIRB	58.893.840,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	85.795.779,00
2.3.1.1.01.02.02.01	Benefícios Vitalícios - Aposentadoria por Invalidez	15.317.586,00
2.3.1.1.01.02.02.01.01	PRÉ-68/ IRB	-

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.01.02.02.01.02	PLANO A / PREVIRB	15.317.586,00
2.3.1.1.01.02.02.02	Benefícios Vitalícios - Pensão por Morte	67.289.739,00
2.3.1.1.01.02.02.02.01	PRÉ-68/ IRB	387.920,00
2.3.1.1.01.02.02.02.02	PLANO A / PREVIRB	66.901.819,00
2.3.1.1.01.02.02.03	Benefício de Pensão por morte de Aposentado Inválido	1.700.422,00
2.3.1.1.01.02.02.03.01	PRÉ-68/ IRB	-
2.3.1.1.01.02.02.03.02	PLANO A / PREVIRB	1.700.422,00
2.3.1.1.01.02.02.04	Pecúlio por Morte de Aposentado Inválido	1.488.032,00
2.3.1.1.01.02.02.04.01	PRÉ-68/ IRB	-
2.3.1.1.01.02.02.04.02	PLANO A / PREVIRB	1.488.032,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	8.684.529,00
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	8.679.752,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	8.679.752,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	4.777,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	7.150,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	2.373,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	141.480.278,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	141.480.278,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadora - IRB	141.480.278,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	427.683.516,51
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	427.683.516,51

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	427.683.516,51
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	329.322.714,85
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	98.360.801,66
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	169.449.546,39
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	140.087.301,83
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	140.087.301,83
2.3.2.1.02.00.00.01	Fundo de Revisão de Plano - Superávit 2017	140.087.301,83
2.3.2.1.02.00.00.01.01	PATROCINADORES	45.836.565,16
2.3.2.1.02.00.00.01.02	PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	94.250.736,67
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	26.197.673,92
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.164.570,64

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Previdencial A vigente em 31 de dezembro de 2020, Plano este que se encontra em extinção.

Em 2020 iniciou-se o processo de alteração do Regulamento do Plano A, contemplando a seguinte proposta: (i) inclusão do Benefício Eventual Temporário (BET); (ii) alteração da forma e mês de reajuste das pensionistas; (iii) alteração do mês de reajuste dos benefícios suplementares; e (iv) desvinculação da data de pagamento dos benefícios com a data de pagamento do Patrocinador-Fundador.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios fu-

turos não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem

o Patrimônio Social do Plano Previdencial A avaliada, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela PREVIRB.

Em atendimento à legislação vigente, informamos que o Plano Previdencial A mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela PREVIRB que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Informamos ainda que o ajuste de precificação relativo aos resultados do exercício de 2020 é positivo em R\$191.012.773,62.

Reclassificação contábil a partir de 01/01/2021

Tendo em vista a reclassificação contábil a partir de 01/01/2021 à luz do que determina a Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, apresentamos a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 já adaptadas para o novo Plano de Contas, devendo ser esta a abertura do Balancete Contábil de 01/01/2021.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

Conta	Nome	R\$
1.02.01.01.04.00.00	OPERAÇÕES CONTRATADAS	141.480.278,00
1.02.01.01.04.02.00	SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	141.480.278,00
1.02.01.01.04.02.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	-
1.02.01.01.04.02.02	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL	141.480.278,00
1.02.01.01.04.02.03	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL	-
1.02.01.01.04.03.00	DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO	-
1.02.01.01.04.98.00	OUTRAS CONTRATAÇÕES	-
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.397.669.838,90
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.228.220.292,51
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.800.536.776,00
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.791.852.247,00
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos – Constituído	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.791.852.247,00
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.706.056.468,00
2.3.1.1.01.02.01.01	Aposentadoria Programada	1.560.663.020,00
2.3.1.1.01.02.01.01.01	PRÉ-68/ IRB	114.267.127,00
2.3.1.1.01.02.01.01.02	PLANO A / PREVIRB	1.446.395.893,00

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.01.02.01.02	Benefício de Pensão por morte de Aposentado Válido	59.674.377,00
2.3.1.1.01.02.01.02.01	PRÉ-68/ IRB	-
2.3.1.1.01.02.01.02.02	PLANO A / PREVIRB	59.674.377,00
2.3.1.1.01.02.01.03	Pecúlio por Morte de Aposentado Válido	85.719.071,00
2.3.1.1.01.02.01.03.01	PRÉ-68/ IRB	26.825.231,00
2.3.1.1.01.02.01.03.02	PLANO A / PREVIRB	58.893.840,00
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	85.795.779,00
2.3.1.1.01.02.02.01	Benefícios Vitalícios - Aposentadoria por Invalidez	15.317.586,00
2.3.1.1.01.02.02.01.01	PRÉ-68/ IRB	-
2.3.1.1.01.02.02.01.02	PLANO A / PREVIRB	15.317.586,00
2.3.1.1.01.02.02.02	Benefícios Vitalícios - Pensão por Morte	67.289.739,00
2.3.1.1.01.02.02.02.01	PRÉ-68/ IRB	387.920,00
2.3.1.1.01.02.02.02.02	PLANO A / PREVIRB	66.901.819,00
2.3.1.1.01.02.02.03	Benefício de Pensão por morte de Aposentado Inválido	1.700.422,00
2.3.1.1.01.02.02.03.01	PRÉ-68/ IRB	-
2.3.1.1.01.02.02.03.02	PLANO A / PREVIRB	1.700.422,00
2.3.1.1.01.02.02.04	Pecúlio por Morte de Aposentado Inválido	1.488.032,00
2.3.1.1.01.02.02.04.01	PRÉ-68/ IRB	-

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.01.02.02.04.02	PLANO A / PREVIRB	1.488.032,00
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	8.684.529,00
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Constituída pelos Participantes	-
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	-
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	-
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	8.679.752,00
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	8.679.752,00
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	4.777,00
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	7.150,00
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	2.373,00
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador - IRB	-

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar – Total	-
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	427.683.516,51
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	427.683.516,51
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	427.683.516,51
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	329.322.714,85
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	98.360.801,66
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	169.449.546,39
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	140.087.301,83

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.03.02.01.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	140.087.301,83
2.03.02.01.02.01.00	Participantes Ativos	717.080,20
2.03.02.01.02.02.00	Participantes Assistidos	93.533.656,47
2.03.02.01.02.03.00	Patrocinador	45.836.565,16
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.03.02.01.03.01.00	Outros Fundos – Previstos em Nota Técnica Atuarial	-
2.03.02.01.03.02.00	Fundo de Oscilação de Risco	-
2.03.02.01.03.03.00	Fundo de Retirada	-
2.03.02.01.03.04.00	Fundo Assistencial	-
2.03.02.01.03.05.00	Patrocinador(es) – Reserva Especial	-
2.03.02.01.03.06.00	Participantes – Reserva Especial	-
2.03.02.01.03.07.00	Fundo de Oscilação de Risco – Tábua Geracional	-
2.03.02.01.03.08.00	Fundo de Oscilação de Risco – Rentabilidade dos Investimentos	-
2.03.02.01.99.00.00	OUTROS FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.01.99.99.00	Outros – Assistenciais	-
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	26.197.673,92
2.03.02.02.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.03.02.02.01.01.00	Fundo Administrativo com Part. nos Planos	-
2.03.02.02.01.03.00	Fundo Administrativo Permanente	-
2.03.02.02.01.99.00	Outros Fundos Administrativos	-
2.03.02.02.02.00.00	PARTICIPACÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	26.197.673,92
2.03.02.02.03.00.00	FUNDO ADMINISTRATIVO COMPARTILHADO	-
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	3.164.570,64

Dentre as principais alterações do ponto de vista atuarial, temos a reclassificação atuarial da Dívida de Patrocinador.

“Art. 22. As EFPC devem registrar contabilmente os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo “Operações Contratadas”, no “Realizável Previdencial”, no Ativo.

Parágrafo único. As EFPC que possuem instrumentos de dívidas de patrocinador registrado no grupo “(-)

Provisões Matemáticas à Constituir”, no Passivo, devem proceder a reclassificação contábil conforme o caput.”

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2019, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação, contribuições recebidas e benefícios pagos).

O aumento nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2020 se deve à alteração da taxa de juros e na tábua de mortalidade do grupo de custeio “Pré-68”, impacto este amenizado pela alteração da premissa de fator de capacidade.

Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais:

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

Conta	A - Evolução Teórica	B - Recálculo com hipóteses de 31/12/2019	Variação (B/A-1)	C - Recálculo com hipóteses de 31/12/2020	Variação (C/B-1)
Provisões Matemáticas	1.749.070.976,34	1.754.077.566,00	0,30%	1.800.536.776,00	2,60%
Benefícios Concedidos	1.740.547.199,72	1.745.628.445,00	0,30%	1.791.852.247,00	2,60%
Contribuição Definida	0	0	0,00%	0	0,00%
Benefício Definido	1.740.547.199,72	1.745.628.445,00	0,30%	1.791.852.247,00	2,60%
Benefícios a Conceder	8.523.776,61	8.449.121,00	-0,90%	8.684.529,00	2,80%
Contribuição Definida	0	0	0,00%	0	0,00%
Benefício Definido	8.523.776,61	8.449.121,00	-0,90%	8.684.529,00	2,80%

VARIAÇÃO DO RESULTADO

No exercício de 2020 o Plano Previdencial A encontrava-se superavitário. A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar inferior ao resultado obtido em 2019, em função da rentabilidade não ter sido favorável no exercício de 2020; da destinação do Fundo Previdencial, bem como do aumento nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente neste parecer.

No período compreendido entre janeiro/2020 e dezembro/2020, a meta atuarial do Plano foi de 9,77%, composta pelo INPC de 5,45% mais taxa

de juros de 4,10%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de -1,84% conforme informação repassada pela PREVIRB, representando uma perda atuarial de 10,58%.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 outubro de 2018, apurou-se o Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pela PREVIRB montava R\$191.012.773,62 positivo, em 31 de dezembro de 2020, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$618.696.290,13. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se

superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

NATUREZA DO RESULTADO

O superávit apresentado em 31/12/2020 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2019, originado, principalmente, em função de ganhos atuariais e da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

Da totalidade do superávit apurado em 31 de

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

dezembro de 2020, o montante de **R\$ 329.322.714,85** foi alocado em **Reserva de Contingência**, e **R\$ 98.360.801,66** em **Reserva Especial para Revisão do Plano**, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018.

Cumpramos ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução CPNC nº 30/2018, e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do **Plano A**, posicionada em 31 de dezembro de 2020, de valor 9,85 anos, ficando o limite em 19,85% das Provisões Matemáticas.

No que diz respeito à Reserva Especial, cumpre ressaltar que trata-se do terceiro ano de constituição, havendo portanto obrigatoriedade quanto à sua destinação até o final do exercício de 2021.

SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2020, este item não é aplicável ao presente Parecer.

CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS

PREVIDENCIAIS

O Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Reserva Especial de 2017 foi constituído nesta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2020 em face da destinação obrigatória relativamente à reserva especial de 2017 mantida por três exercícios, no triênio de 2017 a 2019. Em 31/12/2020, o referido Fundo montava R\$140.087.301,83, sendo R\$94.250.736,67 para Participantes e Assistidos e R\$45.836.565,16 para patrocinadores, conforme proporção contributiva apurada. Cumpramos informar que a Entidade irá realizar consulta à PREVIC, para validação da apuração da proporção, tendo em vista características específicas do Plano, sendo, portanto, que poderá haver alteração na proporção à depender da análise da PREVIC. A utilização do referido fundo será realizada na forma da legislação vigente conforme vier a ser definido pelo Conselho Deliberativo.

4 - PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

CUSTOS

Todos os benefícios do plano são financiados através

do regime de capitalização conjugado com o método agregado.

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO
Aposentadoria	0,000%
Invalidez	0,000%
Pensão por Morte	0,208%
Pecúlio por Morte	0,295%
Custo Total	0,503%

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Todos os benefícios do **Grupo de Custeio Plano Previdencial A** estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e não programados estão estruturados no regime de Capita-

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

lização, pelo método Agregado.

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em **31/12/2020**, foi de **0,503%**, líquido de carregamento administrativo, referentes ao custo dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano, sendo **0,503%** relativos ao custo dos benefícios de risco e **0,000%** aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício de 2019, houve uma redução de **0,356 pontos percentuais** no custo do Plano, o qual registrou a alíquota de **0,859%**, líquida de carregamento administrativo, sendo 0,859% relativos ao custo dos benefícios de risco e **0,000%** em 31/12/2019.

Ressaltamos que o **Grupo de Custeio Pré-68** possui somente benefícios concedidos, sendo assim, não há custo normal para o Grupo de Custeio, conforme consta da Avaliação Atuarial anual.

As Provisões a Constituir observadas, do Grupo Pré-68, são referentes aos benefícios já concedidos, sendo objeto de contrato com garantia, conforme a Resolução CNPC nº 30/2018. Considerando que o valor da dívida contratada rege-se,

atuariamente, pelo valor das Provisões Matemáticas do Grupo Pré-68, caso, em algum momento, o valor das garantias oferecidas venha a ser inferior ao valor da dívida, deve-se proceder ao aditamento do Contrato de Confissão de Dívida, de modo a complementar as garantias oferecidas.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a Patrocinadora e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano Previdencial A com base nos seguintes níveis:

PARTICIPANTES ATIVOS E AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO
Contribuição Normal	
P.G.: Percentual Geral incidente sobre o Salário Real de Contribuição - SRC, até o limite de R\$3.500,00 de SRC.	3,00%
Um 2º percentual adicional (2º PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição de R\$3.500,00 até R\$5.600,00:	7,25%
Um 3º percentual adicional (3º PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição acima de R\$5.600,00	14,00%
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	0,00%

* A taxa global de Custeio corresponde a 0,503%, sendo 0,208% para pensão por morte e 0,295% para o pecúlio, com carregamento de 0,00% referente às despesas administrativas, caso seja adotado o Plano de Custeio proposto. Da totalidade das contribuições, a parcela de cobertura de benefícios de risco é de 0,503%, enquanto para benefícios programados é de 0,00%.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

Patrocinadora

Corresponderá à diferença entre a contribuição mensal referente a cada participante (taxa total x salário real de contribuição) e a contribuição devida pelo Participante, obtida através da tabela anterior.

E a contribuição em percentual da folha

de salário de participação para cobertura das despesas administrativas é de 0,00%.

Quanto ao encargo correspondente ao Grupo Pré-68, a contribuição extraordinária da patrocinadora corresponderá ao montante ao qual a Patrocinadora se obrigou a pagar, conforme Contrato de Dívida firmado.

ASSISTIDOS (APOSENTADOS E PENSIONISTAS)

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO
Contribuição Normal	
Para os admitidos na Patrocinadora até 31/12/1968:	0,00%
Para os admitidos na Patrocinadora após 31/12/1968:	0,00%
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	0,00%

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2021.

5 - CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano Previdencial A da PREVIRB está superavitário em 31/12/2020. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente. O valor do superávit excedente à Reserva de Contingência e contabilizado na Reserva Especial para Revisão de Plano foi observado, no fechamento do exercício de 2020, pelo terceiro ano consecutivo, portanto, deverá ser destinado, de forma obrigatória, até o final do exercício subsequente.

Brasília, 01 de março de 2021

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Lucas Pinheiro de Medeiros

Lucas Pinheiro de Medeiros – Analista Técnico

Mariana Abigail de Souza Sabino

Mariana Abigail de Souza Sabino – MIBA nº 2.567

Mercer

SCN Quadra 4 – Bl. B, 100, 12º andar – Asa Norte

Brasília, DF, Brasil

CEP 70.714-900

+55 61 3533-6450"

CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Decorrente de medida governamental não houve cobrança de IOF nos empréstimos no período de abril até o mês de dezembro/2020.

Além disso, atendendo pedidos de nossos Participantes, o Conselho Deliberativo da PREVIRB aprovou a carência e a suspensão temporárias por três meses da cobrança de parcelas de empréstimos de nossos Participantes. A suspensão foi temporária, com duração de três meses ocorreu a contar da primeira prestação de empréstimo após o pedido, tendo início no mês de julho, agosto ou setembro/2020.

Plano Previdencial A

Em 2020 foram fechados 40 novos contratos e 98 renovações na carteira de empréstimos. A carteira totalizou R\$ 6.296.639,25, em 31/12/2020, uma variação positiva de 0,19% em relação a dezembro de 2019. Em 2020, registraram-se 12 óbitos de assistidos com empréstimos vigentes, cujos contratos possuíam saldo devedor de, ao todo, R\$ 206.262,70, todos indenizados pelo Fundo Garantidor de Empréstimos.

GESTÃO PREVIDENCIAL

III – PLANO PREVIDENCIAL B

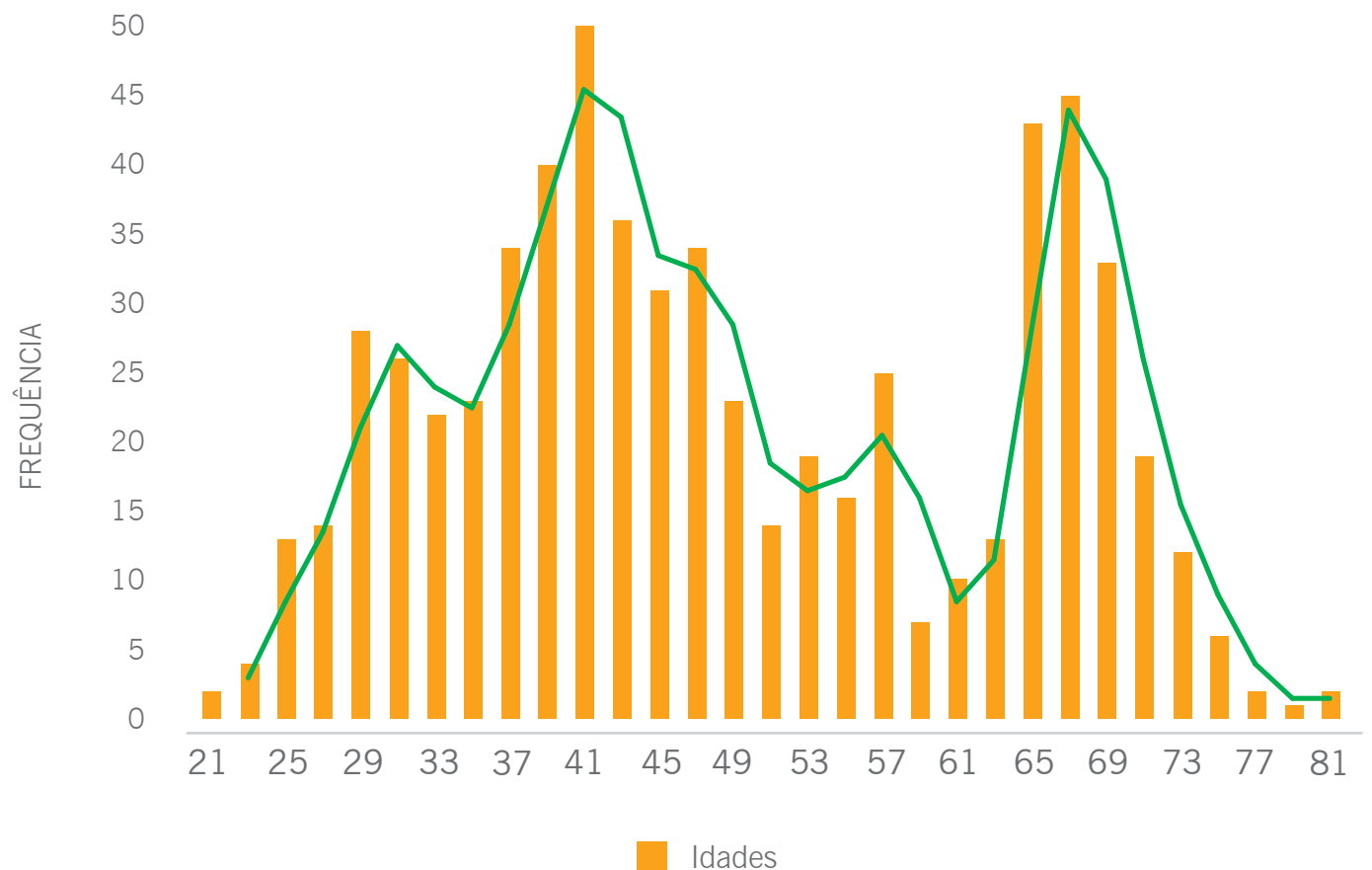
Perfil dos Participantes

O Plano Previdencial B é um plano jovem com grande movimentação de entrada e saída de Participantes. Ao final do exercício de 2020, o Plano Previdencial B contava com 648 Participantes, apresentando um aumento de 2,37% em relação a 2019, cujo quadro comparativo é apresentado a seguir:

Participantes	2019	2020
Ativos	378	382
Autopatrocinados	133	139
Remidos	42	32
Assistidos	75	88
Pensionistas	5	7
Total	633	648

As idades dos Participantes estão compreendidas na faixa de 21 a 81 anos, situando-se a média na casa dos 47,76 anos.

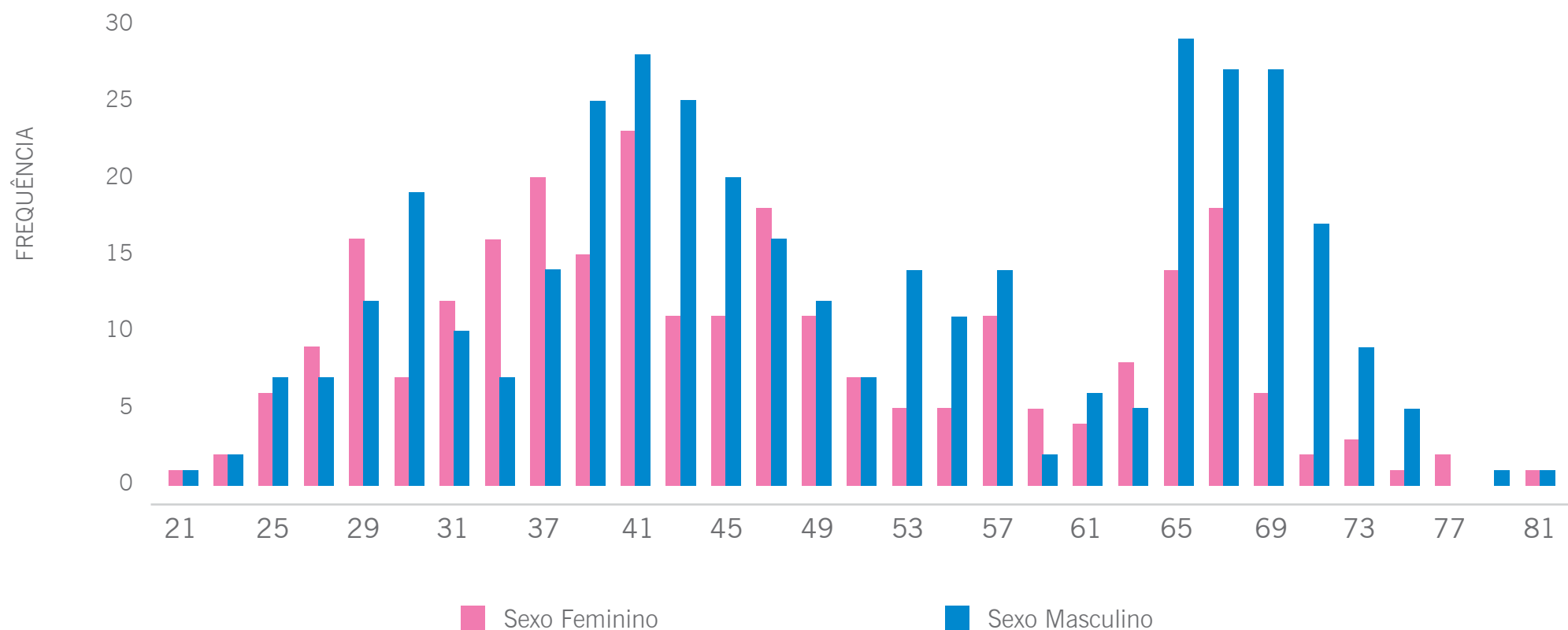
PLANO PREVIDENCIAL B
DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR IDADE
31/12/2020



GESTÃO PREVIDENCIAL

A distribuição dos Participantes por sexo e idade mostra a predominância dos homens na grande maioria das faixas de idade. No total, 58% são homens e 42% são mulheres.

PLANO PREVIDENCIAL B
DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR SEXO
31/12/2020



GESTÃO PREVIDENCIAL

Receita de Contribuições

As contribuições auferidas pelo Plano Previdencial B no exercício apresentaram uma diminuição de 13,29% quando comparadas com ano anterior, passando de R\$ 28,37 milhões para R\$ 24,60 milhões.

Despesas com Benefícios, Resgates e Portabilidade

As despesas com benefícios apresentaram um aumento de 88,75% em relação ao exercício de 2019, passando de R\$ 2,40 milhões para R\$ 4,53 milhões. Com relação à opção pelo Saque, houve um incremento de 20,72%, passando de R\$ 2,51 milhões para R\$ 3,03 milhões. Houve aumento de saída de recursos por meio da Portabilidade, representando um acréscimo de 318,82%, passando de R\$ 0,85 mil em 2019, para R\$ 3,56 milhões em 2020.

Com relação ao benefício de Renda Temporária de Auxílio-Doença, houve pagamento de R\$ 30,30 mil de benefícios, uma redução de 72,36% com relação ao ano anterior, que houve R\$ 109,64 mil de pagamento.

Fundos de Cobertura de Risco do Plano Previdencial B

Os Fundos Previdenciais do Plano apresentaram aumento da ordem de 2,5%, quando comparado ao do exercício anterior, em razão das contribuições e do retorno de investimentos superarem os sinistros ocorridos no período.

O **Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Reserva Especial de 2016** que foi constituído na Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2019 em face da destinação obrigatória relativamente à reserva especial de 2016 mantida por três exercícios, no triênio de 2016 a 2018, montava R\$ 993.479,32. Este Fundo foi integralmente revertido para a Reserva de Contingência, na forma da legislação vigente.

Contratação de Seguro para o risco excedente de morte e invalidez

Desde abril/2017 a PREVIRB contrata junto ao mercado segurador apólice para cobertura do risco excedente de morte e invalidez do Plano B.

Em 31/12/2020, o total de benefícios futuros para o risco de invalidez representa o montante de R\$ 9,99 milhões, que seriam constituídas na data da ocorrência do evento invalidez, para o grupo de Participantes ativos, já o Fundo de Cobertura do Risco de Invalidez conta com o saldo de R\$ 11,91 milhões, superior aos compromissos do Plano com este risco.

No caso do benefício de Aposentadoria por Invalidez, a PREVIRB é responsável pela constituição das RMBC do valor correspondente a 70% do limite do Salário de Participação de R\$ 19.338,84 (valor do limite é atualizado anualmente, no mês de janeiro, pelo INPC acumulado dos últimos 12 meses, e o restante do valor da Invalidez é coberto pela apólice de seguro contratada). No caso da invalidez do Participante, a seguradora repassará à PREVIRB o valor correspondente a Reserva Matemática excedente ao limite do Salário de Participação, correspondente, em média, a 52% da Reserva Matemática total em dezembro de 2020, permanecendo a gestão e responsabilidade pelo pagamento do benefício mensal a cargo da PREVIRB.

Com relação ao benefício de Pecúlio por Morte, a

GESTÃO PREVIDENCIAL

PREVIRB também contrata seguro para o risco excedente da parcela do Salário de Participação superior ao limite previsto no Regulamento, sendo a PREVIRB responsável pelo pagamento do benefício até o valor de R\$ 386.776,80, que corresponde a 20 vezes o Salário de Participação de R\$ 19.338,84 (valor do limite em dezembro de 2020). O restante do valor do Pecúlio é coberto pela apólice contratada, correspondente, em média, a 48% da Reserva Matemática total em dezembro de 2020.

Adesão ao seguro

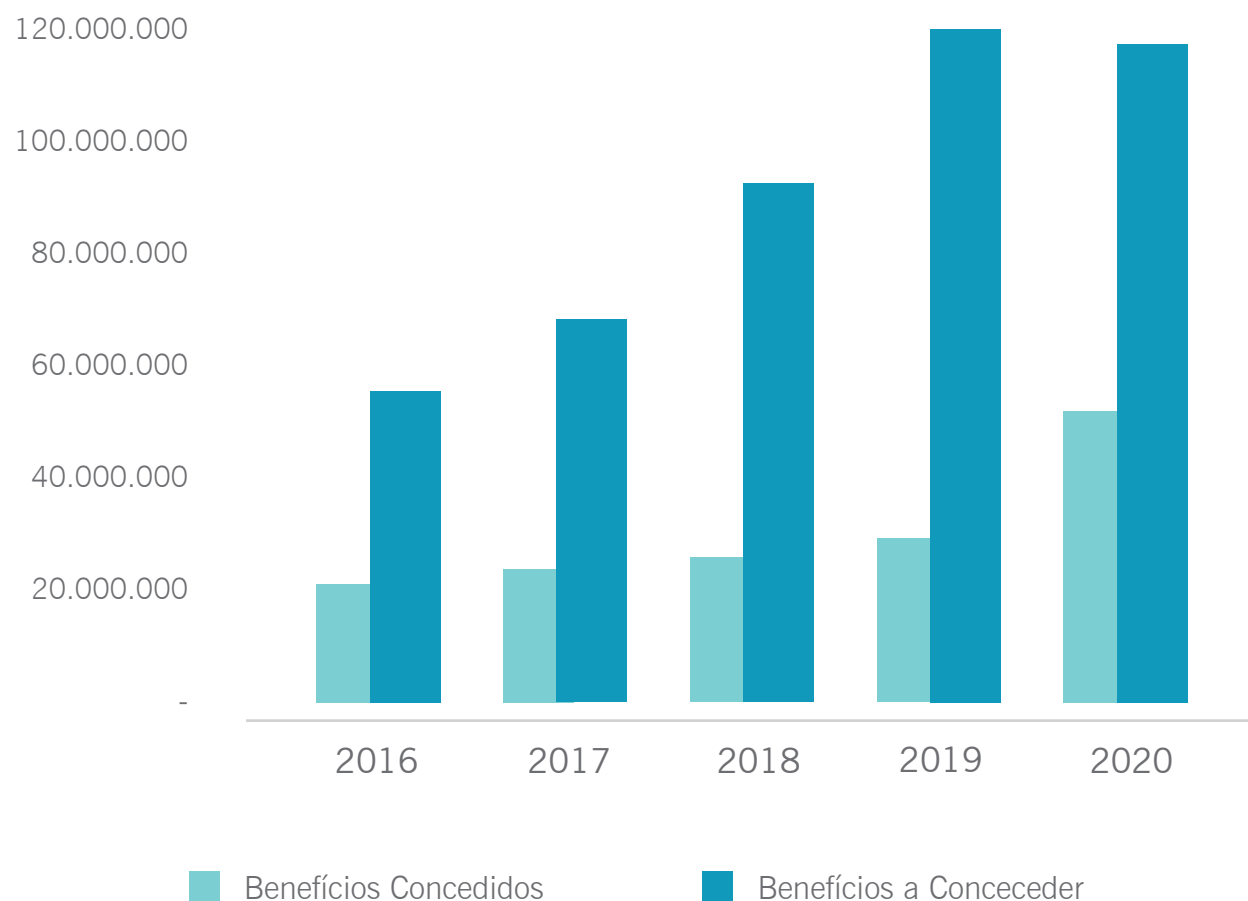
Para os Participantes Ativos a adesão é automática e os prêmios correspondentes são custeados exclusivamente pelos Patrocinadores do Plano B. Aos demais Participantes (Autopatrocinados e Assistidos), a adesão é facultativa, desde que seja aceito pelas normas do seguro contratado; e o Participante tem a responsabilidade do custeio integral dos prêmios da seguradora correspondente.

Reservas Matemáticas

A Reserva Matemática global aumentou R\$ 13,97 milhões (9,00%) em 2020 atingindo o montante de R\$ 169,27 milhões, com destaque para a Reserva de Benefícios Concedidos, que neste ano teve um aumento de 77,86%, passando de R\$ 29,22 milhões para R\$ 51,98 milhões.

O gráfico a seguir evidencia a evolução das reservas matemáticas ao longo dos últimos 5 anos:

PLANO PREVIDENCIAL B



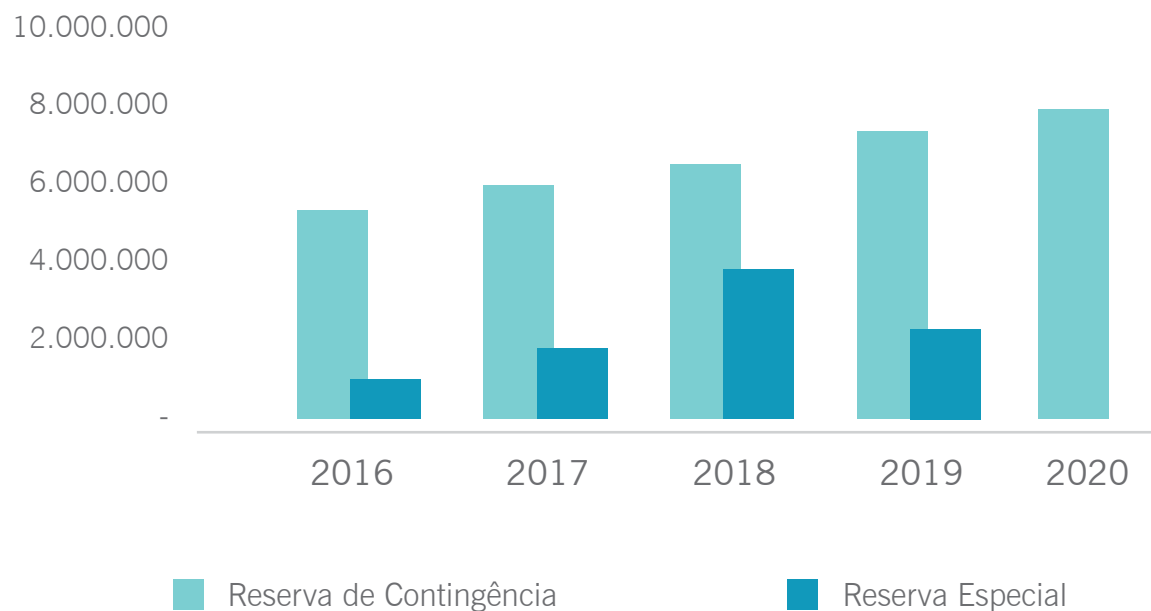
GESTÃO PREVIDENCIAL

Reservas de Contingência e Especial

Ao final do exercício, a duration do Passivo, calculada pelo Atuário responsável, foi de 14,87 anos. Com isso, o resultado superavitário a ser destinado à constituição da Reserva de Contingência passou a ser de 24,87%, percentual máximo a ser aplicado na Reserva de Benefício Definido.

O Balanço Patrimonial revela que o Plano B possui patrimônio de R\$ 224,05 milhões. Na confrontação das Provisões Matemáticas de R\$ 169,28 milhões, com o Patrimônio de Cobertura do Plano de R\$ 177,13 milhões verifica-se um superavit técnico de R\$ 7,85 milhões, sendo esse valor alocado na Reserva de Contingência.

PLANO PREVIDENCIAL B



Taxa de Adesão

A adesão ao Plano Previdencial B é opcional e pode ser feita a qualquer momento, enquanto houver vínculo empregatício com um dos Patrocinadores do Plano Previdencial B. A taxa de adesão ao Plano no final do exercício de 2020 foi de 91,35% do total de empregados dos Patrocinadores deste Plano.

2016	81,16%
2017	88,19%
2018	90,08%
2019	90,46%
2020	91,35%

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano Previdencial B, administrado pela PREVIRB – Fundação de Previdência dos Servidores do IRB, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras, IRB-Brasil Resseguros S.A., PREVIRB - Fundação de Previdência dos Servidores do IRB, IRB Asset Management S.A. e IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., em 31 de dezembro de 2020.

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009;
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019.

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020 estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020.

Adicionalmente, e em face de a Entidade não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2020, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer em relação ao plano.

1 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/11/2020.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela PREVIRB à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PREVIRB, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

DESCRIÇÃO	
Número	406
Idade Média (anos)	40,9
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	7,4
Tempo Médio de Contribuição (anos)	6,4
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	14,7
Salário Mensal Médio (R\$)	15.112,81
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	79.765.422,17

Participantes Autopatrocinados

DESCRIÇÃO	
Número	140
Idade Média (anos)	61,2
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	34,6
Tempo Médio de Contribuição (anos)	14,4
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	4,1
Salário Mensal Médio (R\$)	13.414,16
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	24.413.764,54

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

DESCRIÇÃO	
Número	14
Idade Média (anos)	46,6
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	17,9

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

DESCRIÇÃO	
Aposentados Programados	
Número	85
Idade Média (anos)	61,5
Benefício Mensal Médio em R\$	2.473,32
Aposentados Inválidos	
Número	1
Idade Média (anos)	70,2
Benefício Mensal Médio em R\$	4.869,93
Beneficiários	
Número	6
Idade Média (anos)	60,8
Benefício Mensal Médio em R\$	6.230,58
Beneficiários	
Número	92
Idade Média (anos)	61,6
Benefício Mensal Médio em R\$	2.744,41

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/11/2020. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2020, refletindo o conceito de capacidade.

2 - HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóte-

ses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependen-

tes), a depender das características de cada plano.

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	3,76% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	1,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Não Aplicável
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	5,00%
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000 M&F (Desagravada em 10%)
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Entrada em aposentadoria	Não Aplicável
Composição Familiar	Benefícios a Conceder: Família Padrão
	Benefícios Concedidos: Família Real

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre desligamentos de participantes do Plano.

Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.

(4) Foi utilizada a tábua AT2000 suavizada em 10%, segregada por sexo, desagravada em 10%.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Plano B**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES UTILIZADAS

De acordo com o previsto na legislação vigente, as hipóteses adotadas nesta Avaliação Atuarial foram definidas pela PREVIRB e estão baseadas em estudos de aderência e convergência de hipóteses realizados pela Mercer, conforme Relatório Mercer RE nº 035/2020, que se encontra arquivado na PREVIRB à disposição dos Participantes, dos Assistidos, das Patrocinadoras e da PREVIC.

Informamos que a hipótese do fator de capacidade foi alterada de 0,99 para 0,98 com o objetivo de refletir mais fielmente o poder aquisitivo dos salários e benefícios.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,06%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Conforme legislação em vigor, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2019 de 15,05 anos é de 3,76% a.a. a 5,78% a.a. para a taxa real de juros. Com base nos resultados dos estudos supracitados, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 4,10% a.a. para 3,76% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 3,76% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2020.

Informamos que, excetuada as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o Regime de Capitalização conjugado pelos métodos de Sistema Misto para o benefício de aposentadoria por invalidez e Capitalização Financeira para o benefício de Renda Mensal Vitalícia, o regime de Repartição Simples para os benefícios de Auxílio-Funeral e Pecúlio por Morte e o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura para o benefício de Pensão por Morte e Renda Temporária de Auxílio Doença.

* * * * *

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano Previdencial B.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à legislação vigente, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

3 - POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela PREVIRB, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela PREVIRB posicionados em 31/12/2020.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	224.051.677,68
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	177.131.556,41
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	169.275.769,92
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	51.976.395,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	51.976.395,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	43.541.499,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	8.434.896,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	117.299.374,92
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	117.299.374,92
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	56.813.293,67
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	60.486.081,25
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	9.990.270,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	4.720.133,97

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	5.270.136,03
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	7.855.786,49
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	7.855.786,49
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	7.855.786,49
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	7.855.786,49
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	46.920.121,27
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	43.008.813,97
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	43.008.813,97
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.838.597,85
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	72.709,45

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Previdencial B vigente em 31 de dezembro de 2020, Plano este que se encontra em manutenção.

Durante o exercício de 2020 foram alteradas as seguintes cláusulas do Regulamento do Plano Previdencial B: (i) inclusão de cláusulas que disciplinam a destinação e utilização de superávit; (ii) inclusão da Conta de Distribuição de Superávit; (iii) inclusão do Benefício Eventual Temporário (BET); (iv) inclusão de cláusula que iniba a possibilidade de se ter duas matrículas no mesmo Plano, nos casos de readmissão no mesmo Patrocinador; (v) inclusão de cláusula dispondo sobre a 13º cobrança de contribuição do Participante Ativo, que não recebe o 13º salário; (vi) inclusão de esclarecimento, pois no caso da Fundação não conseguir cobertura do seguro do risco excedente de morte e invalidez, o risco ficará limitado ao limite regulamentar; (vii) inclusão de esclarecimento sobre a contribuição e respectiva cobertura do benefício de Renda Temporária de Auxílio-Doença do participante Saldado Extraordinário.

As alterações mencionadas não impactaram as Provi-

sões Matemáticas ou o custo anual do plano, conforme detalhado no Parecer Atuarial 078/2020, referente ao Plano B, preservado na Fundação.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta

2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

d) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano Previdencial B avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela PREVIRB.

Em atendimento à legislação vigente, informamos que o Plano Previdencial B mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela PREVIRB que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Informamos ainda que o ajuste de precificação relativo aos resultados do exercício de 2020 é positivo em R\$11.527.711,19.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

Reclassificação contábil a partir de 01/01/2021

Tendo em vista a reclassificação contábil a partir de 01/01/2021 à luz do que determina a Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, apresentamos a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 já adaptadas para o novo Plano de Contas, devendo ser esta a abertura do Balancete Contábil de 01/01/2021.

continuação da página anterior

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	224.051.677,68
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	177.131.556,41
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	169.275.769,92
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	51.976.395,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	51.976.395,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	43.541.499,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	8.434.896,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	117.299.374,92
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	117.299.374,92
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	56.813.293,67
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	60.486.081,25
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	9.990.270,00

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	4.720.133,97
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	5.270.136,03
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	7.855.786,49
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	7.855.786,49
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	7.855.786,49
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	7.855.786,49

continua na página seguinte

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

continuação da página anterior

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	46.920.121,27
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	43.008.813,97
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	43.008.813,97
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.838.597,85
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	72.709,45

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2019, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a mo-

vimentação já esperada (juros, inflação, contribuições recebidas e benefícios pagos).

O aumento nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2020 se deve à alteração da taxa de juros, impacto este amenizado pela alteração da premissa

de fator de capacidade.

Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais:

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

Conta	A - Evolução Teórica	B - Recálculo com hipóteses de 31/12/2019	Variação (B/A-1)	C - Recálculo com hipóteses de 31/12/2020	Variação (C/B-1)
Provisões Matemáticas	167.177.047,20	6.860.385,00	0,00%	169.275.769,92	0,00%
Benefícios Concedidos	49.877.672,00	49.988.602,00	0,20%	51.976.395,00	4,00%
Contribuição Definida	-	-	0,00%	-	0,00%
Benefício Definido	49.877.672,00	49.988.602,00	0,20%	51.976.395,00	4,00%
Benefícios a Conceder	117.299.374,92	117.299.374,92	0,00%	117.299.374,92	0,00%
Contribuição Definida	117.299.374,92	117.299.374,92	0,00%	117.299.374,92	0,00%
Benefício Definido	-	-	0,00%	-	0,00%

VARIAÇÃO DO RESULTADO

No exercício de 2020 o Plano Previdencial B encontrava-se superavitário. O superávit do Plano passou de **R\$ 9.582.588,25** em, 31/12/2019, para **R\$ 7.855.786,49**, em 31/12/2020, representando uma diminuição de 18,02%, ou **R\$ 1.726.801,76**. A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar inferior ao resultado obtido em 2019, em função da rentabilidade não ter sido favorável no exercício de 2020 e do aumento nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente neste parecer.

No período compreendido entre janeiro/20 e de-

zembro/20, a meta atuarial do Plano foi de 9,77%, composta pelo INPC de 5,45% mais taxa de juros de 4,10%, enquanto a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de -0,28%, conforme informação repassada pela **PREVIRB**, representando uma perda atuarial de 9,16%.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 outubro de 2018, apurou-se o Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pela PREVIRB montava R\$11.527.711,19 positivo, em 31 de dezembro de 2020, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de

R\$19.383.497,68.

Cumpra esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

NATUREZA DO RESULTADO

O superávit apresentado em 31/12/2020 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2019, originado,

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

principalmente, em função de ganhos atuariais e da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural). Do superávit apurado em 31/12/2020, em sua totalidade foi alocado em **Reserva de Contingência** em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, visto que o mesmo representa 15,11% das Provisões Matemáticas Totais do Plano estruturadas na modalidade de benefício definido, e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2020 de 14,87 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 24,87%.

SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2020, este item não é aplicável ao presente Parecer.

CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, o **Plano B** tem constituído os fundos de **Oscilação de Riscos de Invalidez**, de **Cobertura dos Riscos de Morte** e de **Cobertura para Auxílio Doença**.

O Fundo para Oscilação de Riscos de Invalidez tem por finalidade exclusiva suprir as insuficiências financeiras no custeio das despesas com pagamentos de benefícios de invalidez e constituição das respectivas reservas matemáticas de benefícios concedidos ao longo da vida do plano, conforme previsto na Nota Técnica do Plano. São creditados, ao valor do saldo inicial do Fundo, mensalmente, o saldo das contribuições líquidas auferidas de invalidez, os valores de devolução e de reversão previstos no regulamento do plano, para o caso de participante que entra em gozo do benefício de invalidez e a parcela de rendimento/perda do fundo. Ainda, é debitado o valor que corresponder ao aumento da reserva matemática de invalidez devido a reajustes específicos de salários e promoções ocorridas nos salários dos ativos que possuem cobertura de invalidez pelo Plano. Em 31/12/2020, referido Fundo montava **R\$ 11.912.849,86**.

O **Fundo para Cobertura dos Riscos de Morte** é constituído através das contribuições para os benefícios de pensão, pecúlio e auxílio-funeral. O Fundo cobre eventuais insuficiências ocasionadas por desvios nas taxas de contribuição dos benefícios de pensão, pecúlio e auxílio-funeral, insuficiência

esta, avaliada em relação ao conjunto desses benefícios. Em 31/12/2020, o referido Fundo montava **R\$ 30.148.758,60**.

O **Fundo para Cobertura para Auxílio Doença** é constituído pelas contribuições para o benefício de Renda Temporária de Auxílio Doença. O Fundo cobre eventuais insuficiências ocasionadas por desvios nas taxas de contribuição deste benefício. Em 31/12/2020, o referido Fundo montava **R\$ 947.205,51**.

O **Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Reserva Especial de 2016**, que foi constituído na Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2019, em face da destinação obrigatória relativamente à reserva especial de 2016 mantida por três exercícios, no triênio de 2016 a 2018, montava R\$ 993.479,32, sendo R\$ 544.778,74 para Participantes e Assistentes e R\$ 448.700,58 para patrocinadores, conforme proporção contributiva, foi integralmente revertido para a Reserva de Contingência, na forma da legislação vigente. Em 31/12/2020, o referido Fundo montava **R\$ 0,00**.

4 - PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

CUSTOS

O método de Capitalização Individual é utilizado na avaliação dos benefícios estruturados na forma de contribuição definida do Plano Previdencial B, sendo os benefícios obtidos a partir das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data da sua aposentadoria. O valor total acumulado, capitalizado com o rendimento dos recursos investidos, resultará no montante final a ser convertido em benefício. Estas contribuições são determinadas conforme o Regulamento do Plano e estimadas para fins da Avaliação Atuarial com base no cenário real de adesão na data-base de dados.

Os benefícios de risco assegurados pelo Plano B são os de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Funeral, Pecúlio por Morte e Renda Temporária de Auxílio Doença. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo os benefícios de Auxílio-Funeral e Pecúlio por Morte avaliados sob o Regime de Repartição Simples, os benefícios de Pensão por Morte e de Renda Temporária de Auxílio Doença sob o Regime de Re-

partição de Capitais de Cobertura e Aposentadoria por Invalidez avaliada pelo Regime de Capitalização e pelo método de financiamento Misto.

O benefício programado, qual seja, Renda Mensal Vitalícia, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo avaliado através do Regime de Capitalização e pelo método de Capitalização Financeira.

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO
Renda Mensal Vitalícia	16,63%
Renda de Aposentadoria por Invalidez	1,47%
Pensão por Morte	2,81%
Auxílio Funeral	0,07%
Pecúlio por Morte	2,04%
Auxílio Doença	0,42%

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em **31/12/2020**, foi de **23,439%**, líquido de carregamento administrativo, referentes ao custo dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano, sendo **6,809%** relativos ao custo dos benefícios de risco e **16,630%** aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício de 2019, houve um acréscimo de **0,270 pontos percentuais** no custo total do Plano, o qual registrou a alíquota de **23,169%**, líquida de carregamento administrativo, sendo **5,769% (aumento de 1,040 pontos percentuais)** relativos ao custo dos benefícios de risco e **17,400% (diminuição de 0,770 pontos percentuais)** aos benefícios programados em **31/12/2019**.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a Patrocinadora e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano Previdencial B com base nos seguintes níveis:

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO
Contribuição	
Normal	3,00% a 16,00%
Risco	3,405%
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	0,00%

Patrocinadora

Paritária à Contribuição dos Participantes tanto para a contribuição normal quanto para a de risco.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 0,00% do salário da data de desligamento devidamente atualizado.

ASSISTIDOS (APOSENTADOS)

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO
Contribuição	4,920%
Pensão por Morte	2,810%
Auxílio Funeral	0,70%
Pecúlio por Morte	2,040%
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	0,00%

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2021.

5 - CONCLUSÃO

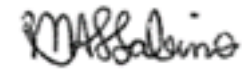
Certificamos que o Plano Previdencial B da PREVIRB está superavitário em 31/12/2020. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente. Não há superávit excedente à Reserva de Contingência, portanto a Reserva Especial para Revisão de Plano é nula.

Brasília, 03 de março de 2021

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



Lucas Pinheiro de Medeiros – Analista Técnico



Mariana Abigail de Souza Sabino – MIBA nº 2.567

Mercer

SCN Quadra 4 – Bl. B, 100, 12º andar – Asa Norte

Brasília, DF, Brasil

CEP 70.714-900

+55 61 3533-6450"

CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Decorrente de medida governamental não houve cobrança de IOF nos empréstimos no período de abril até o mês de dezembro/2020.

Além disso, atendendo pedidos de nossos Participantes, o Conselho Deliberativo da PREVIRB aprovou a carência e a suspensão temporárias por três meses da cobrança de parcelas de empréstimos de nossos Participantes. A suspensão foi temporária, com duração de três meses ocorreu a contar da primeira prestação de empréstimo após o pedido, tendo início no mês de julho, agosto ou setembro/2020.

Plano Previdencial B

Em 2020 foram fechados 9 novos contratos e 11 renovações na carteira de empréstimos. A carteira totalizou R\$ 732.212,51, em 31/12/2020, uma variação negativa de 37,55% em relação a dezembro de 2019. Os casos de óbito no Plano B são cobertos pelo seguro prestamista contratado junto a empresa seguradora. Como o saldo do Fundo Garantidor de Empréstimo do Plano B conta com somente R\$ 72.709,45, e o valor máximo permitido é de empréstimo é de R\$ 100 mil, o saldo não seria suficiente para pagar

eventuais sinistros em série. Por isso, reafirmamos que a contratação dessa apólice de seguro comprova ser um excelente instrumento de controle de riscos de perdas da carteira. Não houve sinistro na carteira de empréstimos em 2020, tendo sido pago, no ano, R\$ 4.820,97 de prêmio à MAG Seguros.

A contratação de empréstimos no Plano B está sujeita à apresentação de Declaração Pessoal de Saúde - DPS à seguradora. Desde a implantação do seguro prestamista, em julho/2014, somente uma solicitação de empréstimo foi negada.



ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Durante o exercício de 2020, a PREVIRB buscou aprimorar seu processo de gestão, mantendo sua estrutura atualizada e preparada para atender plenamente

suas necessidades operacionais. Encerrou o exercício de 2020 mantendo em seu quadro funcional 19 empregados, distribuídos nas Gerências de Infraestrut

tura, de Controladoria e Contabilidade, Seguridade e Atuária e de Investimentos.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O Conselho Deliberativo é responsável pela fixação dos critérios quantitativos e qualitativos para a realização de tais despesas, possibilitando a avaliação da relação entre necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos. Para o ano de 2020 o limite máximo aprovado para o índice composto entre as

Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores dos Planos foi de 0,38%. A Fundação encerrou apresentando o resultado de 0,35%. Dos R\$ 9,336 milhões orçados, foram efetivamente gastos R\$ 8,546 milhões, gerando uma redução de 8,46%, em parte porque uma parcela das despesas previstas não fo

ram realizadas e de outro lado, demonstrando a manutenção do nível geral de despesas em patamares compatíveis com a operação.

A seguir apresentamos tabela com a evolução comparativa entre o total das despesas.

(em R\$)					
EVOLUÇÃO COMPARATIVA	2016	2017	2018	2019	2020
Despesas Administrativas (A)	7.341.923	7.702.249	7.980.115	8.571.776	8.546.637
Recursos Garantidores (B)	2.031.339.344	2.171.259.905	2.411.244.006	2.624.368.606	2.458.942.783
RELAÇÃO % (A / B)	0,36%	0,35%	0,33%	0,33%	0,35%

FONTES DE CUSTEIO

Atualmente está vigente o seguinte plano de custeio administrativo: (i) percentual sobre as contribuições (Taxa de Carregamento) para o Plano A e para o Plano B em 0%; (ii) taxa de administração de 0,10% ao ano sobre o total dos investimentos do Plano A e do Plano B; (iii) custeio administrativo dos investimentos para as despesas de investimentos; (iv) resultado positivo dos investimentos, no qual se aloca nesse grupo o retorno do próprio investimento dos recursos do PGA; (v) recursos do Fundo Administrativo.

	(em R\$)	
Custeio da Gestão Administrativa	2019	2020
Taxa de carregamento	0	0
Taxa de administração	0	1.201.453,72
Custeio administrativo dos investimentos	R\$ 4.501.463,62	R\$ 4.370.562,53
Resultado positivo dos investimentos	R\$ 2.477.850,64	R\$ 1.972.707,29
Outras receitas	R\$ 99.537,88	R\$ 101.159,61
RECEITAS	R\$ 7.078.852,14	R\$ 7.645.883,15

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos), deduzidas das despesas específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao/do Fundo Administrativo.

A demonstração do PGA, a seguir, destaca a relação entre as receitas e despesas, bem como a destinação das sobras administrativas do exercício que foram incorporadas ao Fundo Administrativo.

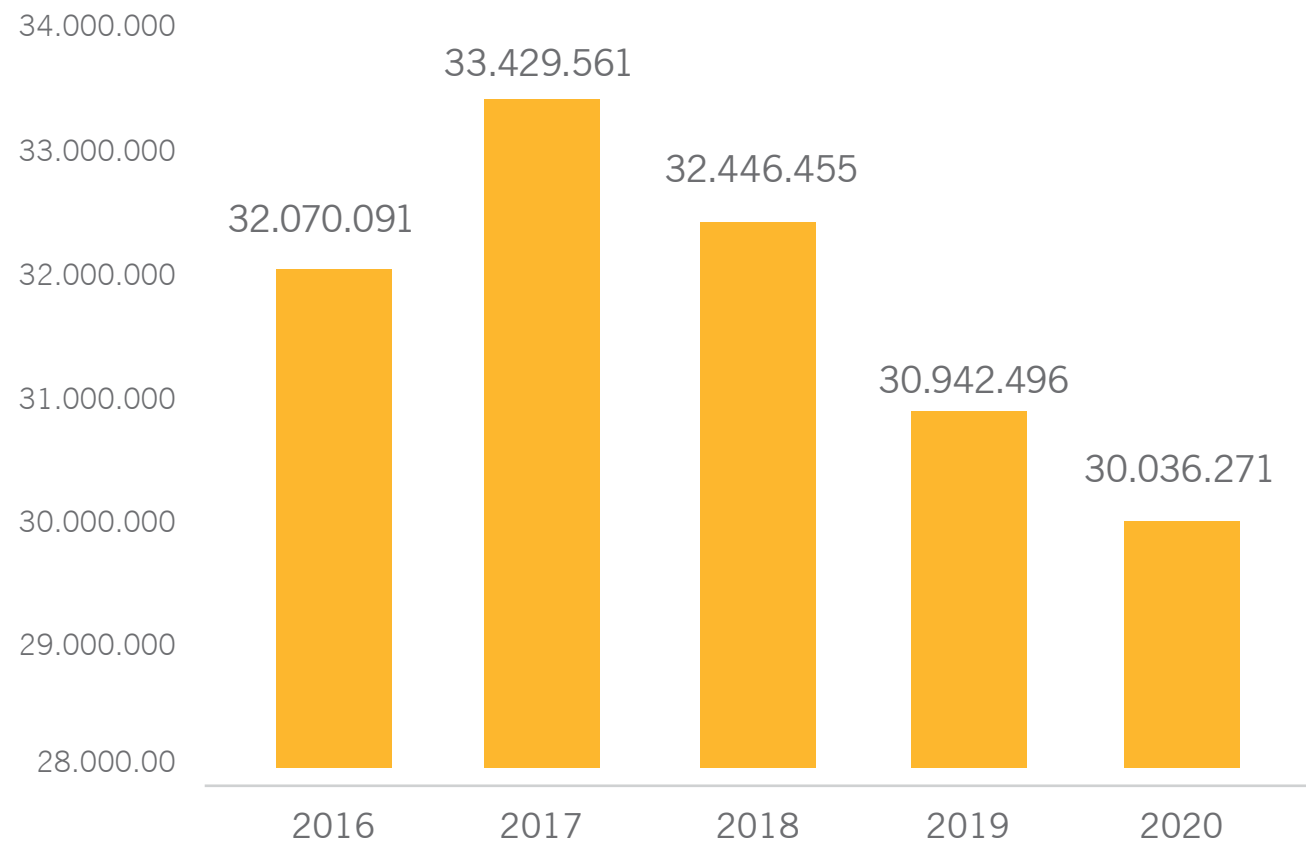
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	2019	2020
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	32.446.454,52	30.942.496,30
1. Receitas Administrativas	7.078.852,14	7.645.883,15
2. Despesas Administrativas	-8.571.775,59	-8.546.637,02
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-11.034,77	-5.470,66
4. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	30.942.496,30	30.036.271,77

EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo tem um volume ainda significativo e é utilizado para atender as sobrecargas administrativas, quando não forem suficientes as receitas administrativas. No período de 2015 e 2017 o volume de recursos evoluiu positivamente. A partir de 2018, a trajetória é decrescente, atingindo uma redução de 2,9% em 2020. Muito embora a gestão ativa de fluxo de caixa, a boa rentabilidade alcançada com a aplicação dos recursos do PGA foi bastante positiva no exercício de 2020, com rentabilidade de 6,63%, superando a meta do ano, de 2,76% (140% do CDI).

Desde Jul./2020 o CONDEL aprovou através da Resolução 021/2020 a implantação da taxa de administração para ambos os planos previdenciais, no percentual de 0,10% a.a., estabelecendo as condições para estabilização do saldo do Fundo Administrativo. Essa medida foi exitosa e interrompeu a trajetória decrescente do saldo do fundo. Segundo simulações realizadas, a partir de 2021, a expectativa é de crescimento progressivo do fundo. A se verificar as premissas adotadas neste estudo, teremos um crescimento mais significativo a partir de 2024.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO							
ATIVO	NOTA	2020	2019	PASSIVO	NOTA	2020	2019
DISPONÍVEL	5	177	185	EXIGÍVEL OPERACIONAL	8	3.107	3.355
				Gestão Previdencial		2.275	2.670
				Gestão Administrativa		832	675
				Investimentos		-	10
REALIZÁVEL		2.519.477	2.685.554	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	36.562	36.417
Gestão Previdencial	6.1	1.003	953	Gestão Previdencial		7.465	7.465
Gestão Administrativa	6.2	3.563	3.292	Gestão Administrativa		3.593	3.593
Investimentos	7	2.514.911	2.681.309	Investimentos		25.504	25.359
Títulos Públicos		326.264	219.473	PATRIMÔNIO SOCIAL		2.480.241	2.646.129
Créditos Privados e Depósitos		321.541	254.165	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO		2.263.871	2.568.784
Ações		153.564	424.981	Provisões Matemáticas	11	1.828.332	1.745.848
Fundos de Investimento		1.624.935	1.692.014	Benefícios Concedidos		1.843.828	1.748.715
Investimentos Imobiliários		81.578	83.218	Benefícios a Conceder		125.984	135.537
Empréstimos		7.029	7.458	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(141.480)	(138.424)
PERMANENTE		256	161	Equilíbrio Técnico	14	435.539	822.937
Imobilizado		253	152	Resultados Realizados		435.539	822.937
Diferido		3	9	Superávit Técnico Acumulado		435.539	822.937
TOTAL DO ATIVO		2.519.910	2.685.901	FUNDOS	12	216.370	77.344
				Fundos Previdenciais		183.096	42.949
				Fundos Administrativos		30.036	30.942
				Fundos dos Investimentos		3.238	3.453
				TOTAL DO PASSIVO		2.519.910	2.685.901

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (CONSOLIDADA)			
DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	2.646.129	2.431.542	8,83
1. Adições	32.306	346.564	(90,68)
Contribuições Previdenciais	24.660	28.798	(14,37)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	307.556	(100,00)
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	2.684	(100,00)
Receitas Administrativas	5.673	4.601	23,30
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.973	2.478	(20,38)
Constituição de Fundos de Investimentos	-	447	(100,00)
2. Destinações	(198.195)	(131.977)	50,17
Benefícios	(133.738)	(123.394)	8,38
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(55.689)	-	100,00
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
Despesas Administrativas	(8.547)	(8.572)	(0,29)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(5)	(11)	(54,55)
Reversão de Fundos de Investimentos	(216)	-	100,00
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(165.889)	214.587	(171,31)
Provisões Matemáticas	82.485	96.867	(14,85)
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(248.304)	111.440	(322,81)
Fundos Previdenciais	1.052	7.337	(85,66)
Fundos Administrativos	(906)	(1.504)	(39,76)
Fundos dos Investimentos	(216)	447	(148,32)
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	2.480.240	2.646.129	(6,27)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO PREVIDENCIAL A			
DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	2.403.896	2.232.815	7,66
1. Adições	2	288.620	(100,00)
Contribuições	2	46	(95,65)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	285.890	(100,00)
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	2.684	(100,00)
2. Destinações	(177.071)	(117.539)	50,65
Benefícios	(121.958)	(117.539)	3,17
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(55.113)	-	100,00
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	(177.069)	171.081	(203,50)
Provisões Matemáticas	68.515	59.941	14,30
Superávit Técnico do Exercício	(245.584)	111.140	(320,97)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	2.226.827	2.403.896	(7,37)
C) Fundos Não Previdenciais	29.363	30.513	(3,77)
Fundo Administrativo	26.198	27.127	(3,42)
Fundo dos Investimentos	3.165	3.386	(6,53)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO PREVIDENCIAL B			
DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	207.838	163.275	27,29
1. Adições	24.658	50.419	(51,09)
Contribuições	24.658	28.753	(14,24)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	21.666	(100,00)
2. Destinações	(12.356)	(5.856)	(111,00)
Benefícios	(11.780)	(5.856)	(101,16)
Resultado Negativo dos Investimentos–Gestão Previdencial	(576)	-	(100,00)
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	12.302	44.563	(72,39)
Provisões Matemáticas	13.970	36.926	(62,17)
Fundo Previdencial	1.052	7.337	(85,66)
Superávit Técnico do Exercício	(2.720)	300	(1.006,67)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	220.140	207.838	5,92
C) Fundos Não Previdenciais	3.912	3.882	0,77
Fundo Administrativo	3.839	3.815	0,63
Fundo dos Investimentos	73	67	8,96

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO PREVIDENCIAL A			
DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
1. Ativos	2.291.201	2.469.803	(7,23)
Disponível	62	61	1,64
Recebível	27.131	28.031	(3,21)
Investimentos	2.264.008	2.441.711	(7,28)
Títulos Públicos	256.077	163.270	56,84
Créditos Privados e Depósitos	257.876	202.966	27,05
Ações	134.311	391.310	(65,68)
Fundos de Investimento	1.527.870	1.594.662	(4,19)
Investimentos Imobiliários	81.578	83.218	(1,97)
Empréstimos	6.296	6.285	0,18
2. Obrigações	35.011	35.394	(1,08)
Operacional	2.042	2.570	(20,54)
Contingencial	32.969	32.824	0,44
3. Fundos não Previdenciais	29.363	30.513	(3,77)
Fundo Administrativo	26.198	27.127	(3,42)
Fundo dos Investimentos	3.165	3.386	(6,53)
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.226.827	2.403.896	(7,37)
Provisões Matemáticas	1.659.056	1.590.542	4,31
Superávit/Déficit Técnico	427.684	813.354	(47,42)
Fundo Previdencial	140.087	-	100,00
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	427.684	813.354	(47,42)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	191.013	169.670	12,58
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	618.697	983.024	(37,06)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO PREVIDENCIAL B			
DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
1. Ativos	224.285	211.830	5,88
Disponível	73	47	55,32
Recebível	3.908	3.865	1,11
Investimento	220.304	207.918	5,96
Títulos Públicos	49.251	36.740	34,05
Créditos Privados e Depósitos	56.877	41.808	36,04
Ações	19.254	33.671	(42,82)
Fundos de Investimento	94.190	94.526	(0,36)
Empréstimos	732	1.173	(37,60)
2. Obrigações	233	110	111,82
Operacional	233	110	111,82
3. Fundos não Previdenciais	3.912	3.882	0,77
Fundo Administrativo	3.839	3.815	0,63
Fundo dos Investimentos	73	67	8,96
4. Resultados a Realizar	0	0	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	220.140	207.838	5,92
Provisões Matemáticas	169.276	155.306	9,00
Superávit/Déficit Técnico	7.856	9.583	(18,02)
Fundo Previdencial	43.008	42.949	0,14
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	7.856	9.583	(18,02)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	11.527	8.974	28,45
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	19.383	18.557	4,45

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)			
DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	30.942	32.446	(4,64)
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.646	7.079	8,01
1.1. Receitas	7.646	7.079	8,01
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.549	4.487	23,67
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	23	15	53,33
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.973	2.478	(20,38)
Outras Receitas	101	99	2,02
2. Despesas Administrativas	8.547	8.572	(0,29)
2.1. Administração Previdencial	3.996	4.071	(1,84)
Pessoal e Encargos	2.661	2.575	3,34
Treinamentos/Congressos e Seminários	13	88	(85,23)
Viagens e Estadias	0	2	(100,00)
Serviços de Terceiros	657	638	2,98
Despesas Gerais	607	720	(15,69)
Depreciações e Amortizações	37	30	23,33
Tributos	21	18	16,67

Continua na página seguinte

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação da página anterior

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)			
DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
2.2. Administração dos Investimentos	4.551	4.501	1,11
Pessoal e Encargos	2.864	2.741	4,49
Treinamentos/Congressos e Seminários	21	20	5
Viagens e Estadias	0	2	(100,00)
Serviços de Terceiros	687	770	(10,78)
Despesas Gerais	598	620	(3,55)
Depreciações e Amortizações	46	37	24,32
Tributos	335	311	7,72
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	5	11	(54,55)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	0	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	0	0	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(906)	(1.504)	(39,76)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(906)	(1.504)	(39,76)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	30.036	30.942	(2,93)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO PREVIDENCIAL A			
DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.265.003	2.442.676	(7,27)
1. Provisões Matemáticas	1.659.056	1.590.542	4,31
1.1. Benefícios Concedidos	1.791.852	1.719.491	4,21
Benefício Definido	1.791.852	1.719.491	4,21
1.2. Benefícios a Conceder	8.684	9.475	(8,35)
Benefício Definido	8.684	9.475	(8,35)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(141.480)	(138.424)	2,21
(-) Serviço passado	(141.480)	(138.424)	2,21
(-) Patrocinador(es)	(141.482)	(138.424)	2,21
2. Equilíbrio Técnico	427.684	813.354	(47,42)
2.1. Resultados Realizados	427.684	813.354	(47,42)
Superávit Técnico Acumulado	427.684	813.354	(47,42)
Reserva de Contingência	329.323	316.836	3,94
Reserva Para Revisão do Plano	98.361	496.518	(80,19)
3. Fundos	143.252	3.386	4.130,71
3.1. Fundos Previdenciais	140.087	-	100,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.165	3.386	(6,53)
4. Exigível Operacional	2.042	2.570	(20,54)
4.1. Gestão Previdencial	2.042	2.564	(20,36)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	6	(100,00)
5. Exigível Contingencial	32.969	32.824	(0,44)
5.1. Gestão Previdencial	7.465	7.465	-
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	25.504	25.359	0,57

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO PREVIDENCIAL B			
DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	220.447	208.015	5,98
1. Provisões Matemáticas	169.276	155.306	9,00
1.1. Benefícios Concedidos	51.977	29.224	77,86
Benefício Definido	51.977	29.224	77,86
1.2. Benefícios a Conceder	117.299	126.082	(6,97)
Contribuição Definida	117.299	126.082	(6,97)
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	56.813	60.790	(6,54)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	60.486	65.292	(7,36)
2. Equilíbrio Técnico	7.856	9.583	(18,02)
2.1. Resultados Realizados	7.856	9.583	(18,02)
Superávit Técnico Acumulado	7.856	9.583	(18,02)
Reserva de Contingência	7.856	7.306	7,53
Reserva Para Revisão do Plano	-	2.277	(100,00)
3. Fundos	43.082	43.016	0,15
3.1. Fundos Previdenciais	43.009	42.949	0,14
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	73	67	8,96
4. Exigível Operacional	233	110	111,82
4.1. Gestão Previdencial	233	106	119,81
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	4	(100,00)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, que obedece às normas emanadas pela Secretaria de Previdência, ligado ao Ministério da Economia, por intermédio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Constituída em 14 de novembro de 1977 e registrada em 7 de dezembro do mesmo ano, como pessoa jurídica de direito privado, tem por objetivo complementar/suplementar a aposentadoria dos funcionários de seus patrocinadores, IRB-Brasil Resseguros S.A., IRB Asset Managent S.A., IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. e PREVIRB, e assegurar, em caso de morte, o pagamento de pecúlio e de pensão a seus beneficiários, conforme previsto nos regulamentos previdenciários.

Os recursos financeiros de que a Fundação dispõe

para seu funcionamento são representados por contribuições de seus patrocinadores, de seus participantes e assistidos e pelos rendimentos resultantes das aplicações financeiras desses recursos, observados os dispositivos da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e posteriores atualizações.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no País e não distribui lucro ou participações em seus investimentos.

A Fundação administra os seguintes Planos de Benefícios de natureza previdenciária: Plano Previdencial A – CNPB nº 1977.0001-18, modalidade de Benefício Definido e Plano Previdencial B – CNPB nº 2003.0019-56 na modalidade de Contribuição Variável, os quais mantêm em 31 de dezembro de 2020 os seguintes quadros de participantes.

PLANO PREVIDENCIAL A		
Categoria	2020	2019
Saldados	6	8
Assistidos	1.164	1.197
Beneficiários	293	296
Total	1.463	1.501

PLANO PREVIDENCIAL B		
Categoria	2020	2019
Ativos	351	378
Autopatrocinados	134	133
Benefício Proporcional Diferido	32	42
Assistidos	82	75
Beneficiários	6	5
Total	605	633

Registra-se que existe um grupo de participantes no Plano Previdencial A, com custeio dos benefícios previsto no Regulamento, sob a responsabilidade do Patrocinador IRB-Brasil Resseguros S/A., denominado Grupo “Pré-68”. Tal grupo era composto, em 31 de dezembro de 2020, de 45 (49 em 2019) assistidos e pensionistas de responsabilidade exclusiva do IRB-Brasil Resseguros S./A. e 153 (158 em 2019) assistidos cuja complementação ou suplementação de aposentadoria era de responsabilidade do IRB-Brasil Resseguros S.A. e a melhoria de complementação de aposentadoria de responsabilidade da PREVIRB.

Além dos planos de benefícios, a PREVIRB também possui um Plano de Gestão Administrativa - PGA, onde são registradas as atividades referentes à gestão administrativa da PREVIRB.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e observam as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 29, 13 de abril de 2018, Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores; e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e normativos posteriores.

Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

Os registros contábeis são efetuados em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações e estão sendo apresentados de forma comparativa com os números do exercício de 2019.

A contabilidade da PREVIRB é estruturada em Gestão

Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, conforme abaixo:

GESTÃO PREVIDENCIAL: Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios, os institutos do Resgate, do Autopatrocínio e do Benefício Proporcional Diferido, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

GESTÃO ADMINISTRATIVA: Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios (receitas e despesas administrativas).

FLUXO DOS INVESTIMENTOS: Registro e controle referente à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios, bem como do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

De acordo com as normas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente:

2.1 Balanço Patrimonial (BP)

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela PREVIRB.

2.2 Demonstrativo da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

Este Demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.3 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.4 Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Tem como finalidade demonstrar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.5 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo ao final de cada exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

2.6 Demonstração das Provisões Técnicas (DPT)

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício. Mostra os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com seus participantes.

Os demonstrativos contábeis, as informações e os quadros das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico no qual a PREVIRB opera. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais (R\$).

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Entidade são resumidas a seguir:

3.1 – Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de

benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, além das eventuais contribuições em atraso.

3.2 – Gestão Administrativa

Registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. A apuração da participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

a) A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo, de forma proporcional à parcela registrada para cada Plano no último dia do mês anterior.

b) Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo, de forma que a arrecadação oriunda de cada plano seja incorporada ao saldo do respectivo Plano.

c) As despesas administrativas comuns serão suportadas pelo Fundo Administrativo. A totalidade das despesas comuns incorridas mensalmente, dedu-

zidas as receitas administrativas, será debitada do Fundo, impactando o saldo registrado em nome de cada Plano de forma proporcional à sua parcela.

d) As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão integralmente deduzidas do saldo do Fundo Administrativo relativo ao respectivo plano de benefícios.

3.3 – Investimentos

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios e PGA estão em convergência com as respectivas Políticas de Investimentos desses Planos, elaboradas sob os preceitos legais, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.611, de 25 de maio de 2018 e alterações posteriores.

Os critérios adotados para mensuração do valor justo são de responsabilidade dos Administradores da Carteira Própria e Carteira Terceirizada, e estão consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46, aprovada pela Resolução do CFC nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

a) Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.

b) Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:

- Informações de Nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração;
- Informações de Nível 2 – informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Informações de Nível 3 – dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

3.3.1 – Títulos Públicos e Privados

São operações com rendas definidas, pré ou pós-fixadas lastreadas em títulos públicos (federais, estaduais

e municipais) e privados, emitidos por instituições financeiras ou por empresas.

Os ativos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e os emolumentos, evidenciando-se o ágio e o deságio, quando aplicado, e o acréscimo dos juros auferidos pró-rata temporis, até a data do balanço e apropriados mensalmente em Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

Em atendimento à Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 37, de 13 de março de 2020, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação – Aqueles com propósitos de serem negociados, independente do prazo a decorrer, são avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados de baixo risco por agência de risco no País. O critério de avaliação é pelo custo amortizado de forma proporcional, pró rata die, até o vencimento.

3.3.2 – Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, e alguns ativos relevantes alocados nesses fundos são precificados ao valor justo (nível 2), caso haja preço cotado em mercado ativo.

3.3.3 - Ações

Os ativos de renda variável são registrados pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagens e outras taxas incidentes, sendo precificada pelo valor de mercado determinado pela cotação de fechamento das ações, no pregão da B3 do último dia útil do exercício. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada em conta analítica do mercado de ações como Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas, admitindo-se a compensação.

As bonificações, os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são reconhecidos contabilmente a partir da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

3.3.4 - Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, inclusive honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação.

Os imóveis são reavaliados em até três anos, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com a norma específica da PREVIC.

A participação em shopping center apresenta-se ao custo de aquisição e é amortizada à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente.

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

3.3.5 - Operações com participantes

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos, estando incluídas as parcelas referentes ao principal, à atualização monetária e aos juros até a data do balanço. Condições:

Plano	Indexador	Nº Prestações	Taxas A. M.
A	-	6	0,78%
	INPC	13	0,45%
		18	0,50%
		24	0,60%
		36	0,75%
		48	1,00%
B	-	6	0,61%
	DI-CETIP	13	0,08%
		18	0,10%
		24	0,30%
		36	0,50%
		48	0,75%

No ato da concessão são cobrados sobre o valor bruto os seguintes encargos:

- Seguro Prestamista, sendo um percentual definido por empresa seguradora contratada e

incidente sobre saldo devedor mensal do empréstimo para garantir a quitação em caso de falecimento do MUTUÁRIO, vinculado ao Plano Previdencial B;

- Taxa de Garantia de Empréstimo – TGE, percentual definido com base em estudos atuariais, aprovado pelo Conselho Deliberativo e divulgado nas “Condições de Concessão de Empréstimo”, utilizado para constituir fundo garantidor destinado a quitar as prestações vincendas a partir do mês seguinte ao do falecimento do MUTUÁRIO, definido para cada Plano, com base na evolução do Fundo de Garantia de Empréstimo;
- Taxa de Administração: destinada a cobrir as despesas com administração e operação das carteiras de empréstimos;
- Tributos incidentes sobre as operações desta natureza, conforme definido na legislação pertinente, para ambos os Planos.

3.4 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

As provisões são constituídas em consideração aos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

risco e as incertezas de realizações dos rendimentos auferidos e de recebíveis, mediante critérios estabelecidos no item 11 do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e artigos 19 e 20, da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018.

3.5 – Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais são constituídos para atendimento de objetivos diversos quais sejam: custas como perícias, diligências e emolumentos, depósitos judiciais de garantia, por exemplo, garantia do juízo para execução ou demandas tributárias, depósito judicial de condenação para pagamento da determinação judicial terminativa com encerramento e depósito judicial recursal que são os pagamentos de garantia para interposição de recurso.

3.6 - Permanente

Custeados pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA, estão registrados pelo custo de aquisição acrescido de correção monetária, até 31 de dezembro de 1995, ajustado por depreciações ou amortizações acumuladas calculadas pelo método linear, e com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e por espécie de bens, às seguintes alíquotas:

Bens	A.A.
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Diferido. Os gastos relacionados à geração de resultados futuros, caso ocorram, serão registrados no Intangível.

3.7 – Exigível Operacional

Registro de obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, salários e encargos de empregados da PREVIRB, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, operações com participantes e investimentos imobiliários.

A Entidade adota a sistemática de provisões em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e ao Princípio Contábil do Regime de Competência, na proporção de 01/12 avos mensais para as seguintes rubricas:

- a) Provisão para Férias;
- b) Provisão para 13º Salário; e,
- c) Provisão para Gratificação Especial.

3.8 – Exigível Contingencial

A PREVIRB adota a metodologia de constituir provisões para contingências em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de perda determinada pelos advogados.

3.9 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

3.9.1 – Provisões, Passivos Contingentes

São passivos de prazo ou valor incerto, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC. A Entidade é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a Entidade é ré e representam perdas provável e, em alguns casos, possível, ou se encontram em fase de execução.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Nos processos em que a Entidade é ré e que o risco de perda é classificado como possível, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa e, quando a probabilidade de perda for remota, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis.

Para os processos em que a Entidade é autora, a chance de êxito é classificada como possível ou provável. Adicionalmente, quando há previsão de honorários de êxito no contrato com os escritórios terceirizados, há constituição da respectiva provisão para honorários. A avaliação da probabilidade de perda dos processos é feita pelos consultores jurídicos, com classificação das contingências conforme resolução do CFC, incluindo a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais, conforme sua relevância no ordenamento jurídico.

O valor da provisão é obtido por meio de cálculo prévio a depender da natureza e do objeto do pedido da ação judicial para os processos em fase de conhecimento. Para os processos em fase de execução, o cálculo da provisão leva em conta o valor exato da execução da demanda judicial assim como o valor da atualização monetária dos depósitos judiciais e recursais.

As provisões são revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração acredita que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

3.9.2 – Ativos Contingentes

Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

3.10 – Provisões Matemáticas

São constituídas por critérios e metodologias atuariais, conforme avaliação e parecer atuarial. Os valores são estimados com fundamentos técnicos para atender as obrigações de benefícios futuros, apresentadas ao valor presente.

Os registros contábeis das provisões matemáticas estão em consonância com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, estabelecendo parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

3.12 – Fundos

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos.

- Fundo Previdencial: constituído de acordo com disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais.
- Fundo Administrativo: constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA).
- Fundo dos Investimentos: registram os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

3.12 – Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o valor do Ativo líquido e o total das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido nas normas regulamentares. O que ultrapassar este limite será registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, consoante regras estabelecidas nos normativos.

3.13 – Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemáticas, as provisões com demandas judiciais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprevistos inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa as estimati-

vas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua operação.

3.14 – Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos Planos de Benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Gestão Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A Parcela equivalente à participação dos Planos de

Benefícios no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo da PGA”, no Passivo, nos respectivos Planos de Benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciários, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores e Participantes dos planos.

3.15 – Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês, a Entidade deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo, registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes decorrentes da consolidação das Demonstrações Contábeis no exercício de 2020:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(R\$ MIL)		
Descrição	2020	2019
Ativo	30.036	30.492
Realizável	30.036	30.492
Gestão Administrativa	30.036	30.492
Participação no Plano de Gestão Administrativa	30.036	30.492
Passivo	30.036	30.492
Patrimônio Social	30.036	30.492
Fundos	30.036	30.492
Fundos Administrativos	30.036	30.492
Participação no Fundo Administrativo	30.036	30.492

4. GESTÃO DE RISCO

A PREVIRB entende que para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque à Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e a Resolu-

ção CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018, e a Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004.

A gestão de riscos considera alguns conceitos e parâmetros como o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro e de capitais (risco de mercado), os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito), riscos decorrentes de não dispo-

nibilidade de recursos (risco de liquidez), o risco de ocorrência de déficits futuros (risco de solvência), o risco da não formação de reserva adequada em função da adoção de premissas atuariais não aderentes à população do plano (risco atuarial), o risco de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos (risco operacional) ou de ações legais (risco legal).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

5. DISPONÍVEL

Abaixo os valores das disponibilidades segregadas por bancos:

(R\$ MIL)		
Disponível	2020	2019
Bancos Conta Movimento		
Banco do Brasil S/A	143	153
Banco do Bradesco S/A	27	20
Banco do Santander Brasil S/A	7	12
TOTAL	177	185

6. REALIZÁVEL

6.1 – Realizável – Gestão Previdencial

Apresentamos abaixo o realizável da gestão previdencial:

(R\$ MIL)						
	PLANO A		PLANO B		CONSOLIDADO	
Descrição	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Recursos a Receber	-	-	14	-	14	-
Depósitos Judiciais / Recursais	603	603	-	-	603	603
Outros Realizáveis	331	300	55	50	386	350
TOTAL	934	903	69	50	1.00	953

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

6.2 – Realizável – Gestão Administrativa

Apresentamos abaixo o realizável da gestão administrativa:

(R\$ MIL)		
Descrição	2020	2019
Contas a Receber	–	–
Despesas Antecipadas	14	6
Depósitos Judiciais/Rekursais	2874	2874
Demais Realizáveis	674	412
TOTAL	3.562	3.292

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

7. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade possuía, em consonância com a Resolução CMN nº 4.611, de 25 de maio de 2018, a seguinte Carteira de Investimentos:

(R\$ MIL)

Descrição	2020			
	Plano A	Plano B	PGA	Consolidado
Títulos Públicos	256.077	49.251	20.936	326.264
Federais	256.077	49.251	20.936	326.264
Créditos Privados e Depósitos	257.876	56.877	6.788	321.541
Instituições Financeiras	257.876	56.877	6.788	321.541
Ações (6.2)	134.310	19.254	-	153.564
Instituições Financeiras	32.079	5.257	-	37.336
Companhias Abertas	84.959	12.309	-	97.268
Patrocinador (es)	17.272	1.688	-	18.960
Fundos de Investimento (6.3)	1.527.870	94.190	2.875	1.624.935
Referenciado	14.645	586	295	15.526
Renda Fixa	1.513.225	93.254	2.580	1.609.059
Índice de Mercado	-	350	-	350
Investimentos Imobiliários (6.4)	81.578	-	-	81.578
Aluguéis e Renda	81.578	-	-	81.578
Empréstimos e Financiamentos	6.297	732	-	7.029
Empréstimos	6.297	732	-	7.029
Total do Realizável de Investimentos	2.264.008	220.304	30.599	2.514.911

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(R\$ MIL)

Descrição	2019			
	Plano A	Plano B	PGA	Consolidado
Títulos Públicos	163.270	36.740	19.463	219.473
Federais	163.270	36.740	19.463	219.473
Créditos Privados e Depósitos	202.966	41.808	9.391	254.165
Instituições Financeiras	202.966	41.808	9.391	254.165
Companhias Abertas	391.310	33.671	-	424.981
Ações (6.2)	33.458	5.447	-	38.904
Instituições Financeiras	51.917	7.575	-	59.492
Companhias Abertas	305.935	20.649	-	326.585
Fundos de Investimento (6.3)	1.594.662	94.525	2.827	1.692.014
Referenciado	23.600	8.423	873	32.895
Renda Fixa	1.571.062	86.103	1.954	1.659.119
Investimentos Imobiliários (6.4)	83.218	-	-	83.218
Aluguéis e Renda	83.218	-	-	83.218
Empréstimos e Financiamentos	6.285	1.173	-	7.458
Empréstimos	6.285	1.173	-	7.458
Total do Realizável de Investimentos	2.441.711	207.918	31.681	2.681.309

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

7.1 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras foram classificados como “Títulos para Negociação” estão avaliados pelo valor

de mercado e os “Títulos Mantidos até o Vencimento” são avaliados pelo custo amortizado, pro-rata die até o vencimento.

Em 2020, não houve reclassificação de Títulos entre as categorias “Títulos para Negociação” e “Mantidos

até o Vencimento”.

Em 31 de dezembro 2020, a PREVIRB possuía a seguinte carteira de títulos e valores mobiliários na carteira própria:

7.1.1 - Composição dos Títulos Mantidos até o Vencimento

(R\$ MIL)

		2020					
		Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	TOTAL	Total por Plano
PLANO A	NTN-B	-	474.495	573.635	474.332	1.522.462	
	LTN	38.601	144	-	-	38.745	
	LF	73.597	120.243	-	-	193.841	1.755.047
PLANO B	NTN-B	-	25.691	32.698	38.556	96.945	
	LTN	12.317	24.834	-	-	37.151	
	LF	19.031	20.529	-	-	39.560	173.656
PGA	NTN-B	-	8.253	645	-	8.898	
		4.219	6.887	-	-	11.106	
	LF	3.065	3.219	-	-	6.284	26.288
TOTAL ¹		150.830	684.295	606.978	512.888	1.954.991	

¹ Inclui os Títulos Públicos Federais registrados na carteira própria e em fundos exclusivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(R\$ MIL)

		2019					
		Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	TOTAL	Total por Plano
PLANO A	NTN-B	170.142	396.118	329.260	631.431	1.526.951	
	LTN	52.924	110.346	-	-	163.270	
	LF	46.601	156.365	-	-	202.966	1.893.187
PLANO B	NTN-B	-	16.956	14.346	43.587	74.889	
	LTN	3.694	28.858	-	-	32.552	
	LF	9.705	32.103	-	-	41.808	149.249
PGA	NTN-B	-	7.942	-	-	7.942	
		2.000	9.521	-	-	11.521	
	LF	3.825	6.106	-	-	9.391	28.854
TOTAL ¹		288.351	764.315	343.606	675.018	2.071.290	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

7.1.2 - Composição dos Títulos para Negociação

(R\$ MIL)

		2020					Total por Plano
		Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	TOTAL	
PLANO A	LTN	-	7.857	-	-	7.857	
	LF	-	6.987	-	-	6.987	
	DEBÊNTURES	-	25.646	30.533	-	56.178	
	FUNDOS ABERTOS	-	71.987	-	-	56.178	
	AÇÕES	-	132.753	-	-	132.753	259.954
PLANO B	LTN	-	1.397	-	-	1.397	
	LF	-	1.712	-	-	1.712	
	DEBÊNTURES	-	7.124	8.481	-	15.605	
	FUNDOS ABERTOS	-	7.949	-	-	7.949	
	AÇÕES	-	19.093	-	-	19.093	45.757
PGA	LTN	-	932	-	-	932	
	LF	-	504	-	-	504	
	FUNDOS ABERTOS	-	2.875	-	-	2.875	4.311
TOTAL		-	286.817	39.014	-	310.022	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(R\$ MIL)

2019							
Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	TOTAL	Total por Plano	TOTAL	Total por Plano
	FUNDOS ABERTOS	67.717				67.717	
	AÇÕES	391.310	-	-	-	391.310	459.027
	LFT	4.188	-	-	-	4.188	
PLANO B	FUNDOS ABERTOS	19.622	-	-	-	19.622	
	AÇÕES	33.671	-	-	-	33.671	57.481
PGA	FUNDOS ABERTOS	2.826	-	-	-	2.826	2.826
	TOTAL	519.334	-	-	-	519.334	

Os títulos com prazo inferior a 365 dias são obrigatoriamente apreçados pelo valor de mercado.

7.2 – AÇÕES

A carteira de ações está composta de papéis de diversas empresas, assim constituída:

(R\$ MIL)

CARTEIRA DE AÇÕES	PLANO A		PLANO B		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ações	134.310	391.310	19.254	33.671	153.564	424.981
Instituições Financeiras	31.842	33.434	5.227	5.443	37.069	38.877
Companhias Abertas	84.551	51.384	12.230	7.475	96.781	58.859
Patrocinador(es)	16.360	305.935	1.636	20.649	17.996	326.584
Valores a Receber ¹	1.557	557	161	104	1.718	661

¹ Dividendos e Juros / Capital.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

AÇÕES	TIPO	(R\$ MIL) Exercício findo em	
		31.12.20	31.12.19
B3	ON	10.800	7.488
BBSEGURIDADE	ON	2.242	2.852
BRABESCO	PN	14.922	18.079
CCR SA	ON	2.356	3.319
ENGIE BRASIL	ON	5.318	6.148
Gerdau	PN	8.968	6.776
HYPERA	ON	2.907	3.029
IRBBRASIL RE	ON	17.996	326.585
ITAUSA	PN	7.332	8.807
ITAUUNIBANCO	PN	11.347	13.309
LOJAS RENNER	ON	4.479	5.780
MARFRIG	ON	2.509	-
MOVIDA	ON	1.914	-
PETROBRAS	PN	13.915	14.819
SINQIA	ON	2.230	-
SUZANO	ON	8.869	5.892,64
TAESA	ON	2.356	-
VALE	ON	20.734	-
VIAVAREJO	ON	2.373	-
WEG	ON	8.279	1434,5774
		151.846	424.320

7.3 – Fundos de Investimentos

POSIÇÃO DA CARTEIRA

	(R\$ MIL)							
	PLANO A		PLANO B		PGA		CONSOLIDADO	
CARTEIRA DE AÇÕES	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fundos de Investimentos	71.987	67.717	7.949	19.622	2.875	2.825	83.161	90.165
Referenciado	14.645	23.600	586	8.423	295	872	15.526	32.895
Bradesco FI RF DI Premium	14.645	23.600	372	4.171	-	-	15.017	27.771
Bradesco H FI RF DI Longo Prazo	-	-	214	4.252	295	872		5.124
Renda Fixa	57.342	44.117	7.013	11.199	2.580	1.953	67.285	57.269
Itaú High Grade RF Cred. Privado FI	37.608	10.516	2.689	4.850	1.527	924	41.824	16.290
Santander FI Cotas FI Institucional DI	19.734	33.601	4.324	6.349	1.053	1.029	25.111	40.979
Fundo de Índice - ETF	-	-	350	-	-	-	350	-
Ishares Ibovespa - BOVA11	-	-	350	-	-	-	350	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

		(R\$ MIL)	
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS		2020	2019
PREVIRB - PLANO A FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	Disponível	-	2
	NTN-B	1.455.912	1.526.951
	Valores a Receber	1	-
	(-) Valores a Pagar	29	9
	Total do Patrimônio	1.455.884	1.526.945
PREVIRB - PLANO B FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	Disponível	-	16
	NTN-B	86.252	74.889
	Valores a Receber	-	-
	(-) Valores a Pagar	11	1
	Total do Patrimônio	86.241	74.904

Fundo cujo portfólio é composto por ativos financeiros emitidos pelo Tesouro Nacional.

7.4 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

POSIÇÃO DA CARTEIRA

		(R\$ MIL)	
Descrição	2020	2019	
Edificações			
Uso Próprio	3.642	3.740	
Locados A Terceiros	58.490	59.700	
Alugueis Receber	499	398	
Participações			
Shopping Center	18.947	19.380	
Total	81.676	83.218	

7.4.1 - REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.611, de 25 de maio de 2018, Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e posteriores alterações, a PREVIRB efetuou a reavaliação dos investimentos imobiliários em 14 de novembro de 2019, através da empresa Analítica – Engenharia de Avaliações LTDA.

A próxima reavaliação dos imóveis está programada para o exercício de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

7.5 - PROVISÃO PARA PERDAS COM INVESTIMENTOS

As debêntures abaixo, registradas no grupo de Créditos Privados e Depósitos, foram consideradas, em exercícios anteriores, como valores passíveis de não recebimento, estando 100% provisionadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A PREVIRB, através de recursos judiciais iniciados no passado, vem envidando esforços nas realizações dos mesmos.

Título	Data de Aquisição	2020	2019
Debêntures CREFISUL	12/8/1997	1.505	1.505
Debêntures ENCOL	30/1/1995	7.400	7.400
Total		8.905	8.905

7.6 – PENHORA DE ATIVOS

A Entidade figura como ré em processo judicial, em que o seguinte ativo foi penhorado:

- Salão 501, Bloco I, com 36 vagas de garagem,

localizado na Praia de Botafogo, nº 501 (Centro Empresarial Mourisco), para garantia do débito oriundo da decisão condenatória proferida na Reclamação Trabalhista nº 0040000-89.2000.4.08.0003, deflagrado, na 3ª Vara do Trabalho de Belém, por Esmeralda Telles da Costa e Outros, em face do IRB e da PREVIRB, com valor de R\$ 2.205 mil atualizados para 31/12/2020, registrados no exigível contingencial (nota 9). Na mesma data, o imóvel está registrado pelo valor de R\$ 28.450 mil.

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O exigível operacional registra os compromissos a pagar, segregados em gestão previdencial, administrativa e de investimentos. A composição das contas que compõem o exigível operacional está demonstrada a seguir:

Descrição	2020	2019
Exigível Operacional	3.107	3.355
Gestão Previdencial	2.275	2.670
Benefícios a Pagar	327	-
Retenções a Recolher	1.284	2.284
Outras Exigibilidades ¹	664	386
Gestão Administrativo	832	675
Contas a Pagar ²	656	500
Retenções a Recolher	65	78
Tributos A Recolher	44	29
Outras Exigibilidades ³	67	68
Investimentos	-	10
Locadas a Terceiros	-	-
Outras Exigibilidades⁴	-	10

¹ Contas a pagar entre planos (PGA)

² A saber: Pessoal (Provisão p/ Férias e Gratificação Especial - R\$ 373 mil); Encargos Diversos (FGTS/INSS/Seguros - R\$ 201 mil), e Fornecedores - R\$ 83 mil.

³ Contas a pagar entre planos (BD/CV).

⁴ I.O.F. a Recolher

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Referem-se às provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável e possível. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros.

9.1 – Gestão Previdencial

Ações classificadas pela Assessoria Jurídica de “perdas prováveis” constituídas ao valor estimado, em consideração a jurisprudência consolidada e instâncias judiciais.

	2020	2019
GESTÃO PREVIDENCIAL		
Contencioso Trabalhista - Provisão		
Passivo Contingencial	7.465	7.465
Ativo Contingencial	(603)	(603)
(-) Depósitos Recursais	(95)	(95)
(-) Depósitos Judiciais	(508)	(508)
Contencioso Trabalhista - Líquido	6.862	6.862

9.2 – Investimentos

O montante registrado nessa rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Renda Fixa (a)	1.588	1.588
Tributos (b)	23.916	23.771
Total em Milhares de Reais	25.504	25.359

a) Renda Fixa:

R\$ 1.588 mil -> refere-se à ação que o Estado de Pernambuco move contra a PREVIRB, com vistas a se ressarcir do deságio praticado em operação com LFTE-PE. Os autos permanecem em primeira instância, aguardando decisão quanto à questão do deságio. Classificação de perda: Possível;

b) Tributos:

b.1) R\$ 22.586 mil -> Trata-se de Execução Fiscal para a cobrança da CDA nº 70.2.13.002102-57, referente a suposto débito fiscal de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, formalizado no PAF nº 10768.010559/2001-19, o qual decorre de desenquadramento do benefício de anistia previsto no artigo 5º da Medida Provisória nº 2.222/01. A PREVIRB contratou seguro-garantia para cobertura de possível execução;

b.2) R\$ 1.330 mil -> Trata-se de Auto de Infração que exige suposto débito pela falta de recolhimento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, referente ao ano de 1997, sobre o qual ainda incidem multa e juros de mora. A PREVIRB contratou seguro-garantia para cobertura de possível execução.

9.3 – Gestão Administrativa

Estão contabilizados os valores em litígio com possibilidade de desembolso, conforme a seguir demonstrado:

A Receita Federal do Brasil questiona administrativamente a Fundação, sobre a correta base de cálculo na apuração do PIS (no período entre fevereiro de 1999 e julho de 2002) e da COFINS (no período entre fevereiro de 1999 e julho de 2002), o que gerou uma divergência entre o valor recolhido e o calculado pela Receita.

• PIS – Auto de infração

Aguardando julgamento do recurso voluntário no CARF da Receita Federal, valor provisionado R\$ 120 mil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

• COFINS – Auto de Infração

Aguardando o julgamento do recurso voluntário no CARF da Receita Federal, valor provisionado R\$ 602 mil.

A PREVIRB impetrou Mandado de Segurança contra a Receita Federal do Brasil objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao não reconhecimento das contribuições ao PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com base em precedentes do Supremo Tribunal Federal. Os valores devidos a título de Contribuições ao PIS e COFINS passaram a ser depositados judicialmente. Os autos encontram-se no TRF (2ª Instância), aguardando julgamento dos recursos de apelação interpostos pela PREVIRB e pela União Federal.

Tendo em vista a entrada em vigor da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, que alterou o art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, os consultores jurídicos orientaram a Fundação a cessar o procedimento de depósito judicial do PIS e da COFINS em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015, devendo recolher diretamente aos cofres públicos, mediante guias de DARF's.

A discussão judicial permanece quanto aos valores depositados antes da competência de dezembro de 2014.

Gestão Administrativa	2020	2019
PIS e COFINS	3.593	3.593
Ativo Contingencial	(2.874)	(2.874)
(-) Depósitos Judiciais	(2.874)	(2.874)
PIS e COFINS	(2.874)	(2.874)
Relacionadas com Tributos - Líquido	719	719

10. GESTÃO PREVIDENCIAL

10.1 - Custeio – Plano Previdencial A

O Plano A oferece benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento.

O Plano A conta com dois grupos de Custeio, sendo estes denominados de “1 – Plano Previdencial A” e “2 – Pré-68”. Ressalta-se que a criação do Grupo de Custeio “Pré-68” foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB através da Resolução CONDEL

nº 053, de 15 de dezembro de 2015.

O plano de custeio vigente, estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

10.1.1 – Para o conjunto de Benefícios

• Participantes

Contribuições mensais, cujos montantes variam de acordo com os salários reais de contribuição e de taxas progressivas.

• Patrocinador

Contribuições mensais correspondentes à diferença entre o custeio global dos benefícios, estabelecido pelo atuário em 23,506%, e a contribuição dos Participantes Ativos.

10.2 - Custeio – Plano Previdencial B

O Plano B está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano apresentam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de percepção.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

O custeio vigente, estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

10.2.1 – Para os benefícios de Renda Mensal Vitalícia

- Participantes**

Contribuições mensais, por eles escolhidas, em valores compreendidos entre 3% e 16% dos respectivos Salários de Participação.

- Autopatrocinados**

Contribuições mensais, por eles escolhidas, em valores compreendidos entre 3% e 16% dos respectivos Salários de Participação, acrescidas, em caso de opção, das contribuições que seriam do Patrocinador.

- Patrocinador**

Contribuições mensais em valores idênticos aos escolhidos pelos Participantes.

10.2.2 – Para os benefícios de Risco (Renda de Aposentadoria por Invalidez, Pecúlio por Morte, Auxílio-Funeral, Renda Temporária de Auxílio-Doença e Pensão por Morte*), contribuições mensais de:

- Participantes**

Todos os Benefícios 2,8845%
Excluindo a Pensão por Morte..... 1,6095%

- Autopatrocinados**

Todos os Benefícios 5,7690%
Excluindo a Pensão por Morte..... 3,2190%

- Assistidos**

Pecúlio por Morte, Auxílio-Funeral
e Pensão por Morte 4,07%
Pecúlio por Morte e Auxílio-Funeral 1,52%

- Patrocinadores**

Para Participantes com todos os
Benefícios 2,8845%
Para Participantes sem
Pensão por Morte 1,6095%

(*) A Contribuição para Pensão Por Morte é opcional.

11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com as disposições legais vigentes, com base em cálculos atuariais efetuados pela Mercer Human Resource Consulting Ltda., conforme parecer emitido em 1 de março de 2021 e encontram-se demonstradas em consonância com a legislação vigente.

Descrição	2020	2019
Benefícios Concedidos	1.843.829	1.748.715
Benefício Definido	1.843.829	1.748.715
Benefícios a Conceder	125.983	135.557
Contribuição Definida	117.299	126.083
Benefício Definido	8.684	9.474
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(141.480)	(138.424)
(-) Serviço Passado	(141.480)	(138.424)
Total das Provisões Matemáticas	1.828.328	1.745.848

Aposentadoria e Pecúlio por Morte, Melhoria de Complementação e Melhoria de Pensão por Morte do grupo dos admitidos na Patrocinadora até 31/12/1968 do IRB para o Plano Previdencial A da PREVIRB.

As Provisões a Constituir observadas no Plano A, devido à inclusão do Grupo “Pré-68”, são referentes aos benefícios já concedidos, sendo que são objetos de contrato com garantia. Considerando que o valor da dívida contratada rege-se, atuariamente, pelo valor das Provisões Matemáticas do Grupo de Custeio “Pré-68”, caso em algum momento, o valor das garantias oferecidas venha a ser inferior ao valor da dívida, de-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

ve-se proceder ao aditamento do Contrato de Confissão de Dívida, de modo a complementar as garantias oferecidas.

11.1 - PREMISSAS ATUARIAIS

Dentre as hipóteses atuarias adotada na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, destacamos as seguintes:

Plano Previdencial A

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 M&F suavizada em 10% para ambos os grupos de Custeio;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 M&F;
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Taxa de juros real: 3,76% a.a.;
- Fator de capacidade para salários: 0,98%;
- Fator de capacidade de benefícios: 0,98%;
- Composição familiar: Família Real.

Plano Previdencial B

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 M&F suavizada em 10% (D10%);
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 M&F;
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Projeção de crescimento real de salário: 1,00% a.a.
- Taxa de juros real: 3,76% a.a.;
- Rotatividade: 5,00% a.a.;
- Fator de capacidade de benefícios: 0,98%;
- Fator de capacidade de salários: 0,98%;
- Composição familiar: Benefícios a Conceder: Família padrão
Benefícios Concedidos: Família real

12. FUNDOS

12.1 – GESTÃO PREVIDENCIAL

Mutação do Período	Fundo Previdencial A	Fundo Previdencial B	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2019	-	42.949	42.949
Constituição	140.087	2.928	143.015
Remuneração	-	-206	4.734
Reversão	-	-2.662	-155
Em 31 de dezembro de 2020	140.087	43.009	183.096

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

• PLANO PREVIDENCIAL A

O Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Reserva Especial foi constituído no exercício de 2020 em face da destinação obrigatória relativamente à reserva especial de 2017 mantida por três exercícios consecutivos, no triênio de 2017 a 2019. Em 31/12/2020, o referido Fundo montava R\$ 140.087, sendo R\$ 94.251 (67,28%) para Participantes e Assistidos e R\$ 45.836 (32,72%) para patrocinadores, conforme proporção contributiva de acordo com a Avaliação Atuarial realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuário responsável pelo Plano A.

Todavia, é oportuno informar que a PREVIRB já protocolou Consulta à PREVIC, tendo em vista as características do Plano, bem como divergência verificada a partir de ponderação feita pelo Patrocinador-Fundador, com base em análise jurídica especializada, que se refletiu em divergência no âmbito do Conselho Deliberativo da PREVIRB, no sentido de que a proporção contributiva deve se dar, em face da singularidade do participante contribuinte autopatrocinado, com base nos montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, nos termos do Plano de Custeio e do Demonstrativo Atuarial, em consonância com as responsabilidades previstas a cada uma das partes

no Regulamento do Plano Previdenciário, culminando neste caso com a seguinte proporção: R\$ 66.640 (47,57%) para Participantes e Assistidos e R\$ 73.447 (52,43%) para patrocinadores. Desta forma, poderá haver alteração na proporção ora descrita a depender da resposta da PREVIC à Consulta já protocolada pela PREVIRB.

Salientamos que a ponderação apresentada pelo Patrocinador-Fundador não impacta o Equilíbrio Técnico Contábil apurado em 2020, o efeito reconhecido está na proporção contributiva do Participante Autopatrocinado, alterando a proporcionalidade da distribuição do superavit.

A utilização do referido fundo será realizada na forma da legislação vigente, conforme vier a ser definido pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB.

• PLANO PREVIDENCIAL B

Desdobrado da seguinte forma: Cobertura de Oscilação de Risco por Invalidez, Cobertura de Risco por Morte (Pensão por Morte, Pecúlio por Morte e Auxílio-Funeral), e Cobertura de Risco de Auxílio-Doença.

O Fundo para Oscilação de Riscos de Invalidez tem por

finalidade exclusiva suprir as insuficiências financeiras no custeio das despesas com pagamentos de benefícios de invalidez e constituição das respectivas reservas matemáticas de benefícios concedidos ao longo da vida do plano, conforme previsto na Nota Técnica do Plano. São creditados, ao valor do saldo inicial do Fundo, mensalmente, o saldo das contribuições líquidas auferidas de invalidez, os valores de devolução e de reversão previstos no regulamento do plano, para o caso de participante que entra em gozo do benefício de invalidez e a parcela de rendimento/perda do fundo. Ainda, é debitado o valor que corresponder ao aumento da reserva matemática de invalidez devido a reajustes específicos de salários e promoções ocorridas nos salários dos ativos que possuem cobertura de invalidez pelo Plano. O Fundo encerrou o exercício de 2020 com o saldo contábil de R\$11.913 (R\$ 11.224 em 2019).

O Fundo para Cobertura dos Riscos de Morte é constituído através das contribuições para os benefícios de pensão, pecúlio e auxílio-funeral. O Fundo cobre eventuais insuficiências ocasionadas por desvios nas taxas de contribuição dos benefícios de pensão, pecúlio e auxílio-funeral, insuficiência esta, avaliada em relação ao conjunto desses benefícios. O Fundo encerrou o exercício de 2020 com saldo contábil de R\$ 30.149 (R\$ 30.015 em 2019).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

O Fundo para Cobertura para Auxílio Doença é constituído pelas contribuições para o benefício de Renda Temporária de Auxílio Doença. O Fundo cobre eventuais insuficiências ocasionadas por desvios nas taxas de contribuição deste benefício. O Fundo encerrou o exercício de 2020 com o saldo contábil de R\$ 947 (R\$ 715 em 2019);

O Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Reserva Especial que foi constituído na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2019, em face da destinação obrigatória relativamente à reserva especial de 2016 mantida por três exercícios, no triênio de 2016 a 2018. Em 31/12/2019, o referido Fundo montava R\$ 993, sendo R\$ 544 para Participantes e Assistidos e R\$ 449 para patrocinadores, conforme proporção contributiva, esse fundo foi integralmente revertido para a Reserva de Contingência, na forma da legislação vigente.

12.2 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos Planos de Benefícios, incluídas as despesas de investimentos. Pode ser utilizado, mensalmente, quando as despesas superarem as receitas. Sua remuneração se dá com base no resultado da carteira de investimentos do PGA.

Mutação do Período	Fundo Administrativo
Em 31 de dezembro de 2019	30.942
Constituição/Reversão	(906)
Por sobrecarga das despesas	(2.873)
Pela constituição de contingências	(5)
Fluxo positivo dos investimentos	1.972
Em 31 de dezembro de 2020	30.036

12.3 – INVESTIMENTOS

Constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade do seu falecimento.

Mutação do Período	Plano A	Plano B	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	2.959	47	3.006
Taxa de garantia	68	14	82
Resultado dos investimentos do Fundo	396	6	402
Sinistro por falecimentos	(37)	-	(37)
Em 31 de dezembro de 2019	3.386	67	3.453

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

13. RESULTADO ADMINISTRATIVO

13.1 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Na demonstração do Plano de Gestão Administrativa – PGA o item “Custeio da Gestão Administrativa” representa os recursos recebidos da Gestão Previdencial e dos Investimentos para cobertura das despesas administrativas da Fundação.

O item “Resultado Positivo Líquido dos Investimentos” da Gestão Administrativa representa a rentabilidade auferida pela

carteira de investimentos do PGA.

Em virtude da alteração do Plano de Custeio, a partir do exercício de 2016 deixou de ser cobrada contribuição administrativa.

Apesar da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabelecer a taxa de 1% dos recursos garantidores como limite para cobertura das despesas administrativas, a PREVIRB, no exercício de 2020, fixou esse limite em 0,38%. No exercício de 2020, essa relação situou-se em 0,35%.

Descrição	2020	2019
Custeio da Gestão Administrativa	5.673	4.601
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.572	4.502
Outras Receitas	101	99
Despesas Administrativas	(8.547)	(8.572)
Gestão Previdencial	(3.996)	(4.071)
Investimentos	(4.551)	(4.501)
Constituição/Reversão de Contingências	(5)	(11)
Resultado Positivo dos Investimentos da Gestão Administrativa	1.973	2.478
Sobra/Reversão Apropriada ao Fundo Administrativo	(906)	(1.504)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

13.2 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

(R\$ MIL)

	2020	2019
Pessoal e Encargos	5.525	5.316
Dirigentes	1.762	1.826
Pessoal e Próprio	3.760	3.490
Estagiários	-	-
Outras Despesas	3	1
Treinamento Congresso e Seminário	34	108
Viagens e Estadias	-	4
Serviços de Terceiros	1.344	1.408
Consultoria Atuarial	122	109
Consultoria dos Investimentos	69	75
Consultoria Jurídica	142	98
Informática	495	471
Gestão de Planejamento Estratégico	-	71
Auditoria Externa	28	45
Auditoria Atuarial	16	11
Custódia de Títulos	410	455
Reavaliação de Imóveis	-	12
Serviços Terceirizados	64	63
Despesas Gerais	1.205	1340
Tributos	356	329
Depreciações e Amortizações	83	67
Total	8.547	8.572

Em 2018 e 2019, o percentual das despesas em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios foi de 0,33%.

13.3 – RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Disposto no Anexo A do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pela Resolução CONDEL nº 001, de 18 de janeiro de 2017, o rateio das despesas administrativas visa atender ao estabelecido na Resolução CGPC nº29, de 31 de agosto de 2009, tendo como objetivo a segregação dos custos da Gestão Previdencial e dos Investimentos entre os Planos Previdenciais A e B.

Descrição	2020	2019
Despesas Administrativas	(8.547)	(8.572)
PLANO PREVIDENCIAL A	(7.875)	(8.005)
Gestão Previdencial	(3.682)	(3.811)
Investimentos	(4.193)	(4.194)
PLANO PREVIDENCIAL B	(672)	(567)
Gestão Previdencial	(314)	(260)
Investimentos	(358)	(307)

O montante de R\$ 8.547 mil foi apropriado da seguinte forma: Gestão Previdencial - R\$ 3.996 e Investimentos - R\$ 4.551 representando, respectivamente, 46,75% e 53,25% das despesas administrativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

14. EQUILÍBRIO TÉCNICO

No exercício de 2020 os planos encontravam-se

superavitários. A situação superavitária foi mantida, porém em patamar inferior ao resultado obtido em 2019; em função da rentabilidade dos investimentos

não ter sido favorável no exercício de 2020; da destinação do Fundo Previdencial (Plano A), bem como o aumento nas provisões matemáticas.

Formação	2020			2019			2020	2019
	Plano A	Plano B	PGA	Plano A	Plano B	PGA	Consolidado	
Resultado Líquido da Gestão Previdencial	(121.955)	12.878	-	(114.809)	22.897	-	(109.077)	(91.912)
Resultado Líquido da Gestão Administrativa	-	-	(2.879)	-	-	(3.982)	(2.879)	(3.982)
Resultado Líquido dos Investimentos	(55.336)	(570)	1.973	286.317	21.684	2.478	(53.933)	310.479
	(177.291)	12.308	(906)	171.508	44.581	(1.504)	(165.889)	214.585
(-) Constituição de Provisões Atuariais	(68.515)	(13.970)	-	(59.941)	(36.925)	-	(82.485)	(96.866)
(-) Constituição do Fundo Previdencial	-	(1.052)	-	-	(7.336)	-	(1.052)	(7.336)
(+) Reversão do Fundo Administrativo	-	-	906	-	-	983	906	983
(-) Constituição do Fundo de Investimentos	223	(6)	-	(427)	(20)	-	217	(447)
Superávit ou Déficit do Exercício	(245.583)	(2.720)	-	111.140	300	-	(248.303)	111.440
Resultado Acumulado até o Exercício Anterior	813.354	9.583	-	702.214	10.276	-	822.937	712.490
(-/+) Constituição/Reversão de Fundo Revisão do Plano	(140.087)	993	-	-	(993)	-	(993)	(993,00)
Resultado Acumulado até o Exercício Atual	427.684	7.856	-	813.354	9.583	-	573.641	822.937

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

O superávit dos planos passou de R\$ 822.937 mil em 31/12/2019, para R\$ 573.641, em 31/12/2020, representando um decréscimo de 30,29%, ou R\$ 249.296.

No Plano Previdencial A, o superávit do Plano passou de R\$ 813.354 mil para R\$ 427.684, representando um decréscimo de 47,42%, ou uma diminuição de R\$ 385.670. Da totalidade do superávit apurado em 31/12/2020, o montante de R\$ 329.323 foi alocado em Reserva de Contingência, e R\$ 98.361 em Reserva Especial para Revisão do Plano em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

Cumpramos ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e consideramos como base de cálculo a Duração do Passivo, de 9,85 anos, do Plano A, posicionada em 31/12/2020, ficando o limite em 19,85% das Provisões Matemáticas.

No exercício de 2020, a meta atuarial do Plano foi

de 9,77%, composta pelo INPC de 5,45% acrescida da taxa de juros de 4,10%a.a., enquanto que a rentabilidade alcançada no exercício foi de -1,84%, representando uma perda atuarial de 10,58%.

No Plano Previdencial B, o superávit do Plano passou de R\$ 9.583 para R\$ 7.856, representando uma diminuição de 18,02%, ou diminuição de R\$ 1.727.

Do superávit apurado em 31/12/2020, em sua totalidade foi alocado em Reserva de Contingência em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que representa 15,11% das Provisões Matemáticas Totais do Plano estruturadas na modalidade de Benefício Definido, e, com uma duração do Passivo apurada no exercício de 2020 de 14,87 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 24,87%.

No exercício de 2020, a meta atuarial do Plano foi de 9,77%, composta pelo INPC de 5,45 % acrescida da taxa de juros de 4,10%a.a., enquanto que a rentabilidade alcançada no exercício foi de -0,28%, representando uma perda atuarial de 9,16%

15. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

15.1 – Taxa de Juros Atuarial

Conforme determina a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, no seu § 2º do Artigo 5º, a taxa de juros real anual, corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, sendo que a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro.

A Taxa de Juros Parâmetro em vigor, conforme especificações da Portaria PREVIC nº 292, de 8 de abril de 2020, alterada pela Portaria PREVIC nº 337, de 29 de abril de 2020, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente. Os limites mínimos e máximos serão definidos com base na duração do passivo de cada plano de benefícios.

Considerando a Instrução PREVIC nº 10, de 30 de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

novembro de 2018, foi avaliado o retorno anual esperado das carteiras de ativos a partir do fluxo do passivo do plano de benefícios. A demonstração da convergência da taxa de juros ocorreu por meio da apuração da Taxa Interna de Retorno – TIR da rentabilidade real gerada pelo fluxo de caixa dos ganhos financeiros do Plano, considerando um nível de confiança de no mínimo 50%.

A taxa de juros do Plano Previdencial A adotada é de 4,10%a.a., considerando a duração do passivo de 9,85 anos.

Com relação ao Plano B, a taxa de juros é a mesma,

porém a duração do passivo é de 14,87 anos.

15.2 - Ajustes de Precificação dos Títulos Públicos Federais x Duração do Passivo

A Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, esclarece a definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetros, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado.

Esse ajuste está restrito aos títulos públicos federais

atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirirem características de benefício definido na fase de concessão. Seguem abaixo as informações sobre o controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objetos dos ajustes de precificação e divulgação da duração do passivo dos planos, de acordo com os normativos acima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Plano Previdencial A

Mantidos até o Vencimento	Posição em 31.12.20						Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos			
1. Títulos Públicos									
NTN-B - Quantidade	-	134.725	160.306	65.650	24.891	41.614	427.186		
NTN-B - Valor	-	303.129	573.635	220.946	95.003	158.389	1.351.101	1.542.114	191.013
Total de Títulos Públicos (R\$ mil)	-	303.129	573.635	220.946	95.003	158.389	1.351.101	1.542.114	191.013

Duração do Passivo: 9,85

Duração do Ativo: 7,85

Plano Previdencial B

Mantidos até o Vencimento	Posição em 31.12.19						Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos			
1. Títulos Públicos									
NTN-B - Quantidade	-	7.030	9.000	3.000	2.544	4.756	26.330		
NTN-B - Valor	-	13.521	32.698	10.235	9.147	19.165	84.766	96.294	11.528
Total de Títulos Públicos (R\$ mil)	-	13.521	32.698	10.235	9.147	19.165	84.766	96.294	11.528

Duração do Passivo: 14,87

Duração do Ativo: 9,52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

15.3 – Normas Regulamentares Previc

Normas publicadas neste exercício que entram em vigor a partir de janeiro de 2021:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020 - Estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis.;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018 - Regulamenta critérios técnico-atuariais para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro, do ajuste de precificação, do estudo técnico de adequação das hipóteses atuarias;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019 - Dispõe sobre as Demonstrações Atuariais e os elementos mínimos que devem constar na Nota Técnica Atuarial dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020 - Dispõe sobre orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na realização de estudos de adequação de hipóteses atuariais, bem como para a obtenção de autorização de utilização de taxa de juros fora do intervalo e a apuração da duração do passivo e do ajuste de precificação.

JOÃO BOSCO QUADROS BARROS

Superintendente Geral

CPF 029.145.347-36

RENÉ SANTOS DE CASTRO

Diretor Financeiro e de investimentos

CPF 359.210.137-49

HELOISA FALKENBACH SANTORO

Diretora de Benefícios

CPF 813.054.357-53

ANDRÉ LUIZ DA CUNHA RODRIGUES

Gerente de Controladoria e Contabilidade

CRC-RJ 071134/O-8

CPF 008.653.517-08

PARECERES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RJPAR-21/038

Aos Participantes, Conselheiros e Administradores
**da Fundação de Previdência dos Servidores do
Instituto de Resseguros do Brasil IRB - PREVIRB**
Rio de Janeiro - RJ

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil IRB - PREVIRB, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil IRB

- PREVIRB e individual por Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado e por Planos de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 7 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfase

De acordo com as normas de auditoria independen-

te, as demonstrações contábeis ora apresentadas comportam as seguintes ênfases de nossa parte, as quais, todavia, não constituem ressalva quanto às nossas conclusões, já consubstanciadas no tópico primeiro:

Em atenção ao mencionado na nota 12.1 – Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Reserva Especial constituído no valor de R\$ 140.087, registra-se R\$ 94.251 (67,28%) para os Participantes e Assistentes e R\$ 45.836 (32,72%) para patrocinadores, conforme proporção contributiva de acordo com a Avaliação Atuarial realizada pelo Atuário Independente, responsável pelo Plano de Benefício A, cuja ponderação proferida pelo Patrocinador-Fundador sustenta que a proporção contribuição do Participante Autopatrocinado deve se dar na singularidade, tomando por base os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, reconhecendo a seguinte proporção: R\$ 66.640 (47,57%) para Participantes e Assistentes e R\$ 73.447 (52,43%) para patrocinadores. Diante dos fatos, a PREVIRB protocolou Consulta à PREVIC, tendo em vista as características do Plano de Benefícios, bem como divergência conceitual, verificada a partir de ponderação feita pelo Patrocinador-Fundador.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor.

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, por Plano de Benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

5. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ora apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado em 27 de março de 2020, sem ressalvas e tópico de ênfase.

6. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

7. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

eficácia dos controles internos da Entidade;

c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à liquidação dos planos e/ou à descontinuidade da Entidade;

RJPAR 21/038

a. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclu-

sive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, dentre as quais, não abrangem deficiências significativas nos controles internos da Entidade.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes

CRC-MG 757 – F - RJ



Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador CRC SP 1RJ046114/O

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O CONSELHO DELIBERATIVO da Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB, reunido em sessão extraordinária do dia vinte e quatro de março de 2021 usando das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 15 do Estatuto, tendo em vista o que consta do Processo PREVIRB-002/2015:

RESOLVEU, por unanimidade,

aprovar o Balanço Patrimonial e a Prestação de Contas relativas ao exercício de 2020, após terem sido apreciadas e aprovadas pelo Conselho Fiscal.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.

Fernanda Rafaela Ballock Grossklags
Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - PREVIRB, no uso de suas atribuições estatutárias, declara haver procedido ao exame do Balanço Patrimonial Consolidado, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, das Demonstrações do Ativo Líquido por Plano, da Mutação do Ativo Líquido por Plano e das Obrigações Atuariais por Plano de Benefícios, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e com base nas Notas Explicativas, no Parecer da Mercer Human Resource Consulting Ltda., referente ao Plano Previdencial A, datado de 1º/03/2021, e no Parecer da Mercer Hu-

man Resource Consulting Ltda., referente ao Plano Previdencial B, datado de 1º/03/2021, e sobre as Reservas Matemáticas calculadas conforme Avaliação Atuarial de 31/12/2020, referente aos Planos Previdenciais “A e B”, considerando o que consta no Relatório da Auditoria independente da Fernando Motta & Associados, datado de 24/03/2021 concluiu, por unanimidade, que as referidas demonstrações refletem, adequadamente, a situação financeira e patrimonial da FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - PREVIRB e, manifesta-se pela aprovação dos citados documentos.

O Conselho recomenda que as Demonstrações

Contábeis ora aprovadas e seus respectivos pareceres, no que respeita à sua divulgação aos participantes e assistidos, por meio eletrônico ou a eles encaminhadas, mediante sua solicitação, estejam de acordo com o disposto na Resolução CNPC nº 32, de 04/12/2019 e na Instrução PREVIC nº 13, de 12/11/2014.

Por fim, destacamos a importância de aguardar o posicionamento da PREVIC quanto à distribuição da Reserva Especial, de forma a garantirmos o fiel cumprimento do disposto na legislação vigente, conforme parágrafo de ênfase apresentado pelo Auditor Externo.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

Debora Pereira Tavares
Presidente



Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB

<https://www.previrb.com.br>

Av. Marechal Câmara, nº 160 / salas 1633/1634
Centro - Rio de Janeiro / RJ
CEP: 20020-080

ATENDIMENTO AO PARTICIPANTE

21 2277.1999

Funcionamento de Segunda à Sexta,
das 9h às 17h

